

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIA PARA O  
DESENVOLVIMENTO SOCIAL – PPGTDS

ALEXANDRA DA SILVA SANTOS

**O TRABALHO DO TUTOR DA EAD: APROXIMAÇÕES E  
DISTANCIAMENTOS DO TRABALHO DO DOCENTE DA EDUCAÇÃO  
PRESENCIAL**

Rio de Janeiro

2020

**O TRABALHO DO TUTOR DA EAD: APROXIMAÇÕES E  
DISTANCIAMENTOS DO TRABALHO DO DOCENTE DA EDUCAÇÃO  
PRESENCIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Tecnologia para o Desenvolvimento Social vinculado ao Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NIDES/UFRJ), como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre de Alexandra da Silva Santos.

Orientador: Prof.<sup>a</sup> Dr. Ângela Celeste Azevedo.

Rio de Janeiro

2020

## CIP - Catalogação na Publicação

S233t Santos, Alexandra da Silva  
O trabalho do tutor da EaD: aproximações e distanciamentos do trabalho do docente da educação presencial. / Alexandra da Silva Santos. -- Rio de Janeiro, 2020.  
163 f.

Orientadora: Ângela Celeste Azevedo.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social, Programa de Pós-Graduação em Tecnologia para o Desenvolvimento Social, 2020.

1. Educação a Distância. 2. Tutor. 3. Docência. 4. Trabalho. I. Azevedo, Ângela Celeste, orient. II. Título.

**O TRABALHO DO TUTOR DA EAD: APROXIMAÇÕES E  
DISTANCIAMENTOS DO TRABALHO DO DOCENTE DA EDUCAÇÃO  
PRESENCIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Tecnologia para o Desenvolvimento Social vinculado ao Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NIDES/UFRJ), como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre de Alexandra da Silva Santos

Aprovado em: \_\_/\_\_/\_\_

---

Prof<sup>ª</sup>. Ângela Celeste Barreto de Azevedo – UFRJ  
Orientadora

---

Dr<sup>º</sup> Prof. André Malina – UFRJ

---

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Carla Villamaina Centeno -UEMS

---

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Kátia C. de Amaral Tavares– UFRJ

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus familiares, pelo apoio e compreensão nos períodos de ausência e por acreditarem que eu pudesse ir além do previsível. Em especial, a minha mãe que me ensinou a lutar e seguir em frente, sempre, e ao meu irmão, Daniel, que é um incentivador!

As minhas amigas, Silvia Helena e Beatriz Guimarães que sempre estiveram comigo apoiando e, principalmente, ouvindo minhas reclamações, me descobri “reclamona”. Ao amigo Eduardo Alves, pela ajuda com a Língua Portuguesa e as normas da ABNT.

Aos amigos de trabalho, aos antigos e aos novos, pelo incentivo e apoio sempre que precisava dar uma “fugidinha” para estudar ou participar de alguma aula.

Ao meu diretor, Felipe Addor, e aos demais diretores do NIDES, que aprovaram a minha licença qualificação e veem a necessidade e importância do estudo na vida dos servidores.

Ao NIDES, por ter considerado importante a minha proposta de estudo e ter me dado a oportunidade e a alegria de cursar o Mestrado em uma Universidade Pública Federal.

Às servidoras da secretaria acadêmica, sempre disponíveis para tirar minhas dúvidas, e não foram poucas!

Aos meus colegas de curso, que estiveram comigo nas aulas, nas apresentações de trabalho e principalmente nos lanches. Um agradecimento especial à Jaciara Roberta, à Zezé, à Iania, à Tatiane e à Raquel, juntas trocamos figurinhas e estivemos unidas até aqui. Ao amigo Alexandre Drumond, sob tutela do mesmo orientador, aprendemos a ser cúmplices.

Aos professores que colaboraram com meu crescimento acadêmico e principalmente pessoal. E que, entre o regular e o excelente, me fizeram acreditar que era possível.

Aos tutores que participaram da minha pesquisa, me dando a oportunidade de conhecer melhor o seu trabalho com a formação.

Aos colegas do grupo de pesquisa Vitor Marinho, que regado a muitas guloseimas e boas risadas, me ensinaram sobre a pesquisa científica e sobre grandes pensadores. Agradeço especialmente ao professor André Malina.

Aos membros da banca, que colaboraram para conquista de algo maior que o título, o conhecimento.

A minha querida professora orientadora Ângela Celeste, que se tornou uma amiga neste processo de elaboração da minha pesquisa “acadêmica científica”. Além da sua atuação didática e primorosa, cercada de cuidados com os “rigores científicos”, ela me orientou para que eu escolhesse o melhor caminho para a pesquisa, me ajudando a encarar o compromisso sem medos: “problema todo mundo tem, se vira”. Talvez nem ela saiba o quanto isto me desafiava e me fazia, simplesmente, fazer e entregar no prazo. Mas quando os problemas sérios vinham, ela sabia humanamente reconhecer que “dar um tempo” era importante naquele momento.

Enfim, gratidão a todos que estiveram comigo e estão tatuados no meu coração. Obrigada!

## RESUMO

A presente pesquisa tem como tema o trabalhador da Educação a Distância, em especial trataremos neste estudo do trabalho desenvolvido pelo tutor da Educação a Distância (EaD), que atua prioritariamente no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), nos cursos de graduação oferecidos a distância em instituições públicas e privadas de ensino do estado do Rio de Janeiro. Nesse sentido, propomos como problema de estudo a investigação das aproximações e distanciamentos do trabalho do tutor da EaD, que tem sua atuação primária no AVA, com o trabalho do docente da educação presencial. Um dos objetivos é apresentar subsídios que contribuam para ampliar a compreensão sobre o trabalho realizado pelo tutor da EaD e para sua valorização profissional. Como procedimentos metodológicos para o desenvolvimento da pesquisa foi aplicado um questionário seguido de uma entrevista com tutores que desenvolvem seu trabalho no AVA dos cursos de graduação oferecidos a distância por instituições públicas e privadas do estado do Rio de Janeiro. Os dados coletados foram analisados à luz de referências de Ricardo Antunes (1999, 2005, 2009 e 2018) e Daniel Mill (2000, 2002, 2006, 2013, 2018). Os resultados demonstraram que: A) O tutor, em especial o que atua diretamente e prioritariamente no AVA, não tem definido o seu papel na EaD. Apesar do reconhecimento do papel relevante no processo de aprendizagem dos alunos, não tem garantido seus direitos enquanto trabalhador, sendo subjugado a um trabalho que lhe oferece uma remuneração baixa, com excesso de atribuições, falta de autonomia, inadequada infraestrutura de trabalho, número elevado de alunos por turma e contratos temporários de trabalho, caracterizando a precarização do trabalho docente. B) Os tutores investigados, apesar de não serem reconhecidos como docentes, assumem esta identidade profissional com muita responsabilidade, atribuem, ao seu fazer diário, atividades pedagógicas de mediação da aprendizagem, características das atividades de natureza docente, deixando o papel de animador e estimulador para os documentos que (in)definem o seu trabalho. C) Existe uma aproximação considerável entre o trabalho que é realizado pelo tutor e aquele realizado pelo docente da educação presencial.

Palavras- chave – EaD; Tutor; Trabalho

## **ABSTRACT**

This present research has as theme the worker in distance education. In particular, in this study, we will treat the work developed by e-learning tutor, which acts primarily in Virtual Learning Environment (VLE), of undergraduate courses offered, at distance, in public and private educational institutions in the State of Rio de Janeiro. In this sense, we propose, as a study problem, to investigate which are the approaches and detachments of the e-learning tutor's work, which has a primary role in VLE, with the work of the traditional classroom teacher. One of the objectives is to present subsidies that contribute to expanding the understanding about the work performed by the e-learning tutor and also their professional valorization. As methodological procedures for the development of this research, a questionnaire was applied followed by an interview with tutors who developed their work in the VLE of undergraduate courses offered at a distance by public and private institutions in the State of Rio de Janeiro. The collected data were analyzed in the light of references of Ricardo Antunes (1999, 2005, 2009 and 2018) and Daniel Mill (2000, 2002, 2006, 2013, 2018). The results indicated that: A) The tutor, in particular those who work directly and primarily in VLE, do not have a definition of their roles in e-learning. Despite the recognized relevant role in the student's learning process, they have not guaranteed their rights as worker, being subjugated to a job that offers low remuneration, with excessive assignments, lack of autonomy, inadequate work infrastructure, high number of students per class and temporary employment contract, characterizing the precariousness of the teaching work. B) The inquired tutors, despite not being recognized as teachers, take on this professional identity with a lot of responsibility, integrating, in their daily schedule, pedagogical activities of learning mediation, characteristics of teaching activities, letting the denomination of animator and stimulator to the documents that define (or do not define) their work. C) There is a considerable similarity between the work that is performed by the tutor and the one that is performed by the traditional classroom teacher.

Keywords: E-learning, Tutor, Work



## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Legislações que regulamentam a EaD.....	16
Tabela 2 - Divisão das atividades – professor coordenador e tutor.....	62
Tabela 3 - Funções específicas dos tutores.....	63
Tabela 4 - Divisão dos cursos de graduação pelas instituições parceiras do Cederj....	70
Tabela 5 - Das atribuições dos tutores – Instituições privadas.....	107
Tabela 6 - Das Atribuições dos tutores – Instituições públicas.....	108

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - REVISÃO DOS ARTIGOS DAS REVISTAS CIENTÍFICAS .....	20
GRÁFICO 2 – REVISÃO DAS DISSERTAÇÕES .....	21
GRÁFICO 3 - REVISÃO DAS TESES .....	25
GRÁFICO 4 - GÊNERO DOS INVESTIGADOS.....	71
GRÁFICO 5- FORMAÇÃO ACADÊMICA DE INVESTIGADOS .....	72
GRÁFICO 6 - TEMPO DE VÍNCULO DE TRABALHO .....	73
GRÁFICO 7 - TEMPO DE VÍNCULO DE TRABALHO .....	74
GRÁFICO 8 - RENDA INDIVIDUAL MENSAL .....	76
GRÁFICO 9 - RENDA FAMILIAR MENSAL.....	76
GRÁFICO 10 - QUANTAS PESSOAS VIVEM DA RENDA .....	77
GRÁFICO 11 - CARGA HORÁRIA DIÁRIA DE TRABALHO .....	77
GRÁFICO 12 - O SINDICATO .....	83
GRÁFICO 13 - O SINDICATO NA DEFESA DOS DIREITOS TRABALHISTAS.	84
GRÁFICO 14 - A CARTEIRA ASSINADA .....	87
GRÁFICO 15 - O TRABALHADOR ASSALARIADO .....	88
GRÁFICO 16 - A DEFESA DA CLASSE TRABALHADORA.....	89
GRÁFICO 17 - QUALIDADE DE VIDA E TRABALHO .....	90
GRÁFICO 18 – QUAL. DE VIDA E TRABALHAR COM O QUE SE GOSTA .....	90
GRÁFICO 19 - CONDIÇÕES PARA A QUALIDADE DE VIDA .....	91

## **LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS**

ABED - Associação Brasileira de Educação a Distância

ADOPEAD – Associação dos Docentes e Profissionais da Educação a Distância Pública do Estado do Rio de Janeiro

AVA - Ambiente Virtual de Aprendizagem

CECIERJ - Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro

CEDERJ - Centro de Educação a Distância do Estado do Rio de Janeiro.

CEFET-RJ - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca.

E - Entrevistado

EaD - Educação a Distância

EEFD – Escola de Educação Física e Desportos

IFES – Instituição Federal de Ensino Superior

IFAL – Instituto Federal de Alagoas

IFB - Instituto Federal de Brasília

IFSC - Instituto Federal de Santa Catarina

IFRN - Instituto Federal do Rio Grande do Norte

IFSM - Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Sul de Minas

IFTO - Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Tocantins

IPES - Instituições Públicas de Ensino Superior

FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LMS - Learning Management System

MEC - Ministério da Educação e Cultura

NIDES - Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social

QVT – Qualidade de Vida no Trabalho

SECTI - Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação

TDIC - Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação

TIC - Tecnologias de Informação e Comunicação

UAB - Universidade Aberta do Brasil

UENF - Universidade Estadual do Norte Fluminense

UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFAL – Universidade Federal de Alagoas

UFF - Universidade Federal Fluminense

UFJF - Universidade Federal de juiz de Fora

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFTM - Universidade Federal do Triângulo Mineiro

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRB - Universidade Federal da Bahia

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFSJ - Universidade Federal de São João Del Rei

UFSM - Universidade Federal do Sul de Minas

UFU - Universidade Federal de Uberlândia

UNB - Universidade Federal de Brasília

UNIPAMPA - Universidade Federal do Pampa

UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

UFF - Universidade Federal Fluminense

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	14
CAPÍTULO I.....	15
1 REVISÃO DE LITERATURA/ PROBLEMATIZAÇÃO.....	15
1.2 Objetivos.....	45
1.3 Relevância.....	45
1.4 Metodologia.....	46
1.4.1 Referencial Teórico.....	49
CAPÍTULO II.....	50
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	50
2.1 Referências de Ricardo Antunes.....	51
2.1.2 A nova morfologia do trabalho.....	53
2.1.4 O trabalho, o capital e a tecnologia.....	55
2.1.5 O trabalho digital, on-line e intermitente.....	56
2.2 Referências de Daniel Mill: Estudo sobre a caracterização do teletrabalho docente evidenciado nas atividades realizadas pelo tutor a distância.....	58
2.2.1 Quem é o docente da EaD.....	61
2.2.2 Precarização do trabalho docente a distância.....	64
CAPÍTULO III.....	67
3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	67
3.1 Os dados obtidos.....	71
3.2 Nossa síntese a partir dos dados coletados.....	113
4 Produto da dissertação.....	127
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	131
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	134
Anexo A – Projeto de Pesquisa desenvolvido pelo Grupo de Estudos e Pesquisas Vitor Marinho.....	143
Anexo B – Questionário da pesquisa.....	152
Anexo C – Roteiro de entrevista.....	157
Anexo D – Termo de consentimento.....	161

## APRESENTAÇÃO

A elaboração dessa proposta de pesquisa foi motivada pela experiência vivida como tutora e atualmente como coordenadora de um curso de formação de tutores oferecido por um projeto de extensão da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que tem sido responsável pela formação de muitos tutores que atuam no país. Em especial, a atuação como tutora de cursos de pedagogia a distância, que eram oferecidos em diferentes formatos, possibilitou perceber que o tutor, apesar de ser uma figura central no processo de aprendizagem, não possui uma identidade definida, não tem reconhecimento profissional, direitos trabalhistas e ascensão profissional.

Diante da importância do tutor no processo de formação em EaD e no desenvolvimento de atividades de natureza docente, realizamos uma revisão de literatura sobre o tema para identificar e delimitar um problema de estudo. Desse modo, na presente pesquisa, investigamos: quais as aproximações e os distanciamentos do trabalho do tutor do AVA com o trabalho do docente da educação presencial?

Trazendo as seguintes questões a serem investigadas:

- ✓ Qual a concepção dos tutores da Educação à Distância sobre o trabalho que realizam e sobre o mundo do trabalho?
- ✓ O trabalho do tutor da Educação à Distância seria uma forma de precarização do trabalho docente?

Na sequência, apresentamos nosso estudo em quatro capítulos. No primeiro capítulo trazemos a revisão de literatura com o problema de estudo, objetivo, relevância e metodologia de pesquisa. No segundo capítulo é apresentado o referencial teórico de análise, no terceiro temos a apresentação e análise dos dados e no quarto capítulo é apresentado o produto final.

## CAPÍTULO I

### 1 REVISÃO DE LITERATURA/ PROBLEMATIZAÇÃO

Atualmente, no Brasil, além dos cursos presenciais, são oferecidos cursos na modalidade de Ensino a Distância (EaD) pelas Instituições de Ensino Superior, conforme o artigo 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996 – Lei 9394/96. A EaD traz para o cenário da educação e para o mundo do trabalho a figura do tutor e de outros atores que juntos possibilitam a realização de cursos a distância.

Para este estudo, adotamos o termo tutor, que apesar de não ser unânime e poder sofrer variações, é o que está presente nos Decretos e Leis que utilizam esta terminologia para designar as atribuições que cabem a este profissional. Para a compreensão do que é ser tutor, partiremos da definição proposta por Schmid (2004). O autor define esse profissional como aquele que estabelece o contato com o aluno no universo virtual para, “através de uma relação pessoal, facilitar a este o desenvolvimento de todo o seu potencial intelectual e comunicacional” (p. 278).

Com o propósito de delimitar o problema de estudo sobre o trabalho do tutor da EaD, buscamos realizar uma ampla revisão de literatura a partir do levantamento da produção acadêmica sobre o tema publicada em livros, revistas científicas e na forma de dissertações de mestrado e teses de doutorado.

Inicialmente, realizamos um levantamento da produção acadêmica em revistas científicas e na forma de dissertações e teses, publicadas no período de 2001 a 2017, a partir do tema Educação a Distância (EaD). Neste espaço de 16 anos foram estabelecidas as legislações que viriam a legalizar efetivamente a EaD no Brasil, uma vez que esse modelo de ensino se tornou possível depois LDBEN – Lei 9394/96.

Art. 80. O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.

§ 1º A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

§ 2º A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativos a cursos de educação a distância.

§ 3º As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas.

§ 4º A educação a distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá:

I - custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens e em outros meios de comunicação que sejam explorados mediante autorização, concessão ou permissão do poder público;  
 II - concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas;  
 III - reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais. (BRASIL, 1996).

**Tabela 1 - Legislações que regulamentam a EaD**

<b>Documento vigente</b>	<b>Início da vigência</b>	<b>Detalhes específicos</b>
<b>Decreto nº 5.773/2006 base da regulação, supervisão e avaliação da educação superior</b>	09 de maio de 2006	Estabelece os princípios de regulação, supervisão e avaliação da educação superior
<b>Decreto nº 6.303/2007, que altera os Decretos 5.622/2005 e 5.773/2006</b>	12 de dezembro de 2007	Estabelece a exigência de polos de apoio presencial para a EAD
<b>Portaria Normativa MEC nº 40/2007</b>	12 de dezembro de 2007	Regras de tramitação de processos no sistema e-MEC
<b>Marco regulatório específico da EAD</b>		
<b>Decreto nº 5.622/2005 regulamenta o artigo 80 da LDBEN</b>	20 de dezembro de 2005	Regulamenta a modalidade de EAD
<b>Pareceres CNE/CES 195 e 197 — aprovação dos Instrumentos de Avaliação EAD</b>	13 de setembro de 2007	Instrumentos específicos para a avaliação de instituições, cursos e polos de apoio presencial
<b>Referenciais de qualidade EAD</b>	30 de agosto de 2007	Documento estruturante da oferta de cursos superiores na modalidade EAD
<b>Instrumentos de avaliação do Inep para a modalidade EAD (instituição, cursos e polos de apoio presencial)</b>	13 de setembro de 2007	Específico para EAD
<b>Decretos de organização do Ministério da Educação</b>		
<b>Decreto nº 6.320/2007 sobre reorganização do MEC</b>	20 de dezembro de 2007	Estrutura o setor responsável pela avaliação, regulação e supervisão em EAD



<b>Decreto nº 7.480/2011 sobre reorganização do MEC</b>	16 de maio de 2011	Estrutura o setor responsável pela avaliação, regulação e supervisão em EAD
<b>Decreto nº 9.057, que regulamenta o art. 80 da lei nº 9.394</b>	25 de maio de 2017	Regulamentação, ensino a distância, educação básica, ensino superior, lei de diretrizes e bases da educação nacional.

(Hélio Chaves Filho – Regulação da modalidade EaD no Brasil – p. 348).

Para a busca inicial estabelecemos como foco estudos que abordassem a temática EaD em Dissertações e Teses do Banco de Dados da Biblioteca Digital Brasileira e em Revistas Científicas publicados em Língua Portuguesa e qualificadas em B1, B2, A1 e A2 pelo Sistema Qualis Capes, das quais selecionamos: a Revista Internacional de Educação Superior, a Revista Teoria e Prática da Educação e a Revista Educação e Linguagem (B1), a Revista Atos de Pesquisa em Educação (B2), a Revista Educação e Pesquisa (A1), os Cadernos de Educação e a Revista Educação (A2).

### **Revisão das Revistas Científicas**

Como vimos, foram analisadas 07 revistas científicas, sendo encontrados um total de 265 artigos. Numa primeira análise, observa-se nos artigos que a EaD vem sendo abordada sob diferentes aspectos. Alguns dos temas gerais discutidos foram: o uso da tecnologia na educação, a formação inicial e continuada de professores na modalidade a distância, o material didático utilizado nas plataformas de ensino a distância, o papel do tutor, o docente na EaD, as políticas públicas e a formação dos professores dos anos iniciais e do professor especialista, entre outros.

Para identificar, dentre esses 265 artigos, aqueles que se relacionavam especificamente ao tutor da EaD na perspectiva da investigação proposta para esta pesquisa, elegemos e aplicamos separadamente as palavras-chaves EaD, Formação e Tutor.

Com a palavra-chave EaD verificamos que 233 artigos - ou seja, oitenta e oito por cento (88%) dos 265 encontrados - fizeram referência ao tema abordando assuntos relacionados aos avanços da EaD, aos seus limites e possibilidades, às legislações que a regulamentam, a sua expansão e ao seu histórico no Brasil.

Com a palavra-chave Formação (licenciatura/pedagogia/professor de EaD) identificamos 26 artigos, totalizando dez por cento (10%) dos 265 encontrados. Eles tratavam de assuntos como a análise metodológica e curricular de cursos oferecidos em EaD, dos modelos estruturais dos cursos e, principalmente, sobre os cursos de formação docente, ou seja, as licenciaturas. Desses 26 artigos, apresentamos três em destaque.

Um deles foi escolhido por trazer uma discussão importante a respeito dos argumentos utilizados pelo governo de São Paulo para a implementação da EaD naquele estado e sobre a qualidade dos cursos oferecidos na modalidade a distância, trazendo a preocupação da autora com o fato da modalidade contribuir para o empobrecimento da formação. Patto (2013), em seu artigo “A Educação a Distância e a falência da educação”, analisa a implementação dos cursos de graduação oferecidos na modalidade a distância nas universidades estaduais de São Paulo, no período de 2006 a 2010, e discute a formação que é oferecida aos estudantes na modalidade a distância, principalmente nos cursos de licenciatura. O argumento do governo para tal iniciativa, segundo a autora, seria a democratização do acesso ao conhecimento. No artigo chama-se a atenção para a falta de reflexão por parte do governo sobre a modalidade e para a massiva propaganda da EaD como consequência dos avanços tecnológicos da “pós-modernidade”. Para mostrar sua preocupação com tal formação, considerada por ela “semiformação”, a autora dialoga com pesquisadores como: Harvey, Adorno, Walter Benjamin, Mészáros e Gramsci. E também aborda temáticas como: o uso sem reflexão da tecnologia, a educação da “pós-modernidade” e seu não compromisso com a “formação da inteligência e da sensibilidade”, os efeitos de sua mercantilização na formação, a lógica da modernização capitalista, o endeusamento da técnica e da tecnologia, a aceleração do tempo para geração de mais valia e, por fim, ela questiona qual seria neste cenário o conceito de educação para a emancipação. A autora conclui com “inconclusões” que trazem questionamentos a respeito da “instalação das máquinas no coração do ensino” e expõe suas questões com relação à modalidade, são elas: Existe uma relação professor-aluno? A aprendizagem pode ser avaliada? A relação midiática substitui o convívio? É possível que haja uma relação pedagógica por meio de máquinas? A quem interessa o crescimento da EaD no Brasil?

O outro artigo que destacamos relata a experiência da formação a distância de professoras de uma rede pública. O artigo “Educação a Distância e formação docente: com a palavra o professor”, de Pottmeire e Probst (2014), apresenta a visão que os professores de uma escola pública do Vale do Itajaí-SC têm sobre a sua própria formação. Nesta pesquisa, as autoras constataram que, apesar de muitas dificuldades e limites, o curso realizado a distância foi uma importante oportunidade de formação para aqueles professores.

Um outro artigo em destaque trata sobre a formação do professor que tem enfrentado o desafio de atuar na modalidade a distância. No artigo de Lemos (2014) “A formação profissional e a prática docente na EaD”, a autora apresenta o resultado de sua pesquisa realizada com os professores de graduação que passaram a atuar na EaD, após a portaria 4.059/04 do MEC, que regulamentou a oferta de 20% da carga horária total a ser oferecida a distância nos cursos de graduação. Esta possibilidade de uma formação semipresencial fez surgir a necessidade de professores para atuarem nestas disciplinas. A pesquisa constatou a falta de preparo dos professores para atuarem na modalidade a distância e a escassez de cursos voltados para a formação pedagógica para o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Isso acaba levando os professores a terem que aprender, na prática, como trabalhar nesta nova realidade esbarrando em muitas dificuldades, em especial, a de sustentar um diálogo entre alunos e professores, algo essencial para a pedagogia. Um outro dado importante levantado pela pesquisa diz respeito ao aumento significativo das atividades desenvolvidas pelos professores que exigem destes “novos saberes e novas práticas” e o “desenvolvimento de habilidades e comportamentos específicos”, o que ocasionou a ampliação do trabalho do professor. A autora conclui chamando a atenção para os avanços tecnológicos que proporcionaram o surgimento e o constante crescimento da modalidade a distância, apontando para a necessidade da formação adequada que deve ser dada aos professores.

Com a palavra-chave tutor, por fim, 6 dentre os 265 artigos encontrados apresentaram discussões relativas às competências para a atuação na modalidade a distância, sendo que o trabalho do tutor aparece, muitas vezes, como mais uma competência da atividade docente. Foram também encontrados estudos relacionados à questão do profissional que surgiu junto com a EaD e sobre a institucionalização dos cursos a distância. Destes 6 artigos, destacamos um que retrata o contexto de profissionalização da atividade de tutoria.

Nesses termos, Mill e Fidalgo (2009) apresentam o artigo “O uso dos tempos e espaços do trabalhador da EaD virtual: produção e reprodução da idade média”, no qual discutem a relação entre os tutores virtuais x espaço e o tempo de trabalho x educação a distância virtual. Com este debate, surgem elementos para a reflexão sobre as possibilidades e os limites do teletrabalho docente. O estudo trouxe à tona a questão do trabalho excessivo realizado pelo tutor, o que tem relação com o fato deste não dispor, muitas vezes, de horário e de local específico de trabalho. Não podemos desconsiderar as influências da organização de trabalho imposta aos professores e ancorada no modelo taylorista de produção. O trabalho excessivo realizado pelo tutor vem ao encontro de um sistema que promove a precarização, o trabalho multifacetado e flexível entre os trabalhadores docentes da modernidade.

A seguir, trazemos uma representação gráfica da revisão realizada nas Revistas Científicas:

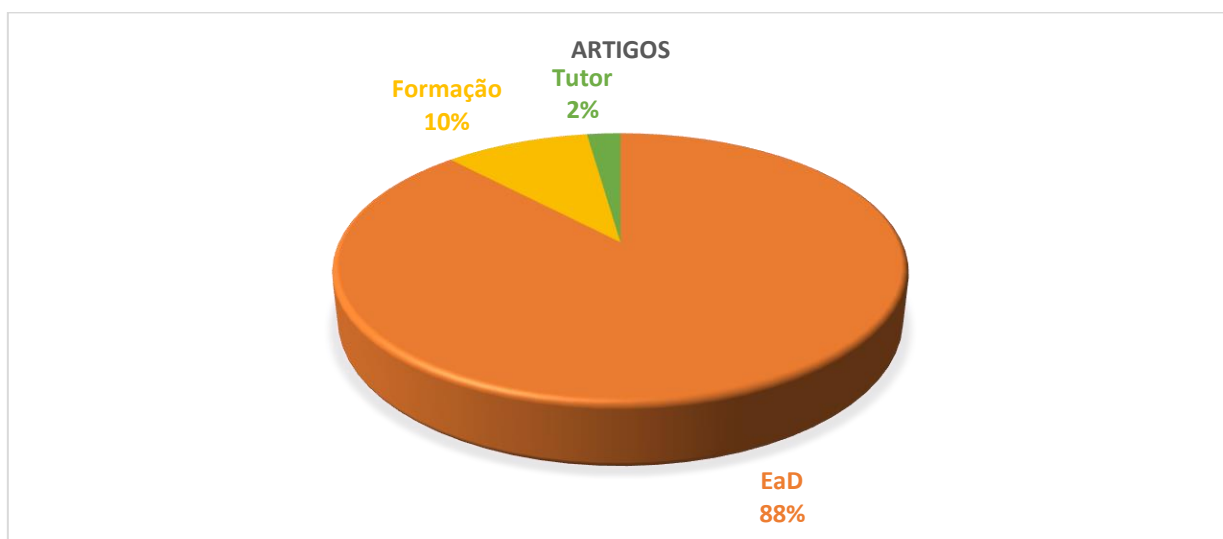


GRÁFICO 1 - REVISÃO DOS ARTIGOS DAS REVISTAS CIENTÍFICAS

### **Revisão das Dissertações e Teses do Banco de Dados da Biblioteca Digital Brasileira**

Seguindo a forma utilizada na revisão das revistas, elegemos as mesmas palavras-chaves, EaD, formação e tutor, para identificar as dissertações e teses - dentre as 288 e 84 encontradas, respectivamente - que se relacionavam ao tutor da EaD, na perspectiva da investigação aqui proposta.

#### **- Revisão das Dissertações**

Com a palavra-chave EaD, das 288 dissertações encontradas, 172, ou seja, sessenta por cento (60%) delas, tratavam do tema abordando questões como: as políticas públicas para a modalidade, a análise de propostas curriculares de cursos de graduação oferecidos a distância e o acompanhamento da implementação de cursos da modalidade.

Com a palavra-chave formação, verificamos que a discussão sobre cursos de graduação a distância teve destaque em 94 dissertações das 288 encontradas, resultando em trinta e dois por cento (32%) do total. Pesquisadores deram atenção aos cursos de formação de professores, principalmente para os de escolas públicas das séries iniciais.

Já com relação à palavra-chave tutor, um total de 22 dissertações, oito por cento (8%) das 288 encontradas, apresentaram estudos que retratavam discussões sobre o perfil do tutor e as habilidades específicas que ele deve ter em comparação ao docente do ensino presencial e da visão do próprio tutor sobre o seu fazer pedagógico. Um desses estudos que destacamos foi

o desenvolvido por Casqueiro (2013) com o título: “A profissionalização do trabalho do tutor”. Seu estudo teve como objetivo investigar a profissionalização do tutor da EaD, buscando conhecer a percepção deste profissional sobre seu trabalho.

A seguir, trazemos uma representação gráfica dessa revisão realizada no Banco de Dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, tendo como ponto de partida o ano de 2001:

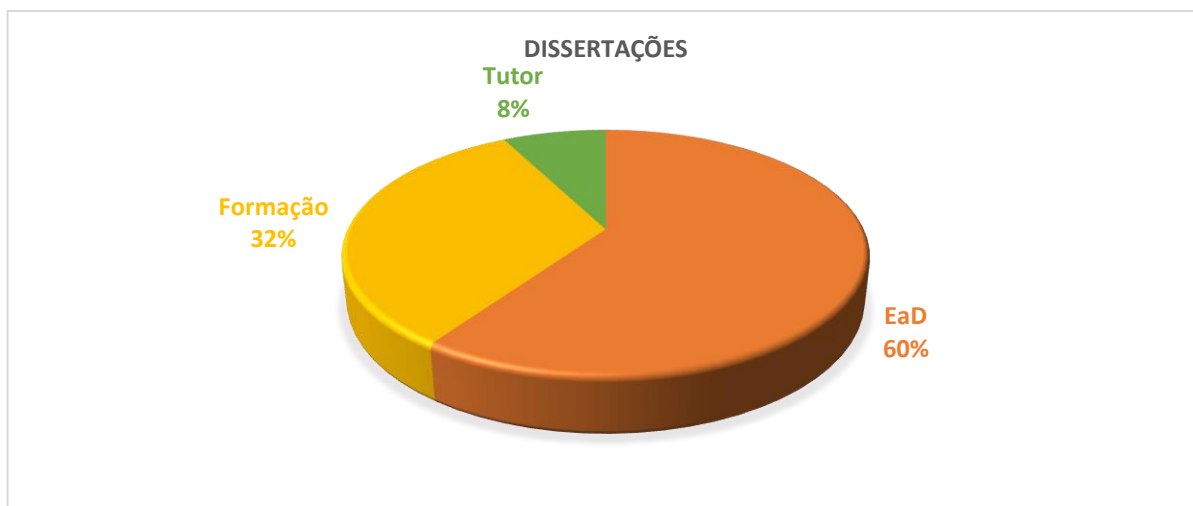


GRÁFICO 2 – REVISÃO DAS DISSERTAÇÕES

### - Revisão das Teses

Cabe ressaltar que o período de busca teve como recorte os anos entre 2001 e 2017, a partir do qual foram encontradas 84 teses.

Com a palavra-chave EaD, foram encontradas 24 teses, representando 29% do total. Nesses estudos foram ressaltados assuntos como: o estudo aprofundado da modalidade, a institucionalização da EaD, a influência da tecnologia na modalidade e os cursos semipresenciais. Vale esclarecer que, apesar de encontrarmos o termo semipresencial nos anúncios de cursos EaD e na literatura, o Ministério da Educação (MEC) destaca que existem cursos de graduação presenciais que oferecem parte de sua carga horária a distância e cursos na modalidade a distância que possuem atividades presenciais. Neste sentido, seria um equívoco o uso do termo semipresencial. Contudo, essa expressão aparece neste estudo por fazer parte do vocabulário da EaD, sendo utilizada como forma de distinção entre os cursos totalmente presenciais e aqueles que, mesmo sendo presenciais, oferecem atividades a distância, ou ainda, aqueles que mesmo sendo a distância exigem o cumprimento de algumas atividades presencialmente.

A palavra-chave Formação apareceu em 7 teses, o que correspondeu a 8% do total. Com esta temática, foram abordados assuntos como: a formação de professores em EaD, a formação

do tutor da EaD, a formação do pedagogo a distância e a mediação pedagógica nos cursos oferecidos na modalidade a distância.

Diferentemente do que ocorreu na revisão das revistas e das dissertações defendidas, a palavra-chave tutor foi a que mais se destacou nas teses encontradas. Das 84 teses analisadas, 53, ou seja, 63% do total das pesquisas abordaram o trabalho do tutor a partir de questões como: as dimensões da tutoria, seu perfil, sua formação e sua prática; a profissionalidade do tutor; a identidade do tutor; o tutor formador; os modelos de tutoria; a prática dos tutores; análises do trabalho desenvolvido pelos tutores; a mercantilização do ensino.

Dessas 53 teses analisadas com a palavra-chave tutor, escolhemos destacar duas que abordam questões pertinentes ao presente estudo.

A tese defendida por Gomes (2015), na Universidade Federal de Pernambuco, com o título: “A profissionalidade do tutor na docência no sistema Universidade Aberta do Brasil: tensões entre concepções e exercício docente”, teve como objetivo geral compreender a prática docente do tutor em EaD no universo da Universidade Aberta do Brasil (UAB). Para isto, o autor buscou entender como o tutor constitui sua profissionalidade e quais seriam os saberes necessários para a realização da atividade de tutoria.

Gomes (2015) fez sua análise a partir dos documentos que seriam os reguladores da EaD/UAB e utilizou a literatura da área que aborda o assunto. O pesquisador fez um estudo comparativo entre a prática do professor tutor e as diretrizes para este profissional descritas nos documentos oficiais. Sua intenção era entender se esse profissional poderia ser considerado professor. Para tanto, ele usou três “percursos denominados de vértices por fazer uma alusão à análise triangulada, cuja convergência residiu em verificar as aproximações e distanciamentos sobre a concepção de tutoria”. (p. 182). A primeiro vértice buscou captar as concepções do poder público/IFES sobre a tutoria, trazendo para a reflexão as figuras do tutor e do bolsista do sistema UAB, atribuindo a este perfil profissional docente. O segundo percurso apresentou o que os teóricos ligados à EaD pensam sobre o professor tutor e como constroem suas percepções a respeito da “profissionalidade e saberes docentes”, além da natureza pedagógica da atividade que executam. A última vértice foi elaborada a partir da análise da participação dos professores tutores em exercício nos cursos do IFAL e da UFAL. Foram colhidos relatos deles sobre o fazer diário da tutoria nos cursos de EaD/UAB.

Em suas considerações, Gomes (2015) destaca a falta de identidade docente do tutor preconizada na legislação. Ao tutor são atribuídas várias atividades de cunho pedagógico, no entanto, a legislação em momento nenhum relaciona a função de tutoria a uma função docente. Para o autor, os conflitos aparecem pelo fato de o tutor possuir experiência na docência e acabar

tendo uma autonomia que, às vezes, incomoda ao coordenador. Os professores assumem, formal ou informalmente, atribuições que não são previstas no contrato de bolsista – tutor. Quanto ao sistema UAB, para o autor, o professor tutor desenvolve suas atividades de tutoria como “coadjuvante”, quando comparado com professores de outros perfis, como o professor “conteudista”, o professor formador ou professor coordenador. Contudo, é inegável que o professor tutor está à frente do fazer pedagógico, assumindo uma posição de maior fragilidade em relação aos demais. Desta forma, o autor demonstra preocupação com o valor que é dado ao ensino, quando se nega as complexidades envolvidas na mediação pedagógica.

Segundo Gomes (2015), apesar do trabalho pedagógico prescrito, ele vê nos depoimentos dos tutores investigados que o “trabalho real” executado rompe as barreiras das descrições prescritas, embora sob controle de outros atores da EaD. Neste sentido, o tutor seria um “profissional docente em construção”, o que se dá por atuarem,

em um Sistema cujo marco regulatório de referência está defasado em comparação com seu desempenho profissional o que o coloca em situação de incompletude por não se poder referendá-lo oficialmente como professor, embora suas práticas colaborem para que essa afirmativa seja verdadeira (GOMES, 2015, p 186).

Uma outra tese que destacamos para retratar o trabalho do tutor é a de Vieira (2019), de título “A configuração do trabalho docente na educação superior a distância: uma análise do trabalho do tutor”, que foi defendida na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O objetivo do estudo foi compreender e analisar a configuração do trabalho do tutor nos cursos de graduação a distância das instituições públicas federais. A autora investigou como se configura o trabalho docente do tutor e se este trabalho na EaD produziu mudanças na dinâmica do trabalho docente, além de discutir em quais condições se desenvolve o trabalho do tutor da EaD.

Para realizar o estudo, Vieira (2019) buscou compreender, à luz da literatura escolhida para a análise, o trabalho docente e a educação a distância no capitalismo. Para tanto, realizou um estudo documental das políticas federais de educação superior implementadas entre os anos de 1990 e 2016 e analisou experiências de educação superior a distância, nacionais e internacionais, tendo como foco o trabalho realizado pelo tutor. Por fim, a partir das informações coletadas, problematizou o trabalho do tutor nas instituições públicas federais.

Esta pesquisa trouxe aspectos críticos sobre a implementação da modalidade a distância, bem como o uso da tecnologia no universo educacional. Além disso, apresentou subsídios para

reflexão sobre as intenções mercadológicas, de viés neoliberal e capitalista, por trás do incentivo federal para expansão da EaD. A tese também abordou a forte ligação da EaD com a precarização do trabalho docente, evidenciado como o trabalho do tutor é marcado por questões como ausência de vínculo empregatício ou por contratos apenas temporários e de tempo parcial.

A autora traz para a discussão a proposta da UAB como política governamental que contribui para a exploração do trabalho do tutor, quando deveria romper com a distinção entre a modalidade a distância e presencial, oferecendo a ambas as mesmas condições de funcionamento. Ela destaca também o trabalho do tutor como indispensável na EaD e chama atenção para a necessidade de reconhecimento, valorização e regulamentação deste profissional que exerce funções características da docência e que precisa ser legalmente reconhecido como professor “para que possa usufruir dos direitos historicamente conquistados em relação à profissão docente, pois sua identidade está em construção” (VIEIRA, 2019, p.187).

Nesse sentido, seu trabalho não defende a criação da “profissão tutor”, mas o reconhecimento do tutor como professor. Desta forma, a pesquisadora entende que não existiria mais a figura do tutor, mas sim a do professor, este que poderia atuar nas duas modalidades de ensino – presencial e a distância. Vieira (2019) conclui que:

O trabalho docente na EaD está sendo reconfigurado, potencializando novas formas de exploração e precarização, estando em consonância com os pressupostos neoliberais da Terceira Via, com um modelo de Estado gerencial, difundido a partir dos anos de 1990. Nesse contexto, com a expansão da EaD, surge a figura imprescindível de um novo profissional: o tutor, que, apesar de exercer uma função inerente à docência, não é reconhecido legalmente como professor ou trabalhador, atuando como bolsista na esfera pública federal brasileira, o que demarca uma nova forma de exploração, precarização e terceirização do trabalho docente (p. 187).

A seguir, apresentamos a representação gráfica da revisão de teses feita nos bancos de teses e dissertações da biblioteca digital.



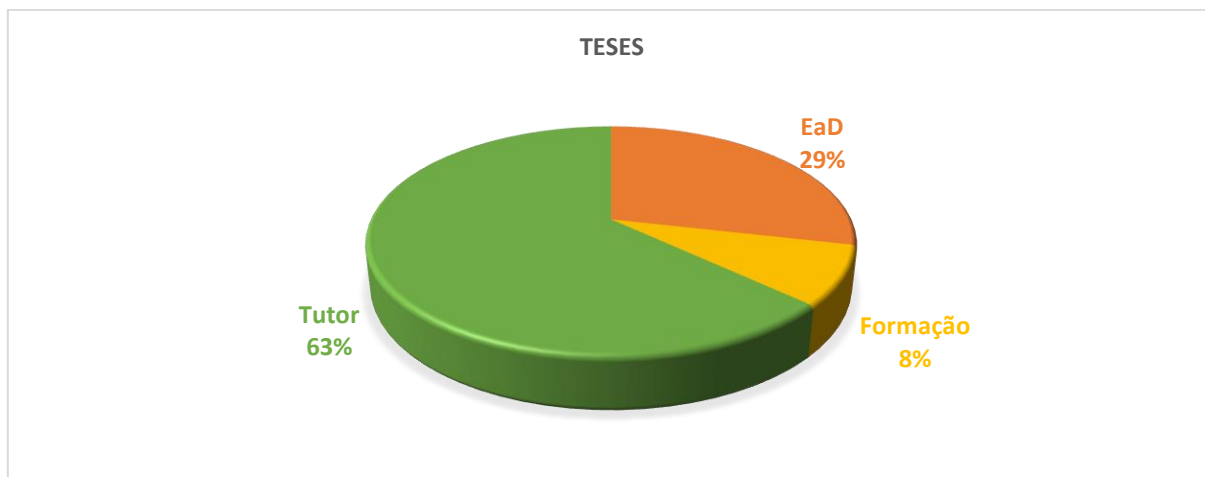


GRÁFICO 3 - REVISÃO DAS TESES

O levantamento da produção acadêmica descrito acima demonstra que há uma quantidade relevante de teses, dissertações e artigos que refletem sobre o papel do tutor na EaD. Mas há ainda muito o que se problematizar, conhecer e ampliar sobre esse tema. É pressuposto, por exemplo, que o trabalho do tutor da EaD seja uma “nova profissão” que surge no século XXI como uma “nova categoria” da classe trabalhadora. Cabe entender que lugar o tutor ocupa nesta nova configuração do trabalho docente. Desse modo, vale discorrer e aprofundar as reflexões sobre o mundo do trabalho contemporâneo, dando destaque à figura do tutor da EaD.

### 1.1.2 Trabalho, Tecnologia e Educação

Alonso (2010) aponta para a necessidade da existência de diferentes profissionais atuando na EaD para que o processo ensino aprendizagem seja garantido. Destes profissionais, o autor destaca o designer instrucional, o designer gráfico, o tutor presencial e a distância, os técnicos de som e imagem, os especialistas em informática/programadores, o conteudista/autor, o docente de disciplina/formador, os coordenadores, entre outros.

Uma educação que demanda o envolvimento de tantos profissionais diferentes para garantia da aprendizagem acaba por redesenhar toda a estrutura pedagógica e lança um olhar para a questão do docente necessário a este novo modelo educativo. Destacando a figura do tutor, no contexto da EaD, e buscando compreender qual a natureza das atividades desenvolvidas por este profissional, cabe discutir mais amplamente sobre o tutor, a EaD e sua interseção no sistema brasileiro de ensino.

É importante destacar que este processo de surgimento de outras formas de aprender e ensinar não está desvinculado da realidade “pós moderna” e “pós industrial”, instaurada pela efetivação do sistema capitalista de produção. Este sistema exerceu e exerce influência em todos

os setores da sociedade, principalmente quanto às formas de organização do trabalho. O trabalho artesanal deu lugar à manufatura, trazendo, com isto, a divisão do trabalho. O trabalho docente, assim como outros ofícios, acompanhou as mudanças impostas pelo novo sistema.

Para Marx (1983), o trabalho humano se configura na mediação entre o homem e a natureza com objetivo de produzir um bem material que seja útil à sociedade. Neste sentido, o homem modifica a natureza intencionalmente por meio do trabalho. A teoria marxista sobre o trabalho nos ajuda a compreender as mudanças políticas, econômicas e históricas que emergiram após o surgimento do modo de produção capitalista. O trabalho é uma necessidade natural do homem que o aproxima da natureza, uma vez que ele se utiliza da natureza para suprir suas necessidades. O autor considerava o trabalho em sua versão primitiva como algo inerente ao ser humano e indispensável para o desenvolvimento do homem e da sociedade, no entanto, quando o processo de trabalho se caracteriza, essencialmente, pela relação de exploração do capitalista, em que o trabalhador tem uma relação alienada com o produto e com a sua força de trabalho, ele deixa de ser “apropriado”.

[...] a expressão trabalho tanto significando a atividade do trabalhador quanto indicando o produto dessa atividade, não goza, como se diria, de boa reputação nos escritos marxianos e não há, ou pelo menos nem sempre, nem automaticamente, um significado positivo em Marx, que até reprovou a Hegel por só ver-lhe o aspecto positivo. Desde o início – e veja-se, a propósito, os Manuscritos de 1844, nos quais está contida essa crítica a Hegel – “trabalho” é, em Marx, termo historicamente determinado, que indica a condição da atividade humana no que denomina “economia política”, ou seja, a sociedade fundada sobre a propriedade privada dos meios de produção e a teoria ou ideologia que a expressa (MANACORDA, 1996, p.44).

Para compreender a complexidade da temática “trabalho”, Marx (2014, p. 371) propôs a análise dos elementos que constituem o mesmo: “1. A atividade adequada a um fim, isto é, o próprio trabalho; 2. A matéria a que se aplica o trabalho, o objeto de trabalho; 3. Os meios de trabalho, o instrumental de trabalho.” A junção destes elementos é o que produz a mercadoria, que seria a “célula econômica da sociedade burguesa”. Segundo o autor, a mercadoria que se produz com o trabalho pode ser revertida em valor de uso ou em valor de troca. O primeiro seria o que atende às necessidades da sociedade – o trabalho concreto – o segundo, o que garante o lucro ao capital – o trabalho abstrato.

O capitalismo trouxe consigo o trabalho assalariado. A partir do momento que o homem passou a vender a sua força de trabalho e foi separado dos meios de produção, se evidenciou um processo de estranhamento, pois seu trabalho deixou de ser concreto, no sentido de atender

às suas necessidades, e passou a ser abstrato, atendendo às necessidades do capital. A indústria capitalista efetivou a divisão social do trabalho, com vários trabalhadores diferentes vendendo sua força de trabalho para um capitalista, que é o dono dos meios de produção, com o objetivo de produzir mercadorias com valor de troca.

As máquinas, ferramentas modernas, possibilitaram o crescimento das indústrias e, conseqüentemente, fomentaram a necessidade da contratação da força de trabalho humana. Há correntes de pensamento que acreditam que o progresso, que seria causado pelo evolucionismo natural da humanidade, trouxe os avanços tecnológicos que foram fundamentais para o desenvolvimento das sociedades. Porém, é preciso analisar mais profundamente as conseqüências de tais avanços.

As tecnologias vêm trazendo mudanças em diversas áreas do conhecimento. No mundo do trabalho, elas apresentam uma nova condição para o trabalhador. As máquinas modernas trazem consigo a necessidade de aquisição de novos conhecimentos para a sua utilização, impondo ao trabalhador a aprendizagem de novos procedimentos para manter-se empregado. Saber fazer uso das tecnologias de comunicação e de informação, por exemplo, tem sido importante para a manutenção do trabalhador no mundo do trabalho. Para Vieira Pinto (2005) entender os usos da tecnologia e pensar a mesma de forma crítica é importante para compreendê-la como uma ação criativa do homem e que faz parte do seu processo de “hominização”.

Álvaro Vieira Pinto, filósofo e estudioso da tecnologia, traz em sua obra uma importante contribuição para um entendimento mais crítico a respeito da tecnologia, entendida por ele como algo que esteve presente em toda a existência humana, uma vez que o homem está sempre modificando a natureza a fim de construir um ambiente que lhe traga mais qualidade de vida. Para Vieira Pinto (2005), erramos quando olhamos as coisas produzidas simplesmente a partir da técnica, pois “[...] a verdadeira finalidade da produção humana consiste na produção das relações sociais, a construção de formas de convivência” (2005, p.210).

É preciso que tenhamos uma reflexão crítica sobre o fenômeno tecnológico que estamos vivendo, entendendo o que é a tecnologia e os impactos que ela pode trazer para o homem e para a sociedade. Sem esta reflexão, corre-se o risco de um endeusamento da tecnologia, colocando-a como centro do debate, orientando nosso pensamento no sentido de vê-la como produtora do ser humano e não o contrário.

Vieira Pinto (2005) trouxe a discussão sobre o que é tecnologia para os campos filosófico e político, apresentando o tema como um problema e sugerindo uma reflexão a

respeito do papel, das vantagens e desvantagens da tecnologia. O autor nos apresenta quatro definições para o termo tecnologia. A primeira como o “logos” da técnica,

O primeiro sentido etimológico: ‘tecnologia’ como o ‘logos’ ou tratado da técnica. Estariam englobados, nesta acepção, “a teoria, a ciência, a discussão da técnica, abrangidas nesta última acepção as artes, as habilidades do fazer, as profissões e, generalizadamente, os modos de produzir alguma coisa” (VIEIRA PINTO, 2005, p. 2219).

Esta definição é considerada por ele como a que carrega o “sentido primordial” do conceito. A segunda seria a tecnologia como sinônimo de técnica, que o autor julga ser uma definição bastante equivocada, pois, para a filosofia, tecnologia e técnica são coisas distintas. Na terceira definição a tecnologia é descrita como o conjunto de todas as técnicas acumuladas em determinado período histórico. E na quarta, a tecnologia é apresentada como ideologia da técnica e força capaz de fazer mudanças na sociedade, o tecnocentrismo.

De acordo com Vieira Pinto (2005), é preciso que os profissionais técnicos façam uma reflexão sobre a sua atuação profissional para assim compreenderem a sua realidade existencial, entendendo integralmente seu processo, para se sentirem capacitados para explicar não somente como, mas porquê fazem seu trabalho.

Cabe compreender, por exemplo, o fato da tecnologia estar concentrada nas mãos de poucos, sendo as classes menos favorecidas, ditas “subalternas”, apenas receptoras das inovações técnicas. Isto acontece porque os indivíduos oriundos dessas classes não compreendem, integralmente, sua realidade e, assim, não têm condições de mudá-la.

O conceito de “era tecnológica” é apontado por Vieira Pinto (2005) como ideológico para a dominação que separa o homem da técnica e o “desumaniza”, o “coisifica”; o que o restringe a mero consumidor, incapaz de pensar e produzir tecnologia. Nesta massificação ideológica, o homem não se percebe produtor, apenas consumidor das “coisas” que a sua classe social pode comprar. Dessa forma, o homem é dominado por outro homem, vende sua força de trabalho e é explorado.

Para que haja mudança destas condições, Vieira Pinto (2005) aponta a educação como caminho. Afirma que é preciso um projeto de educação que realmente “alfabetize” os homens para que estes compreendam o seu papel na sociedade, a importância do trabalho e do trabalhador, o processo de construção da divisão de classes, as formas como se perpetua o sistema de produção e as conexões existentes entre a técnica e a mecanização do trabalho com diferentes formas de dominação.

O trabalho que as massas executam funda sua visão de mundo. Nas formas inferiores, exploradas, humildes, o trabalhador não chega a ter senão uma noção sensível da realidade, e, ainda que deseje modificá-la, não alcança compreender como isso seria possível. Ao progredir nas formas de produção, se criam formas superiores de trabalho, realizado por um volume cada vez maior de pessoas, as quais, pela necessidade de fazê-lo bem, têm que possuir conhecimentos amplos. Precisam de instrução técnica e uma formação cultural que tende sempre a crescer, sem possibilidade de que interesses na execução do trabalho possam fixar-lhe um limite. A consciência do trabalhador, uma vez despertada, se descobre como um processo individual sempre mais independente. Com isso, sua percepção da realidade se engrandece, e aprofunda o conhecimento das causas de sua situação; e assim o indivíduo é levado a uma interpretação de si mesmo, de seu papel no mundo e na sociedade (VIEIRA PINTO, 1973, p. 244-245).

Em síntese, tecnologia, para Vieira Pinto (2005), é a capacidade que o homem tem de atuar sob a natureza, transformando-a para construir o seu ambiente e para melhorar a sua qualidade de vida. Para isto, ele precisa pensar, criar, conhecer suas potencialidades e pensar criticamente os elementos que constituem sua identidade.

As reflexões trazidas nos sugerem repensar o uso do termo tecnologia e da própria ideia de trabalho. De acordo com Vieira Pinto (2005), o homem que domina sua técnica de trabalho, partindo de algo existente para criação de algo elaborado, passa do subdesenvolvimento ao desenvolvimento, pois esta ação exige uma compreensão mais elaborada do mundo. O homem só trabalha para si quando o faz em benefício da sociedade: “O avião não foi feito para voar, mas para o homem voar” (VIEIRA PINTO, 2005, p.80). O trabalhador não deve recusar a tecnologia, mas se apropriar das técnicas mais elaboradas para seu próprio desenvolvimento. Nesse sentido, o autor se aproxima da concepção marxista sobre o trabalho, considerando que o trabalhador se torna alienado quando se distancia do trabalho que executa.

Uma consequência imediata da alienação do homem a respeito do produto do seu trabalho, da sua vida genérica, é a alienação do homem relativamente ao homem. Quando o homem se contrapõe a si mesmo, entra igualmente em oposição com os outros homens. O que se verifica com a relação do homem ao seu trabalho, ao produto do seu trabalho e a si mesmo, verifica-se também com a relação do homem aos outros homens, bem como ao trabalho e ao objeto do trabalho dos outros homens. De modo geral, a afirmação de que o homem se encontra alienado da sua vida genérica significa que um homem está alienado dos outros, e que cada um dos outros se encontra igualmente alienado da vida humana (MARX, 1993, p. 166).

O trabalhador do sistema de produção capitalista é produtor de bens que não lhe pertencem, assim, vende a sua única forma de subsistência, o trabalho, se tornando uma

mercadoria. O homem quando vende a sua força de trabalho, se transforma na mercadoria de outro homem. Segundo Vieira Pinto (2005), a base de construção da sociedade são as condições materiais e a partir da compreensão destas condições é que, como facilitador, o homem conseguiria transformar a sociedade. Assim, as condições materiais são características fundamentais do homem e o que o diferencia dos animais é o trabalho. O trabalho deve ser útil à sociedade, desde o trabalho primitivo, aquele para a sobrevivência, até os mais sofisticados, como aqueles no âmbito da informática, por exemplo.

É do e pelo trabalho que o homem se faz homem, constrói a sociedade, é pelo trabalho que o homem transforma a sociedade e faz história, o trabalho torna-se categoria essencial que lhe permite não apenas explicar o mundo e a sociedade, o passado e a constituição do homem, como lhe permitem antever o futuro e propor uma prática transformadora ao homem, propor-lhe como tarefa construir uma nova sociedade (ANDERY, 2012, p.399).

O modo de produção capitalista trouxe uma nova concepção do que é o trabalho. Este definido em uma concepção marxista, como sendo antes uma forma de subsistência e como produto social, se transforma, por força do capitalismo e dos meios de produção, em elemento imprescindível para a obtenção de mais-valia para o crescente acúmulo de capital.

Essa perspectiva de trabalho exigiu novas formas de organização com o objetivo de trazer cada vez mais lucro ao dono do capital. Por isto, a partir da industrialização, os sistemas industriais que procuravam atender à nova configuração do trabalho para a realidade apresentada formam os modelos: fordista, taylorista e toyotista.

De maneira sintética, podemos indicar que o binômio taylorismo/fordismo, expressão dominante do sistema produtivo e de seu respectivo processo de trabalho, que vigorou na grande indústria, ao longo praticamente de todo o século XX, sobretudo a partir da segunda década, baseava-se na produção em massa de mercadorias, que se estruturava a partir de uma produção mais homogeneizada e enormemente verticalizada (ANTUNES, 2009, p. 38)

O padrão taylorista/fordista tinha como objetivos principais: controlar ao máximo os trabalhadores para combater o desperdício na produção, reduzir o tempo de trabalho destinado à construção de uma peça e aumentar o ritmo de trabalho para intensificar as formas de exploração. Uniu-se, em favor do crescimento do capital, a produção em série fordista com o cronômetro do taylorismo e a divisão do trabalho entre quem elabora e quem executa. O trabalho em suas configurações atuais é, portanto, uma invenção da industrialização, que fez com que o trabalhador passasse a vender seu tempo e tivesse seu trabalho fragmentado, controlado, precarizado e alienado, incorrendo na subsunção real do trabalhador ao capital.

Desde que se instituiu como sistema de produção, o capitalismo vem influenciando todos os aspectos da sociedade. A escola, como não é alheia a esse processo, sofre interferências deste modelo de produção e vem por décadas sendo parte de um sistema de formação de força de trabalho para o mercado de trabalho. Seguindo a lógica do mercado, as escolas adotaram como modelos de gestão estruturas organizacionais de trabalho nos moldes fordistas, taylorista e toyotista. Assim, os fundamentos da administração escolar foram bastante impregnados pelas teorias administrativas destes modelos. Para Pinheiro (2017, p. 50 apud Paludeto, 2013, p.30), não é possível considerar a administração escolar totalmente taylorista/fordista, mas olhando para a forma como se caracteriza o sistema escolar, entre o conceber e o fazer, é possível fazer referência aos modelos de produção apresentados. Existe também uma semelhança na forma como a escola organiza e distribui seus profissionais, até no seu objetivo como escola.

Alves (2001) buscou em seus estudos compreender como as interferências da organização do trabalho, propostas pela indústria, adentraram o espaço escolar promovendo mudanças na organização do trabalho didático, que foram impulsionadas pelo uso dos novos recursos tecnológicos. Para este autor, assim como a produção de materiais passou do processo artesanal para o manufatureiro, a escola seguiu esta mesma lógica, alterando significativamente o trabalho do professor. O autor destaca que este processo se iniciou ainda no século XVII com Comenius, que foi considerado o pai da escola moderna e propôs o ensino simultâneo ou coletivo para a expansão da escola elementar.

De acordo com Alves (2001), Comenius acreditava que era necessário um novo modelo de educação, que não a familiar. Assim, ele propôs uma educação popular que garantisse o acesso à toda a juventude e, para isto, desenvolveu uma forma de organização do trabalho na escola. Para Alves (2001), esta forma de organização caracteriza o início da divisão do trabalho no interior da escola, sendo a divisão questão primordial para reorganizar os processos de trabalho nos moldes manufatureiros. A proposta de Comenius introduz instrumentos para a realização do trabalho didático, como mapas, compasso, quadros e, em especial, o livro didático, que traria uniformidade ao trabalho docente.

A instrumentalização do trabalho docente favoreceu a sua simplificação e objetivação, o que colaborou para a diminuição dos custos da instrução. A simplificação, a objetivação e a divisão do trabalho foram tirando do professor o papel de protagonista. A inserção do livro didático, por exemplo, simplificou o trabalho do professor ao ponto de se cogitar que qualquer pessoa menos qualificada, tendo tal ferramenta em mãos, poderia ensinar.

A simplificação do trabalho didático, tanto para o aluno como para o professor, ganhava destaque nas considerações de Comenius, ao mesmo tempo em que a sala de aula começava a ser tratada como um espaço cujo domínio se deslocava do professor para o manual didático. Na atividade de ensino passava a reinar o texto especializado, que excluía os antigos instrumentos de trabalho e submetia o professor ao seu férreo controle. O manual didático, comportando toda a gama de suas especializações, decorrentes dos diferentes momentos da escolarização e das distintas áreas do conhecimento, estreitou os limites do saber exigido do professor, pois, objetivamente, restringiu-os aos seus próprios limites. Assim concretizou de uma forma evidente, também, a reprodução da divisão do trabalho, dentro do estabelecimento escolar, de um modo similar ao ocorrido anteriormente na manufatura (ALVES, 2001, p. 99).

Se o trabalho do professor sofre alterações, conforme os períodos históricos no qual está inserido, a escola também passa por mudanças, redefinindo sua organização, sua base estrutural, bem como sua função como instituição formadora. E qual seria a função da escola desde o seu surgimento? Alguns autores se propuseram a responder esta pergunta.

Bourdieu (1999) assegura que a escola pública é parte de um processo de manutenção das desigualdades, sendo uma escola reprodutivista. Seu pensamento leva em consideração o déficit cultural das crianças das classes menos favorecidas e aponta que, mesmo havendo uma “facilidade” de acesso, há muitas desigualdades e diferenças de herança cultural entre as crianças, o que afeta a permanência delas na escola. A unificação do sistema escolar, segundo ele, deixou evidente as diferenças culturais no interior da escola, pois quanto maior a herança cultural, maior a probabilidade de sucesso escolar e quanto menor, maior a possibilidade do fracasso escolar. Porém, o autor acreditava que a escolas poderiam ser também um espaço de socialização. Mas para isto seria preciso lutar por um trabalho que oferecesse aos menos favorecidos condições de adquirir o capital cultural que não possuem. Segundo o autor:

[...] uma pedagogia racional e universal, que, partindo do zero e não considerando como dado o que apenas alguns herdaram, se obrigaria a tudo a favor de todos e se organizaria metodicamente em referência ao fim explícito de dar a todos os meios de adquirir aquilo que não é dado, sob a aparência de dom natural, senão às crianças das classes privilegiadas (BOURDIEU, 1999, p. 53).

Para Gómez (1998), a educação assume a função de socialização, ou seja, a humanização do homem. A preparação das novas gerações tem ficado, assim, sob a responsabilidade de instituições como a escola, que teria como função preparar as “novas gerações para sua participação no mundo do trabalho e na vida pública” (GÓMEZ, 1998, p. 13). Assim, a escola garante “a reprodução social e cultural como requisito para a sobrevivência



em sociedade” (GÓMEZ, 1998, p. 14). No entanto, o autor nos chama a atenção para a contradição destas funções, pois como servir para a reprodução social e cultural e, ao mesmo tempo, preparar os cidadãos para a vida pública? A segunda função seria incompatível com a primeira, pois, para formar cidadãos para a vida pública, a escola deve promover o desenvolvimento de atitudes, conhecimentos e conceitos que levem ao encontro da vida política e social com “participação ativa e responsável”.

No Brasil, publicações recentes, de autores como Gilberto Alves, também tentam compreender, diante do momento histórico moderno, qual seria, afinal, a função da escola. Alves (2001) nos apresenta um pensamento diferente dos demais autores discutidos até aqui. Para ele, a escola surgiu para “abrigar” as crianças que não tinham lugar para ficar depois que eram expulsas das indústrias, o que fez surgir uma nova instituição para absorver esta nova realidade social. As crianças não poderiam ficar nas ruas e é nesse momento que a escola se universaliza, passando a ser frequentada pela classe trabalhadora.

Para Alves (2001), isso acarretou o enfraquecimento da escola, pois passou a ser secundarizada sua função pedagógica de disseminação da cultura e de formação do cidadão. “O resultado foi um progressivo aviltamento do conhecimento sistemático transmitido através do currículo” (ALVES, 2001, p. 169). A escola passa a cumprir outras funções, além da pedagógica, devido a sua expansão, motivada por questões como: crescimento da indústria de construção, de papel, de móveis, editorial, de materiais didáticos, além da transformação do espaço escolar em lugar para acomodação dos trabalhadores excluídos. De acordo com o autor, a manufatura iniciou o processo de separação entre a teoria e a prática, em virtude da divisão do trabalho. Essa divisão, ocorrida com a expansão da fábrica moderna e estimulada pela automatização, intensificou e foi determinante para a simplificação e objetivação do trabalho.

Não podemos desconsiderar as mudanças ocorridas na escola no decorrer dos anos, porém, apesar disso, percebemos que as concepções pedagógicas tradicionais persistem e nosso sistema de ensino não atua para formar o cidadão crítico que a sociedade precisa. Esse sistema segue, assim, atendendo às necessidades do capitalismo, caracterizando a indissociabilidade entre o trabalho e a educação (ANTUNES, 2012).

De acordo com Saviani,

[...] o ensino tradicional propunha-se a transmitir os conhecimentos obtidos pela ciência, portanto, já compendiados, sistematizados e incorporados ao acervo cultural da humanidade. Eis por que esse tipo de ensino, o ensino tradicional, centra-se no professor, nos conteúdos e no aspecto lógico, isto é, centra-se no professor, o adulto, que domina os conteúdos logicamente

estruturados, organizados[...] nos métodos tradicionais, privilegiam-se os métodos de transmissão dos conhecimentos já obtidos (2018, p. 99-100).

Nessa perspectiva, a escola tradicional se assemelha ao sistema de produção taylorista/fordista da primeira metade do século XX, pois os conteúdos escolares passam a ser organizados em disciplinas com uma extensa grade curricular, os alunos são enfileirados, simulando a organização de uma linha de montagem de uma fábrica, o que impede a articulação dos estudantes, o contato visual e a possibilidade do diálogo entre eles. Nesse modelo escolar é exigido silêncio e rendimento dos alunos e implementados sistemas de avaliação que não respeitam a individualidade dos mesmos, havendo também a burocratização do sistema de documentação. Muitas escolas ainda convivem com docentes de postura autoritária, que se colocam como os donos do saber e exigem obediência e passividade de seus alunos, tratados como aqueles que apenas devem repetir o conteúdo memorizado, numa visão de escola alienadora que reproduz exatamente o que se esperava de um operário da fábrica (ARANHA, 1989). Estas condições apresentadas aproximam a escola do que Saviani (2018) definiria como escola tradicional: aquela que dispõem de um ambiente favorável ao desenvolvimento de uma prática docente autoritária.

Essa realidade demonstra que a apropriação do trabalho pelo capitalismo se deu desde o modelo primitivo e se estendeu ao fazer intelectual, caracterizando a divisão social do trabalho, descrita por Marx (1985). É importante, para nossa reflexão, destacar que este autor categoriza o trabalho em: produtivo e improdutivo.

O primeiro seria aquele que:

valoriza diretamente o capital, o que produz mais-valia, ou seja, que se realiza numa mais-valia”. Portanto, “trata-se de trabalho que serve diretamente ao capital como instrumento da sua autovalorização, como meio para a produção de mais-valia (MARX, 1985, p. 106).

O segundo, o trabalho improdutivo, seria aquele que não produz (pelo menos não diretamente) mais-valia para o capital. Teixeira (1988) nos apresenta um exemplo pertinente: os trabalhadores assalariados que não estão diretamente ligados ao processo de produção de mercadorias, como os trabalhadores do comércio, seriam “improdutivos interiores à produção capitalista, ao processo de produção e circulação de capital” (p.8-9) e, ao mesmo tempo, úteis ao modo de produção capitalista. Nesta perspectiva, “tanto o trabalho produtivo como o improdutivo correspondem a relações de trabalho assentadas sobre princípios capitalistas” (p.8-

9). Lembrando que, para Marx (2011), o núcleo central do capitalismo é a mercadoria, que é dotada de duplo valor: o valor de uso, a mercadoria produzida para atender uma necessidade social, e o valor de troca, que é a cristalização de determinado tempo do trabalho humano.

Marx (2011) aborda os processos de trabalho e de valoração em um dos fragmentos do *Grundrisse*. O autor afirma que o capital transforma o trabalho em seu conteúdo “automovente”, sendo o capital a corporificação do trabalho. Ele considera estreita uma visão que caracterize o trabalho produtivo somente como aquele que produz capital, nos apresentando o exemplo do pianista e do trabalhador da fábrica de piano:

Não é um absurdo que o fabricante de pianos deva ser um trabalhador produtivo, mas não do mesmo modo o pianista, ainda que sem o pianista o piano seria um *nonsense*? Mas assim é, exatamente. O fabricante de pianos reproduz capital; o pianista troca seu trabalho somente por uma remuneração. Mas o pianista produz música e satisfaz nosso sentido musical. Não produz, então, de certo modo? De fato, o faz: seu trabalho produz algo, mas não por isso é trabalho produtivo em sentido econômico, do mesmo modo que não é produtivo o trabalho do louco que produz fantasmagorias. Só é produtivo o trabalho se produz seu contrário" (MARX, 2011, p. 377-388).

Assim, para Marx (2011), o trabalho do pianista e do trabalhador da fábrica de pianos são complementares. Se não existisse o pianista, não existiria a fábrica de pianos, tampouco trabalhadores nesta linha de produção.

Se aplicarmos a teoria defendida por Marx (2011) ao trabalho docente, podemos entender que a atividade exercida por este tem por finalidade o ensino e que o objeto seria a formação cultural dos alunos. Os conteúdos, o currículo, os recursos científico- tecnológicos, a sala de aula e o espaço escolar seriam os meios para a realização desse trabalho.

Cabe questionar: o trabalho intelectual se encaixa em qual categoria? Mais especificamente, os docentes pertenceriam a qual categoria de trabalho na divisão pensada por Marx (2011)? Qual seria a natureza do trabalho do professor? Encontrar respostas para estas perguntas não é algo simples e não é esse o foco deste estudo, mas essas são questões que fazem parte das nossas preocupações, pois a partir delas é possível ampliar nossa compreensão sobre qual tipo de local de trabalho é a escola, a quem ela serve e qual a sua relação e sua função social em uma sociedade capitalista. Por isso buscamos na literatura alguns autores que, à luz da teoria marxista, se debruçaram sobre as questões mencionadas, buscando refletir sobre algo fundamental: o trabalho do professor produz um novo “*quantum* do conteúdo material da riqueza social”?

Lessa (2011) faz distinções entre o trabalho do operário e do “mestre-escola”. O autor apresenta três dimensões que, segundo ele, constituem o trabalho docente: sua práxis, seu objeto e sua condição de classe trabalhadora. A práxis docente traz ações teleológicas que têm como objetivo transformar a consciência de outros homens. Diferente do que acontece no trabalho proletário, o professor não transforma os objetos naturais em matéria-prima. O trabalho pedagógico sugere a transformação da consciência humana, o que se dá nas relações sociais dentro do ambiente escolar. O objeto do trabalho do professor são as relações sociais e não a geração de um produto que possa ser revertido em valor de troca.

A mediação entre o proletário e sua matéria são as ferramentas, as máquinas, o “trabalho morto”, “os meios de produção”, enfim, as mediações entre professores e os alunos são a linguagem, a cultura; os seus instrumentos específicos são questionários, aulas, pesquisas e provas etc [...] (LESSA, 2011, p. 173).

A escola surge antes da sociedade capitalista, mas foi nela, principalmente depois da revolução industrial, que um determinado modelo escolar se expandiu e se afirmou como espaço de transmissão do conhecimento produzido pela humanidade. Se analisarmos pela ótica da produção de mais-valia, parece evidente que a escola não atende às especificidades do trabalho produtivo. No entanto, se olharmos por outro ângulo, percebemos que a escola participa ativamente do processo de produção, seja preparando tecnicamente os operários para as indústrias, seja os socializando e os moldando socialmente. Nos tempos atuais, as escolas particulares também participam ativamente da economia e da produção de mais-valia, uma vez que atuam como empresas, tal como afirma Braverman,

Não podemos desdenhar do impacto econômico imediato do sistema escolar ampliado. Não apenas o dilatamento do limite de escolaridade limita o aumento do desemprego reconhecido, como também fornece emprego para uma considerável massa de docentes, administradores, trabalhadores em construção e serviços e etc. Ademais, a educação tornou-se uma área imensamente lucrativa de acumulação do capital para a indústria de construção, para os fornecedores de todos os tipos, e para uma multidão de empresas subsidiárias (1987, p.372).

Marx (1996) faz uma comparação entre o trabalho docente na “fábrica de ensinar” e o trabalho proletário na “fábrica de salsicha”. Ambos são compreendidos por ele como trabalhos produtivos geradores de mais-valia:

(...) A produção capitalista não é apenas produção de mercadoria, é essencialmente produção de mais-valia. O trabalhador produz não para si, mas para o capital. Não basta, portanto, que produza em geral. Ele tem de produzir

mais-valia. Apenas é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista ou serve à autovalorização do capital. Se for permitido escolher um exemplo fora da esfera da produção material, então um mestre-escola é um trabalhador produtivo se ele não apenas trabalha as cabeças das crianças, mas extenua a si mesmo para enriquecer o empresário. O fato de que este último tenha investido seu capital numa fábrica de ensinar, em vez de numa fábrica de salsichas, não altera nada na relação. O conceito de trabalho produtivo, portanto, não encerra de modo algum apenas uma relação entre a atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também uma relação de produção especificamente social, formada historicamente, a qual marca o trabalhador como meio direto de valorização do capital (MARX, 1996, p. 138).

Com relação à última dimensão que constitui o trabalho docente, Lessa (2011) se apoia na concepção de Marx (2011b), que define a categoria docente como “classe de transição”. Esta seria a classe na qual os assalariados recebem o salário da classe dominante, mas por estarem “mais perto ou mais distantes” dos meios de produção não podem ser considerados como classe operária.

Saviani (2005) também propôs uma compreensão sobre educação como trabalho que passa, assim como para Lessa, pelo papel do professor como produtor ou não de valor de uso. Segundo o autor, para produzir os bens materiais, o homem precisa pensar, ter objetivos para agir e planejar. Neste processo de construção intelectual, o autor traz o conceito de uma nova categoria de trabalho, o “trabalho não material”, que seria um processo de construção dos saberes. Saviani (2011) encaixa a educação nesta nova categoria.

Podemos, pois, afirmar que a natureza da educação se esclarece a partir daí. Exemplificando: se a educação não se reduz ao ensino, é certo, entretanto, que ensino é educação e, como tal, participa da natureza própria do fenômeno educativo. Assim, a atividade de ensino, a aula, por exemplo, é alguma coisa que supõe, ao mesmo tempo, a presença do professor e a presença do aluno. Ou seja, o ato de dar aula é inseparável da produção desse ato e de seu consumo. A aula é, pois, produzida e consumida (SAVIANI, 2011, p.11-12).

Diante da exposição dos pensamentos dos dois autores, percebemos que existe concordância no que diz respeito ao professor produzir mercadoria. Para eles, a aula é a mercadoria produzida pelo professor e consumida pelo aluno. O produto do trabalho do professor se encerra, então, no valor do uso social, gerando um trabalho humano. A discordância entre eles aparece quanto ao entendimento com relação à ideia de que a mercadoria que é produzida pelo professor gera um *quantum* a mais ao conteúdo material da riqueza social. Para Lessa (2011), o trabalho do professor não gera um *quantum* a mais ao conteúdo material da riqueza social, já para Saviani (2005), algum quantum a mais é gerado.

Para Marx (2010), a célula fundamental do capitalismo é a mercadoria, que é produzida e, como já abordamos anteriormente, pode ter um valor de uso e um valor de troca. Se levarmos em consideração esta teoria difundida pelo autor, podemos inferir que o professor pertence à classe trabalhadora, pois vende a sua força de trabalho e produz uma mercadoria. A partir daí é possível fazer reflexões que nos levem à compreensão de que quando o trabalho docente é desenvolvido na esfera pública, ele pode ser considerado como improdutivo, pois não é pago pelo capital. Mesmo que os professores sejam assalariados, eles não produzem valor diretamente, pois em sala de aula o conhecimento se produz e já é logo consumido. Em contrapartida, os docentes contratados pelas escolas da rede privada, que produzem sua mercadoria nas “fábricas de ensinar”, seriam considerados produtivos, pois são assalariados, pagos pelo capital, e, por isto, geram mais-valia a partir do seu trabalho. Nas palavras de Frigotto,

[...] é difícil que a grande maioria dos professores, mesmo com níveis de escolaridade elevados, compreenda por que, se de manhã eles trabalham numa escola privada (na qual são explorados) e pela tarde trabalham numa escola do Estado desmantelada (na qual também são explorados), pela manhã seu trabalho é produtivo e pela tarde é improdutivo, ou por que, pelo fato de serem professores, não são proletários ainda que trabalhadores expropriados (2019, p. 172).

Assim, podemos considerar que não somente os trabalhadores produtivos são geradores de mais-valia, mas os chamados trabalhadores improdutivos também, pois são submetidos à exploração, mesmo que não haja extração direta de mais-valia. Os trabalhadores considerados improdutivos também estão submetidos ao processo de exploração e, conforme Antunes (2009), pertencem à “classe-que-vive-do-trabalho”. Estas discussões nos levam a compreender que o professor participa da realização do capital, pois produz algo, que é a aula, produto que é consumido imediatamente pelo aluno. O professor faz uso de matérias-primas, que foram produzidas pelo trabalho industrial, e a aula só existe se houver um docente. Conclui-se, portanto, que o professor, independentemente de realizar um trabalho produtivo ou improdutivo, vivencia o processo de exploração, característico do sistema capitalista. O que normalmente acontece são formas diferentes dessa exploração.

Diante do exposto, cabe considerar que a escola atua ativamente na divisão técnica e social do trabalho na sociedade capitalista. E, mesmo que não gere lucros diretos ao capital, ela se alia a ele ao fazer uso da mesma lógica organizativa que divide a sociedade em classes e perpetua a condição destas. Para Saviani (2018), a escola caracteriza sua ação como

mantenedora do *status quo* quando oferece uma educação dualista, dividida em duas, uma para a burguesia e outra ao proletariado, considerando

que o proletariado possui uma força autônoma e forja na prática da luta de classes suas próprias organizações e sua própria ideologia, a escola tem por missão *impedir* o desenvolvimento da ideologia do proletariado e a luta revolucionária. Para isso ela é organizada pela burguesia como um aparelho separado da produção. [...] ela qualifica o trabalho intelectual e desqualifica o trabalho manual, sujeitando o proletariado à ideologia burguesa sob um disfarce pequeno-burguês. [...] A escola é, longe de ser um instrumento equalização social, é duplamente um fator de marginalização: converte os trabalhadores em marginais, não apenas por referência à cultura burguesa, mas também em reação ao próprio movimento proletário, buscando arrancar do seio desse movimento (colocar à margem dele) todos aqueles que ingressarem no sistema de ensino (SAVIANI, 2018, p. 79-80).

Nesses termos, é possível compreender que somos regidos por um sistema de organização de trabalho alienante e exploratório e que nossas escolas persistem na manutenção da concepção tradicional, que pouco contribui para uma formação capaz de promover a mudança social que almejamos. Diante desta realidade, trazemos o questionamento feito por Saviani (2012, p. 30): “É possível encarar a escola como uma realidade histórica, isto é, suscetível de ser transformada intencionalmente pela ação humana? [...] É possível articular a escola com o interesse dos dominados?” Para o autor, isto só será possível se resgatarmos a natureza específica da educação, se atuarmos na luta pela conquista de uma sociedade igualitária e capaz de proporcionar aos estudantes uma educação que não os prive do domínio dos conteúdos culturais habitualmente usados para legitimar sua dominação. Com a perspectiva de uma realidade dinâmica, é preciso buscar uma escola que promova a emancipação das camadas populares. Saviani (2018) propõe uma pedagogia revolucionária, que

centra-se, pois, na igualdade essencial entre os homens. Entende, porém, a igualdade em termos reais e não apenas formais. Busca converter-se, articulando-se com as forças emergentes da sociedade, em instrumento a serviço da instauração de uma sociedade igualitária. Para isso, a pedagogia revolucionária, longe de secundarizar os conhecimentos, descuidando de sua transmissão, considera a difusão de conteúdos, vivos e atualizados, uma das tarefas primordiais do processo educativo em geral e da escola em particular (p. 117).

Saviani (2018) defende uma educação a partir da qual os sujeitos sejam promotores de uma mudança social, sendo capazes de tirar o proletariado de sua situação de dominados. De acordo com Malina (2016) – baseado nos estudos de Antônio Gramsci - para o desenvolvimento

do sujeito, com potencialidade de conquista de uma nova sociedade, é preciso que seja estimulada e desenvolvida a atividade intelectual, invertendo-se a relação da atividade muscular-operária, para que esta mesma atividade seja responsável pela construção de um pensamento diferenciado, novo, capaz de conceber o mundo integralmente.

Nesse sentido, no desenvolvimento da chamada atividade intelectual é fundamental que a escola assuma seu papel formador. Para tanto, é preciso que seja promovido o debate crítico acerca da sociedade para que os sujeitos sejam capazes de compreender o conteúdo transmitido pela escola a ponto de utilizá-lo como ferramenta para um diálogo permanente que favoreça a construção de uma sociedade mais igualitária.

O docente é peça chave nesse processo e, diante disso, é importante lembrar que este profissional tem passado por transformações significativas. Houve uma mudança de seu status de profissional intelectual para trabalhador assalariado, com trabalho precarizado, não diferente das demais categorias de trabalhadores. Frente ao processo de ressignificação de sua profissão, o docente precisa se atualizar constantemente para atender às demandas do mundo do trabalho, assim como outros trabalhadores. Possuir o conhecimento específico de sua área já não é suficiente para exercer a profissão. Saber fazer uso das tecnologias, por exemplo, tem se colocado como uma necessidade, seja para atuação em escolas com atividades presenciais, seja em escolas com atividades a distância.

Nesse cenário de inovações tecnológicas, em especial as digitais, se vê surgir outras formas de atuação pedagógica, diferentes daquelas aprendidas na formação inicial de muitos professores, os quais têm tido que enfrentar processos de adaptação ao contexto educacional atual. Exemplo disso é a atuação em cursos oferecidos na modalidade a distância, algo que tem crescido significativamente no Brasil e que vem se tornando uma realidade profissional para docentes.

Existem diferentes definições para a educação a distância (EaD). Para Maia e Matar (2007, p. 6), “a EaD é uma modalidade de educação em que docentes e alunos estão separados fisicamente, planejada por instituições e que utiliza diversas tecnologias de comunicação”. De acordo com os autores, a modalidade de EaD, que utiliza das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) para o desenvolvimento da aprendizagem, vem se firmando como meio legítimo de propagação e socialização do conhecimento, o que nos leva a refletir sobre este modelo de ensino e de aprendizagem. A EaD caracteriza-se principalmente pela distância física e, muitas vezes, temporal dos sujeitos envolvidos no processo. Essa modalidade propõe que o aprendizado ocorra sem que os indivíduos estejam participando das atividades ao



mesmo tempo, sendo o conhecimento construído por todos, numa aprendizagem colaborativa. Neste processo, o aluno é autônomo e o responsável pela gestão do próprio tempo.

A EaD é a modalidade de ensino que mais se apropria de recursos tecnológicos, o que não é algo novo. Segundo Maia e Matar (2007), há registros disso desde 1720, com cursos oferecidos nos anúncios de jornais, por exemplo. No século XIX, o desenvolvimento do transporte e dos correios intensificou a EaD, trazendo os cursos por correspondência. A evolução dos meios de comunicação, com o rádio, a TV, o telefone, vídeos e fitas cassete, deu um novo rumo para a EaD, fazendo surgir as primeiras universidades abertas que ofereciam cursos na modalidade a distância em diferentes países. Com o surgimento do computador, da internet e das TDIC, a EaD se modernizou, passando a ser considerada ensino on-line e fazendo uso dos ambientes virtuais de aprendizagem como espaço para a construção do conhecimento.

A lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996 inseriu a EaD nas universidades, sendo esta formalizada em 2005 com a publicação do Decreto 5622/2005, que regularizou a modalidade, oficializando-a nos cursos de graduação. Os cursos oferecidos a distância vêm sendo regulamentados e fiscalizados pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), responsável por exigir e garantir a equivalência entre cursos presenciais e a distância, com a mesma validade de certificação. A LDBEN trouxe também a possibilidade das Instituições de Ensino Superior oferecerem 20% de sua carga horária na modalidade a distância. Em portaria publicada em 6 de dezembro de 2019, esta carga horária foi estendida para até 40% - Portaria nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019.

No ano de 2005 foi criada a Universidade Aberta do Brasil (UAB) com o objetivo de:

ampliar e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior, por meio da educação a distância. A prioridade é oferecer formação inicial a docentes em efetivo exercício na educação básica pública, porém ainda sem graduação, além de formação continuada àqueles já graduados. Também pretende ofertar cursos a dirigentes, gestores e outros profissionais da educação básica da rede pública. Outro objetivo do programa é reduzir as desigualdades na oferta de ensino superior e desenvolver um amplo sistema nacional de educação superior à distância (BRASIL, 2006).

A criação da UAB formaliza o início da graduação pública a distância no Brasil e traz à tona a necessidade de decretos que regulamentem essa modalidade de ensino, atribuindo diretrizes para seu funcionamento, informando a respeito da organização deste trabalho e dos papéis dos diferentes atores da nova sala de aula que se dá no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Os cursos oferecidos pela UAB foram amplamente procurados quando se deu sua implementação.

Dados do Censo EaD 2017/2018 apresentados no Relatório Analítico da Aprendizagem a Distância no Brasil, que foi realizado pela Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED), revelam um crescimento significativo da EaD on-line no Brasil. Segundo a ABED, são oferecidos 4.570 cursos, com um total de 1.320.025 alunos matriculados. Foram oferecidos, no ano de 2017, 347 cursos de graduação e 265 de pós-graduação, com um total de 235.545 alunos matriculados na licenciatura e bacharelado e 35.740 alunos matriculados nos programas de pós-graduação. A área de conhecimento mais procurada é a de ciências sociais aplicadas. O relatório identificou um aumento de 75% no número de alunos matriculados em cursos de graduação entre 2015 e 2017 e de 68% de alunos matriculados na pós-graduação, sendo que o público que procura pela formação a distância é formado, em sua maioria, por mulheres (57%) com mais de 30 anos e por pessoas oriundas de escolas públicas.

De acordo com Guimarães (2015), a modalidade a distância oferece cursos em diferentes formatos. Existem, por exemplo, os cursos de instrução programada que não exigem a interação entre docente e aluno. O material é disponibilizado para estudo e pesquisa e ao final do curso é exigido um trabalho para avaliação e garantia da certificação. Existem também cursos em formatos nos quais ocorre a aproximação dos alunos e dos docentes, com as aulas sendo oferecidas por meio de videoconferências e a comunicação feita em tempo real. Em outro modelo, a interação acontece por meio dos fóruns de discussões, em que os alunos discutem sobre um texto base com a intenção de oportunizar a construção coletiva do conhecimento. Para isto, é fundamental a presença de um mediador que oriente os caminhos das discussões, fomente os comentários e minimize as dúvidas e possíveis atritos que venham a ocorrer por divergência de opiniões. Este mediador é chamado de tutor e configura como personagem principal neste processo de construção coletiva do conhecimento. O tutor/mediador é o trabalhador ao qual damos destaque nesta pesquisa.

A EaD tem o mesmo objetivo do ensino presencial, porém se apropria mais de instrumentos tecnológicos para o fomento da aprendizagem, o que, devido a suas particularidades, provoca mudanças significativas nos papéis dos atores envolvidos. Além das mudanças dos instrumentos de ensino e aprendizagem, a EaD traz nova terminologia para alguns desses atores envolvidos no processo de ensino. Nesta modalidade, o tutor é um desses atores, sendo responsável pelo acompanhamento do aluno, além de outras atribuições.

A palavra “tutor” deriva do latim, *tutor, óris*, significando “guarda, defensor, protetor, curador, ou seja, aquele que exerce uma tutela, que ampara, protege, defende, é o guardião” (FERREIRA E LÔBO, 2005, p. 2624). Rever a etimologia da palavra e seus usos nos leva a refletir sobre sua aplicação na EaD e o sentido do uso do termo.

Berge (1995) aponta diferentes áreas para a atuação do tutor dentro do ambiente virtual de aprendizagem (AVA). Segundo ele, para que a atividade de tutoria tenha sucesso, o tutor deve ser competente nas diferentes áreas: pedagógica, gerencial, social e técnica. A pedagógica diz respeito ao trabalho do tutor (moderador/docente) como “facilitador” educacional. A gerencial se refere à ação do tutor no gerenciamento da plataforma a partir da observação de horários, regras e procedimentos que viabilizem o bom andamento dos cursos. A social é a que garante um ambiente social amigável, de dialogicidade e respeito mútuo no AVA. Por fim, a técnica tem relação com a necessidade de domínio da tecnologia utilizada para garantia da qualidade do trabalho.

O crescimento da modalidade de ensino a distância tem feito despontar estudos e pesquisas na área, provocando o surgimento de discursos “contra” e “a favor” desta nova possibilidade de aprender e ensinar. Para os que se colocam favoráveis, o ponto alto da EaD seria a possibilidade de ampliação do acesso ao ensino superior. Esta modalidade, por romper com as distâncias geográficas, ofereceria maior flexibilidade de horário e autonomia para os alunos organizarem seus estudos, atingindo um percentual maior da população. Assim, os adeptos da EaD afirmam que o governo deveria apoiar as iniciativas de formação a distância, não separando esta da formação presencial, mas lançando um olhar no sentido de compreendê-la como parte integrante do sistema de ensino brasileiro.

Em direção oposta, estão os que não veem a EaD como uma possibilidade de acesso ao Ensino Superior, mas como uma forma de redução da qualidade do ensino, pois haveria nessa modalidade pouca preocupação com a formação crítica dos alunos. A partir dessa perspectiva, a educação a distância é vista como mercantilista, empreendida por organizações internacionais que pretendem transformar a educação em mercadoria, isto é, em mais um produto gerador de mais-valia para os capitalistas. São apontados também fortes indícios de precarização do trabalho docente na EaD, em especial, da figura do tutor.

Alonso (2010) entende a modalidade de ensino a distância como uma possibilidade para a ampliação do acesso ao ensino superior, porém ela aponta aspectos importantes que devem ser observados quanto ao tema. Em seus estudos, a autora chama atenção para algumas especificidades da educação a distância, tais como: a necessidade de autonomia do aluno, a ausência de encontros presenciais, as formas de organização da equipe, a qualidade dos cursos oferecidos, os tipos de exigências demandadas do tutor e sua falta de identidade docente dentro do processo de ensino-aprendizagem. Ainda que a questão da qualidade tenha destaque nas preocupações da autora, ela argumenta que esse aspecto não é algo que deve ser pensado como

problema exclusivo da EaD, mas sim como reflexo de um processo mais amplo de expansão do ensino superior, principalmente na rede privada, sendo a EaD apenas parte desta expansão.

Segundo Alonso (2010), as exigências para a criação de cursos na modalidade a distância são estabelecidas pela legislação da LDB, em seus Referenciais de Qualidade para a Educação a Distância e em outros documentos regulatórios que são observados para a autorização do funcionamento dos cursos pelo MEC. Porém, as exigências não atendem às necessidades e especificidades da modalidade, pois não basta avaliar, superficialmente, no ato do credenciamento a estrutura física, tecnológica e profissional. É preciso ir além e analisar as especificidades para que sejam evitados erros que levem à falta de qualidade dos cursos, observando questões como: número excessivo de alunos por tutor, proposta pedagógica, currículo, material didático e procedimentos de avaliação inadequados, bem como uma utilização ineficiente das ferramentas tecnológicas.

A partir de uma perspectiva crítica à EaD, Malanchen (2007) aborda duas questões importantes para nossa reflexão em seu artigo “Políticas de educação a distância: democratização ou canto da sereia?”:

- 1- A EaD seria uma alternativa para a formação de indivíduos para o mercado de trabalho, visando o desenvolvimento econômico e não a emancipação dos sujeitos.
- 2- A EaD é uma forma de “desintelectualização”, “despolitização” e controle do docente, uma vez que as licenciaturas ocupam um importante espaço nos cursos oferecidos na modalidade a distância.

Seguindo o caminho das críticas à EaD, é necessário questionar a respeito da forma como é tratado o trabalho docente nos cursos oferecidos a distância. Lembrando que este é um ponto central para esta pesquisa, que tem como foco o trabalho desenvolvido pelo tutor.

O trabalho realizado pelo tutor precisa ser analisado e discutido. O tutor é o profissional da EaD que faz a mediação entre o conhecimento e o aluno. Suas atribuições possuem características didático-pedagógicas, no entanto, este profissional não tem reconhecida, profissionalmente, sua função, tampouco é a ele atribuído o status de docente.

Para Silva *et al* (2012), as questões descritas acima seriam artifícios para redução dos custos da EaD e para a ampliação dos lucros que essa modalidade de ensino é capaz de gerar. Nessa perspectiva, estão em debate formas de empobrecer as discussões realizadas nos cursos a distância, discussões estas que vêm sendo fomentadas por tutores, não necessariamente por professores.

Diante do exposto, percebemos a existência de diferentes olhares para a EaD. O objetivo deste texto não é esgotar a discussão sobre as críticas e argumentos favoráveis à modalidade, mas captar para qual direção o debate sobre o tema tem caminhado. Para além disso, pretende-se apresentar um estudo sobre: tecnologia, trabalho e educação, de forma a estabelecer relações que contribuam para a compreensão do trabalho do tutor na EaD. Nesses termos, trazemos como proposta de investigação o seguinte problema de estudo: quais as aproximações e os distanciamentos do trabalho do tutor do AVA com o trabalho do docente da educação presencial? A seguir, serão apresentadas outras questões e desdobramentos do trabalho.

### **1.1 Questões a investigar:**

- ✓ Qual a concepção de tutores da EaD sobre o trabalho que realizam e sobre o mundo do trabalho?
- ✓ O trabalho do tutor da EaD seria uma forma de precarização do trabalho docente?

### **1.2 Objetivos**

- ✓ Apresentar subsídios que contribuam para ampliação e compreensão sobre o trabalho realizado pelo tutor da EaD e para sua valorização profissional.
- ✓ Demonstrar se o tutor da EaD pode ser considerado um docente nos moldes da educação presencial.
- ✓ Contribuir para a produção de conhecimento sobre aspectos que constituem e estão relacionados ao mundo do trabalho do tutor da EaD.

### **1.3 Relevância**

Atualmente, a EaD vem tendo destaque no sistema de ensino brasileiro, especialmente no ensino superior. Podemos constatar, a partir de uma breve pesquisa no site do MEC, uma crescente disponibilidade de vagas em diferentes cursos e áreas do conhecimento, sendo expressivos os números de cursos de formação de professores. Para entendermos a relevância do tema, é importante retomar alguns dos pontos abordados ao longo deste capítulo.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 23 de dezembro de 1996) regulamentou o ensino a distância, ampliando a possibilidade de utilização dessa modalidade para a formação em cursos de nível superior. Em 2003, foram instituídos os Referenciais de Qualidade para os Cursos a Distância, que trouxeram mais detalhes para o

estabelecimento da EaD, e, em 2005, foi criada a Universidade Aberta do Brasil com o objetivo de ampliar e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior por meio da EaD.

O Ensino a Distância se caracteriza pelo fato de professores e alunos não estarem no mesmo espaço e tempo de aprendizagem e, por este motivo, necessitarem de diferentes meios de comunicação e informação para o desenvolvimento do processo de formação. A ampliação a partir da possibilidade de realização de um curso superior com estas características traz a necessidade de reflexão sobre a qualidade dos cursos a distância, sobre os perfis que compõem o público atendido e sobre como acontece a interação entre professor e aluno nessa modalidade. Há, enfim, diversos questionamentos sobre como se concretiza a aprendizagem, a quem interessa a ampliação a partir do ensino a distância, quem são os trabalhadores desta modalidade, dentre outras questões. Muitos estudiosos têm se baseado nessas abordagens para o desenvolvimento de suas pesquisas sobre a EaD. O presente trabalho também visa contribuir para a compreensão do tema, tendo como foco o trabalhador docente da modalidade a distância, denominado tutor.

Tal pesquisa é relevante porque a inserção da EaD é parte da construção de uma determinada realidade no sistema de ensino brasileiro a partir da qual foi apresentado um “novo” profissional para o mundo do trabalho: o tutor, figura essencial para o processo de ensino-aprendizagem da modalidade a distância e que possui atribuições consideradas fundamentais para o funcionamento dos cursos. As atividades desenvolvidas por este profissional são semelhantes àquelas que um professor precisa realizar em seu exercício docente, acrescidas de outras do universo tecnológico. Apesar da importância e das atribuições decorrentes da função, este profissional não tem carreira reconhecida, geralmente é remunerado com uma bolsa e não é servidor efetivo do cargo em instituições públicas de ensino. Nesse sentido, é pressuposto que a figura do tutor da modalidade EaD pode estar servindo de instrumento de precarização do trabalho docente. É neste exercício de problematização que pretendemos analisar o trabalho do tutor da EaD.

## **1.4 Metodologia**

Esta dissertação tem como base uma pesquisa de tipo predominantemente qualitativa. O estudo está vinculado ao campo da pesquisa social<sup>1</sup>, com a abordagem qualitativa<sup>2</sup> e de natureza descritiva. Segundo Deslauriers e Kérisit,

uma pesquisa descritiva colocará a questão dos mecanismos e dos atores (o “como” e o “o quê” dos fenômenos); por meio da precisão dos detalhes, ela fornecerá informações contextuais que poderão servir de base para pesquisas explicativas mais desenvolvidas (2008, p.130).

Com essa base, a metodologia deste trabalho está ancorada em uma pesquisa mais ampla<sup>3</sup> (anexo A) que foi desenvolvida pelo Grupo de Estudos e Pesquisas Vítor Marinho, vinculado ao Departamento de Lutas da EEFD/UFRJ, e que teve como objetivo identificar e analisar a concepção de trabalhadores assalariados, autônomos, informais e voluntários sobre seus trabalhos. Assim, a pesquisa aqui apresentada nasce a partir de um outro estudo mais abrangente que abordou o trabalho de característica docente realizado pelo tutor e a concepção deste sobre as atividades que realiza, bem como a relação deste tipo de atuação com o mundo do trabalho moderno.

A partir de dados obtidos com trabalhadores que atuam como tutores do AVA dos cursos de graduação oferecidos na modalidade a distância por instituições públicas e privadas de ensino do Rio de Janeiro, foram investigadas quais as aproximações e os distanciamentos do trabalho do tutor com o trabalho do docente da educação presencial.

Abaixo, estão listados os procedimentos metodológicos utilizados para o desenvolvimento do presente estudo:

- A escolha dos participantes foi estruturada a partir de contatos, de âmbito tanto social como profissional, da pesquisadora e que foram inicialmente abordados pelo Facebook. Não foi possível precisar o número de pessoas contatadas, mas é possível dizer que houve uma adesão baixa, tendo em vista que havia na rede social do Facebook 680 membros e, ainda que nem todos fossem tutores, somente 17 responderam ao contato e,

---

<sup>1</sup> As pesquisas sociais “são voltadas para o estudo dos problemas sociais e das práticas profissionais e institucionais para resolver esses problemas. A pesquisa social visa, neste caso, tanto reconhecer os problemas e suas causas, como propor soluções ou estratégias de intervenção para resolvê-los” (GROULX, 2008, p. 95).

<sup>2</sup> A contribuição que a pesquisa qualitativa traz para a pesquisa social é relativamente recente na literatura, mas o autor afirma que a contribuição da pesquisa qualitativa à pesquisa social renova um olhar sobre os problemas sociais, pretendendo modificar a percepção da avaliação dos programas e serviços, tanto ao que se refere à prática quanto aos seus modos de gestão (GROULX, 2008).

<sup>3</sup> Está em anexo uma cópia da pesquisa ampliada com a metodologia utilizada neste estudo.

destes, dez (10) concordaram em participar da pesquisa. O universo do estudo é constituído, portanto, por um total de 10 pessoas.

- O contato foi individual e privado, sendo garantido o esclarecimento a respeito dos objetivos da pesquisa e o anonimato das respostas, além de informado sobre o caráter voluntário da participação na investigação.
- A pesquisa foi composta por um total de dez tutores oriundos de quatro Instituições de Ensino Superior (IES) privadas e de seis IES públicas do estado do Rio de Janeiro que fazem parte do consórcio CEDERJ. Dos quatro que atuam em IES privadas, dois tinham também experiência em IES públicas.
- Os instrumentos utilizados para coleta de dados foram um questionário e uma entrevista. Os dados foram coletados entre janeiro e março de 2020.
- Após o primeiro contato (mediante a aceitação de participação na pesquisa pelo indivíduo), foi enviado o questionário via e-mail, WhatsApp e Google Drive (Formulários). A entrevista foi realizada mediante agendamento prévio com o entrevistado, cabendo à pesquisadora se adequar ao melhor dia, horário e local para o trabalhador.

O questionário foi constituído por 50 questões com perguntas fechadas a serem respondidas de forma objetiva. De modo geral, as questões buscavam alcançar:

- a) Uma caracterização do sujeito da pesquisa.
- b) Uma escala de atitudes de forma aproximativa com Miranda *et al* (2009), considerando também os entraves na disposição e número de perguntas desse tipo de questionário (VIEIRA E DALMORO, 2008).

A entrevista, considerada um instrumento da pesquisa qualitativa (BAUER E GASKELL, 2017), foi elaborada de forma não estruturada e norteada por quatro eixos temáticos:

- a) Consciência de classe;
- b) Trabalho X Qualidade de vida (no e/ou fora do trabalho - lazer, transporte, segurança, mobilidade urbana, moradia, saúde etc.);
- c) Condições de trabalho (salário, segurança no trabalho, formalização etc.);
- d) Formação humana (atividade política e sindical, cursos de formação continuada etc.).



Estes eixos foram considerados os elementos propulsores de questões que permitiram respostas amplas, mas também conclusas e características das entrevistas não estruturadas (MINAYO, 1996; 1993).

### **1.4.1 Referencial Teórico**

Para analisar os dados coletados iremos nos basear nos estudos de Antunes (1999, 2009, 2005 e 2018) e Mill (2000, 2002, 2006, 2013, 2018). Antunes nos auxiliará trazendo reflexões sobre a nova configuração da classe trabalhadora, heterogênea e multifacetada, e sobre as formas de reestruturação produtiva e suas interferências no mundo do trabalho. Nesta perspectiva, vamos analisar os dados sobre a concepção dos tutores sobre o mundo do trabalho e sobre o trabalho que realizam. Mill traz uma visão crítica sobre a atuação do docente - também denominado tutor - no ambiente virtual e como esta nova forma de trabalho tem submetido este docente a condições mais precárias, fragmentadas, alienadas e intensificadas de trabalho. Trata-se de uma discussão importante para fundamentação dos dados coletados.

No capítulo II, trazemos as reflexões de Antunes (1999, 2005, 2009 e 2018) a respeito das metamorfoses que ocorreram no mundo do trabalho no século XXI e na sequência um diálogo com os estudos de Mill (2000, 2002, 2006, 2013, 2018), considerando estas metamorfoses como precursoras das importantes reestruturações ocorridas na organização da educação e do trabalho docente. É à luz das referências abordadas no decorrer do capítulo II que traremos no capítulo III a apresentação e análise dos dados coletados a partir do questionário e das entrevistas.

## CAPÍTULO II

### 2 REFERENCIAL TEÓRICO

A natureza não constrói máquinas nem locomotivas, ferrovias, telégrafos elétricos, máquinas de fiar automáticas etc. Elas são produtos da indústria humana; material natural transformado em órgãos da vontade humana sobre a natureza ou de sua atividade na natureza. Elas são órgãos do cérebro humano criados pela mão humana; força do saber objetivada. O desenvolvimento do capital fixo indica até que ponto o saber social geral, conhecimento, deveio força produtiva imediata e, em consequência, até que ponto as próprias condições do processo vital da sociedade ficaram sob o controle do intelecto geral e foram reorganizadas em conformidade com ele. Até que ponto as forças produtivas da sociedade são produzidas, não só na forma do saber, mas como órgãos imediatos da práxis social; do processo real da vida (Marx, 2011, p.589).

O ponto de partida para a construção do nosso referencial teórico foi discutir a questão do trabalho do tutor da EaD no modo de produção capitalista. Neste sentido, optamos por utilizar as referências apresentadas pelo sociólogo Ricardo Antunes e abordadas nos seguintes livros: Adeus ao trabalho (1999), O caracol e sua concha (2005), Os sentidos do trabalho (2009) e O privilégio da servidão (2018), os quais trazem importantes discussões sobre a questão do trabalho e da classe trabalhadora do século XXI. Seus estudos mostram as mudanças que ocorreram nos meios de produção pós-capitalismo e como têm sido impostas aos trabalhadores novas configurações de trabalho marcadas por processos de flexibilização, precarização e informalidade.

Daniel Ribeiro Mill é outro autor que trazemos como referência por ele tratar especialmente da EaD e abordar o trabalho do docente nesta modalidade. Como discutido no capítulo I, o tutor, que é o foco desta pesquisa, pode ser visto como uma nova categoria da classe trabalhadora do século XXI que surge a partir da inserção das tecnologias digitais no mundo do trabalho. Mill traz importantes referências sobre a questão do trabalho do tutor, embora não se limite apenas a este tema. Em um de seus artigos, de título “Intensificação do trabalho docente e tecnologias digitais em pesquisas sobre educação no Brasil”, ele faz uma reflexão sobre as condições de trabalho do docente/tutor da EaD e sobre a necessidade de uma melhor compreensão das características e especificidades desse tipo de trabalho. Sua tese (2006) também teve como tema a “Educação a Distância e trabalho docente virtual: sobre tecnologia, espaços, tempos, coletividade e relações sociais de sexo na Idade Mídia”. Nesta

pesquisa, Mill estuda o trabalho docente e conclui que a telemática<sup>4</sup> promove a intensificação do trabalho, contribuindo para a precarização, principalmente, do trabalho docente da EaD. Neste aspecto, ele traz uma aproximação com a teoria de Ricardo Antunes quanto à inserção dos aparatos científico- tecnológicos no contexto do trabalho.

## 2.1 Referências de Ricardo Antunes

Ricardo Antunes é um sociólogo marxista brasileiro, professor titular da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e um dos principais nomes da Sociologia do Trabalho no Brasil. Seus estudos nos ajudam a refletir sobre o sentido do trabalho para a vida humana e como este é indissociável do processo de formação e humanização.

Marx (1983) definiu o trabalho como sendo uma atividade sobre a qual o ser humano emprega sua força para produzir os meios para o seu sustento. Segundo ele,

o processo de trabalho, como o apresentamos em seus elementos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer a necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a Natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais. (p. 153).

Tendo este entendimento como base para seus estudos sobre o trabalho e trazendo a discussão para os tempos atuais, Antunes (2009) propõe a análise do tema a partir das metamorfoses que vêm ocorrendo nas formas de trabalho e suas implicações na vida do trabalhador moderno. O autor apresenta definições importantes que nos ajudam a entender o que é o trabalho e quem é o trabalhador do século XXI.

Antunes (1995) define trabalho como um elemento ontologicamente essencial e condicionante da existência humana. Para ele, assim como para Marx (1983), o homem se torna homem a partir de suas relações sociais e estas são estabelecidas pelo trabalho, tornando o homem diferente dos outros animais. Antunes (2009) defende a tese de que as novas formas de ser do trabalho levaram a uma nova configuração do conceito de classe trabalhadora.

Marx (1983) conceitua classe trabalhadora como a classe social que vive da venda da sua força de trabalho. Antunes (2009) não perde de vista esta definição, no entanto, faz uma

---

<sup>4</sup> É o conjunto de tecnologias da informação e da comunicação resultante da junção entre os recursos das telecomunicações (telefonia, satélite, cabo, fibras ópticas etc.) e da informática (computadores, periféricos, softwares e sistemas de redes), o que possibilitou o processamento, a compressão, o armazenamento e a comunicação de grandes quantidades de dados (nos formatos texto, imagem e som), em curto prazo de tempo, entre usuários localizados em qualquer ponto do planeta.

necessária adaptação para os tempos atuais, uma vez que esta classe trabalhadora possui novas configurações devido às metamorfoses pelas quais o capitalismo passa para se manter predominante.

A nova classe trabalhadora, para Antunes (2009), é a “classe-que-vive-do-trabalho”. Essa classe é formada por mulheres e homens que vendem a sua força de trabalho e não são os donos dos meios de produção. Há entre eles os trabalhadores produtivos, que participam diretamente do processo de criação de mais-valia, os trabalhadores improdutivos, que não produzem mais-valia direta, como o setor de serviço, o proletariado rural e até os desempregados.

Antunes (2009) destaca a necessidade de ampliação do conceito de classe trabalhadora, pois esta não é mais aquela do proletariado industrial produtivo do século passado. Atualmente, a classe trabalhadora tem uma configuração mais fragmentada, heterogênea e complexificada, o que não significa o fim do trabalho ou do conceito de classe, como sugerem alguns estudiosos. No fim da década de 1960, por exemplo, começam a despontar as primeiras literaturas que versam sobre a temática do fim do trabalho. Jürgen Habermas publica em 1968 o livro “Técnica e ciência como ideologia” e, na sequência, temos André Gorz lançando o livro “Adeus ao proletariado”. As décadas de 80 e 90 são marcadas por publicações de Claus Offe (1984), que lançou o livro “Trabalho & Sociedade”, e também pelas ideias de Adam Schaff (1990), com “Sociedade informática”, além de Robert Kurz (1991), com “O colapso da modernização”.

A partir da compreensão de que há novas configurações no mundo do trabalho, Antunes (2009) apresenta alguns aspectos estruturantes da classe trabalhadora neste contexto, são eles:

1. Diminuição dos empregos formais e surgimento do modelo de trabalho desregulamentado para os chamados "informais”.
2. O aumento do trabalho precarizado, dos terceirizados, part-time, temporários, entre outros modelos.
3. Expansão do trabalho feminino. Em alguns países, o número de mulheres supera o de homens, porém os salários e os direitos sociais são desiguais. Sugere, assim, uma divisão social do trabalho: os homens realizam atividades de concepção e as mulheres de execução.
4. Maior inter-relação entre o setor produtivo e o setor de serviços.
5. Exclusão dos jovens em idade de ingresso no mercado de trabalho, atribuída à vigência da sociedade do desemprego estrutural.
6. Aumento da exclusão dos trabalhadores "idosos" (idade próxima de 40 anos) e inclusão prematura de crianças no mercado de trabalho em diferentes atividades de produção.

7. Aumento do trabalho no chamado terceiro setor, caracterizando trabalho voluntário e de caráter assistencial, como, por exemplo, com algumas das chamadas– ONGs.
8. Expansão do trabalho em domicílio, aumentando as formas de trabalho, e aumento também das formas de trabalho precarizado e flexibilizado.
9. A progressiva transnacionalização do trabalho, em virtude do capitalismo globalizado, em uma nova configuração do mundo do trabalho, este segmentado entre jovens e idosos, homens e mulheres, estáveis e precários, qualificados e desqualificados etc.

Antunes (2011) considera que a precarização do trabalho é a consequência da forma de atuação do sistema capitalista de produção.

### **2.1.2 A nova morfologia do trabalho**

Antunes (2005), em seu livro “O caracol e a sua concha”, faz uma análise das alterações ocorridas no mundo do trabalho na modernidade, rechaçando a possibilidade, que alguns estudos apresentam, de ser aqui o fim do trabalho e, conseqüentemente, da classe trabalhadora. Ele concorda que, de fato, com o incremento dos aparelhos “tecnocientíficos” (as máquinas), a necessidade de contratação de trabalhadores diminuiu. No entanto, o trabalhador ainda é indispensável para o capitalismo. Contrário às teorias que desconsideram a importância do trabalho na sociedade, o autor afirma que as máquinas aumentaram as formas de aquisição da mais-valia, mas que o trabalho ainda tem papel central. O trabalho humano ainda é necessário ao capital e para a emancipação do homem, mas nem por isto o homem deve aceitar o trabalho que explora e aliena. Em suma, o trabalho na atualidade é, basicamente,

caracterizado pela redução do trabalho vivo e a ampliação do trabalho morto, pela substituição crescente de parcelas de trabalhadores manuais pelo maquinário tecnocientífico, pela ampliação da exploração da dimensão subjetiva do trabalho, pela sua dimensão intelectual no interior das plantas produtivas, além de pela ampliação generalizada dos novos trabalhadores precarizados e terceirizados da “era da empresa enxuta” (ANTUNES, 2005, p. 50).

Nesse sentido, Antunes chama atenção para a necessidade do entendimento de que a tecnologia utilizada nas indústrias não promoveu o fim do trabalho, mas a precarização, a flexibilização e a informalidade do mesmo. Outro aspecto preocupante é que a introdução das máquinas na produção exigiu uma nova forma de organização do trabalho, fazendo com que o homem tenha um distanciamento dos meios de produção. Para Antunes (2005), o trabalhador e

os seus meios de produção devem ser indissociáveis, assim como o caracol e sua concha, destacando ser este o grande desafio da sociedade atual.

### **2.1.3 A classe trabalhadora da contemporaneidade e o universo multifacetado do trabalho**

A obra de Antunes (1999) nos leva ao entendimento de que o capitalismo e as evoluções tecnológicas, apresentadas em forma de maquinário nas indústrias, trouxeram mudanças significativas na organização do trabalho e, conseqüentemente, na vida dos trabalhadores. Contudo, para o autor, o trabalho não perdeu sua centralidade, sendo o trabalhador ainda necessário no processo de produção. A contemporaneidade trouxe mudanças na configuração do trabalho e nos mecanismos de exploração do trabalhador. Na medida em que os trabalhadores percebem seu trabalho cada vez mais polissêmico e multifacetado, são promovidas diversas manifestações, como as greves, em busca de melhorias e da garantia dos direitos dos trabalhadores.

Entender a nova morfologia do mundo trabalho implica estudar a temática a partir da nova realidade apresentada, sendo essencial levar em conta a nova classe trabalhadora, que tem como núcleo os trabalhadores produtivos. Os trabalhadores improdutivos, porém, também fazem parte da nova configuração do trabalho e ampliam o conceito de classe trabalhadora. Nas palavras de Antunes (2005):

Essa nova morfologia do mundo do trabalho tem como núcleo central os trabalhadores produtivos (no sentido dado por Marx, especialmente no Capítulo VI), e não se restringe ao trabalho manual direto, mas incorpora a totalidade do trabalho social e do trabalho coletivo assalariado (p. 60).

Há, assim, contrariamente à tendência de um possível “fim do proletariado”, o aumento, em todo mundo, do proletariado fabril e de serviços. Pode-se encontrá-los nas diferentes modalidades de trabalho precarizado: os terceirizados, subcontratados, part-time, entre outras formas similares. Não podem ficar de fora desta análise aqueles trabalhadores mais qualificados, os polivalentes e multifuncionais que executam a dimensão “intelectual” do trabalho, tampouco os trabalhadores do terceiro setor (forma alternativa de ocupação através de empresas de perfil mais comunitário), os assalariados médios (setor de serviços), as mulheres e os trabalhadores em domicílio.

Assim, é preciso compreender de modo ampliado a “classe-que-vive-do-trabalho”, a classe trabalhadora do século XXI. Para isto, é fundamental entender os seres sociais que vivem

da venda da sua força de trabalho, que são assalariados e que não são proprietários dos meios de produção. Em síntese, os trabalhadores atuais são representados não só pelos trabalhadores manuais diretos, mas pela totalidade do trabalho social, do trabalho coletivo que também vende sua força de trabalho em troca de salário.

A nova morfologia do trabalho engloba tanto os “trabalhadores produtivos”, que são o núcleo central do proletariado industrial, pois participam diretamente do processo de criação de mais-valia e da valorização do capital, quanto os “trabalhadores improdutivos”, que não criam diretamente mais-valia, mas contribuem para o acúmulo de capital.

Para Antunes (2009), o conceito atual de classe trabalhadora deve ser ampliado e, para tanto, precisam ser consideradas as mudanças que transformaram o “proletariado industrial produtivo” do século passado. A classe trabalhadora da atualidade é diferente daquela de antigamente. Ela se apresenta, no século XXI, mais fragmentada, mais complexa, mais polissêmica, mais multifacetada, menos homogênea, o que não significa que seja o fim da classe trabalhadora e nem que ela tenha perdido seu sentido estruturante.

#### **2.1.4 O trabalho, o capital e a tecnologia**

Para iniciar este tópico, será preciso trazer algumas definições, ainda que simplificadas e superficiais, para entender alguns conceitos trazidos por Marx (2013) para as diferentes categorias de trabalho, uma vez que Antunes (2009) se apoia neles para desenvolver suas ideias. Não é nosso objetivo aprofundar definições e sim captar e apresentar uma compreensão do que seria, na teoria de Marx (2013), trabalho vivo e trabalho morto, trabalho abstrato e trabalho concreto.

Marx (2013) diferenciou o trabalho entre vivo e morto. O “trabalho vivo” seria aquele que produz valor de uso, que garante a existência humana. Já o “trabalho morto” é o que produz capital. Para o autor, o capital tem um único impulso vital:

“(…) o impulso de se autovalorizar, de criar mais-valor, de absorver, com sua parte constante, que são os meios de produção, a maior quantidade possível de mais-trabalho. O capital é trabalho morto, que, como um vampiro, vive apenas da sucção de trabalho vivo, e vive tanto mais quanto mais trabalho vivo suga. O tempo durante o qual o trabalhador trabalha é o tempo durante o qual o capitalista consome a força de trabalho que comprou do trabalhador. Se este consome seu tempo disponível para si mesmo, ele furta o capitalista” (2013, p.307).

Marx (1983) deu outras denominações mais específicas sobre trabalho. O trabalho concreto consiste, para ele, no trabalho útil, atividade de autodesenvolvimento e autorrealização

da existência humana. Trata-se de uma atividade primária, mesmo que seja utilizada como geradora de mais-valia, que sirva ao capital, pois o trabalho útil e concreto não tem sua essência modificada, uma vez que o homem não pode viver sem produzir seus meios de subsistência e de sociabilidade, o que se dá pelo trabalho. Já o trabalho abstrato é aquele “indiferente”, é apenas um meio para a criação de riqueza e não está organicamente ligado aos indivíduos numa particularidade, como determinação. Se todos podem executar qualquer trabalho, pode-se facilmente mudar de um trabalho para outro.

Para justificar a necessidade da manutenção do trabalho vivo pelo capital, Antunes (2009) se apoia nos estudos de Karl Marx, Gyorgy Lukács e István Mészáros. Para estes autores, segundo Antunes (2009), sem a exploração do trabalho, o capitalismo não sobreviveria, sendo infundada a concepção de que a ciência seria preponderantemente a principal força produtiva.

Antunes (2009) admite a ideia de que o capital reduz o trabalho vivo e amplia o trabalho morto, mas, para ele, a tese de eliminação do trabalho vivo é inconcebível, uma vez que sem ele o capital não se reproduz. O capitalista aumenta a utilização e a produtividade do trabalhador, utilizando um tempo cada vez mais reduzido. É reduzido o trabalho manual direto e ampliado o trabalho qualificado multifuncional, ou seja, são utilizados outros mecanismos para a exploração do trabalhador.

As inovações tecnológicas são aliadas do capital, estimulam o modo de produção capitalista, reduzindo o tempo necessário para a produção, o valor das mercadorias e do trabalho. Portanto, é importante fazer uma reflexão sobre o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e as influências destas na lógica de acumulação do capital, uma vez que, neste contexto, a tecnologia e as ciências não têm observado as necessidades humanas. Ao contrário, têm favorecido a alienação do trabalhador, contribuindo para a precarização do trabalho.

[...] Liberada pelo capital para expandir-se, mas sendo em última instância prisioneira da necessidade de subordinar-se aos imperativos do processo de criação de valores, a ciência não pode converter-se em “principal força produtiva”, em ciência e tecnologia independentes, pois isto *explodiria, faria saltar pelos ares a base material do sistema capitalista*, como alertou Marx nos *Grundrisse* (ANTUNES, 2009, p. 122).

### **2.1.5 O trabalho digital, on-line e intermitente**

Antunes (2018) continua seu trabalho analítico sobre as mudanças que ocorreram no mundo do trabalho no século XXI com o livro “O privilégio da servidão”, que expõe o



surgimento de um novo proletariado, aquele dos serviços da era digital<sup>5</sup>. As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) se configuram como um elemento novo e central, um novo mecanismo utilizado pelo capital e que traz ainda mais precarização e flexibilização do trabalho. Como exemplo desse processo, o autor traz o trabalho realizado a partir de aplicativos, como UBERs<sup>6</sup>, por trabalhadores e trabalhadoras que usam automóveis próprios como instrumentos de trabalho, sendo responsáveis pelas despesas com seguro, com a manutenção dos seus veículos, não tendo um ponto de apoio para alimentação, para uso de banheiro, dentre outros direitos trabalhistas. O “aplicativo” seria então uma forma disfarçada de desregulamentação do trabalho, que se apropria do mais valor gerado pelos motoristas, sem nenhum compromisso em garantir direitos básicos dos trabalhadores.

Nesses tempos modernos, o capital opta pelo trabalho o “mais flexível possível, sem jornadas pré-determinadas, sem espaço laboral definido, sem remuneração fixa, sem direitos, nem mesmo o de organização sindical” (ANTUNES, 2018, p. 42). Este tipo de trabalho vem se intensificando e trazendo cada vez mais prejuízo para o trabalhador e lucro para o capital.

Antunes (2018) chama a atenção para o teletrabalho e/ou *home Office*, que utiliza o ambiente doméstico como espaço físico de trabalho. Para o autor, existem algumas vantagens neste tipo de serviço, como economia de tempo em deslocamentos e uma melhor divisão entre trabalho produtivo e reprodutivo. Mas ele pode se configurar como caminho para a eliminação dos direitos do trabalhador, além de permitir o trabalho em dupla jornada, sem sociabilidade, uma vez que dificulta o convívio social entre os trabalhadores. Outro aspecto é o fim da separação entre o tempo de vida no trabalho e fora dele, o que pode ocasionar a sujeição completa do trabalhador à empresa, fazendo surgir uma nova era: a da escravidão digital.

O que caracteriza este momento do capitalismo é o fato do sistema de produção se utilizar cada vez mais de máquinas digitais, tendo as TIC como estrutura fundamental neste novo momento de subsunção real do trabalho ao capital, que seria, segundo Marx (1983), uma maior extração do trabalho excedente, com o uso de máquinas que permitem a extração de mais-valia. Esta nova estrutura organizacional que se utiliza de máquinas, em especial as digitais, tem perspectivas de grande expansão e eliminará uma quantidade significativa de postos de trabalho. Aqueles que restarem serão cada vez mais flexíveis, sem contrato de trabalho e sem direitos trabalhistas, trazendo incertezas para o futuro do trabalhador (ANTUNES, 2018.).

---

<sup>5</sup>Ricardo Antunes utiliza o termo TIC para tratar das Tecnologias de Informação e Comunicação, no entanto, este termo foi ampliado e atualmente se utiliza o termo TDIC, que incorpora as tecnologias digitais.

<sup>6</sup>O termo em alemão é a mesma coisa que a palavra em inglês *over*, que vem do Inglês antigo *ufer*, que quer dizer “sobre”, da mesma origem que o Grego *hyper*. Ainda, se equivale ao termo em inglês *above*, que significa “acima, em cima, de cima, sobre”.

Tais questões vêm sendo sentidas pelos trabalhadores, provocando greves e descontentamento em escala mundial, o que pode trazer relações difíceis no mundo do trabalho e a necessidade de uma compensação a ser oferecida para o trabalhador.

A contrapartida esparramada pelo ideário empresarial tem de ser amenizada e humanizada. É por isso que o novo dicionário “corporativo” ressignifica o autêntico conteúdo das palavras, adulterando-as e tornando-as corriqueiras no dialeto empresarial: “colaboradores”, “parceiros”, “sinergia”, “resiliência”, “responsabilidade social”, “sustentabilidade”, “metas” (ANTUNES, 2018, p. 34).

As metamorfoses que vêm ocorrendo no mundo do trabalho são para manutenção do capitalismo. Para isto, ele se ajusta, se adapta, se reconfigura. Neste processo de mutações das organizações produtivas, o trabalhador é o mais atingido e vê seus direitos, duramente conquistados, expressivamente ameaçados diante de uma maior flexibilização e “pejotização”<sup>7</sup> do trabalho.

## **2.2 Referências de Daniel Mill: Estudo sobre a caracterização do teletrabalho docente evidenciado nas atividades realizadas pelo tutor a distância.**

Mill (2006) aponta em seus estudos para o surgimento, no século XXI, de uma nova era, chamada por ele de Idade da Mídia. A unificação das telecomunicações com a informática vem propiciando mudanças significativas em todas as instâncias de nossa sociedade e reorganizando quase todos “os espaços de convivência e exploração humana” (p.64). O uso de diferentes mídias, que compreendem as TDIC<sup>8</sup>, vem se expandindo em todos os setores da sociedade. Alguns destes setores aderiram rapidamente a esta nova forma de comunicação e informação; outros foram mais cautelosos, como é o caso da educação que, cercada pela nova tendência tecnológica, acabou também por aderir a esta novidade.

A EaD foi o campo da educação que mais se beneficiou dos aparatos tecnológicos. Assim, aprimorou suas atividades, deixando de vez as tradicionais formas de educação não presenciais. Para Mill (2006), apesar de demorar a aderir às TDIC, a educação atualmente utiliza-se da telemática em suas atividades de ensino e aprendizagem realizadas a distância. O

---

<sup>7</sup>Pejotização é o que a doutrina trabalhista denomina para definir a hipótese em que o empregador obriga o trabalhador a constituir pessoa jurídica para a prestação dos serviços. O objetivo é reduzir custos trabalhistas mediante fraude aos preceitos de proteção das relações de trabalho. Fonte: JusBrasil (<http://www.jusbrasil.com.br/bem-vindo>) e Portal da Tribuna (<http://atdigital.com.br/direitodotrabalho/>).

<sup>8</sup>As TDIC compreendem a junção de diferentes mídias (VALENTE, 2005), diferenciando-se das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) pela presença das tecnologias digitais (ALONSO, 2002).

crescimento dos cursos na modalidade a distância é a cada ano mais significativo, seja politicamente, para resolver o problema da falta de vagas na educação pública superior, ou socialmente - para atender a demanda de formação da sociedade. Nesses termos, vemos surgir cada vez mais núcleos de EaD dentro das universidades públicas.

No processo de universalização e democratização do ensino, especialmente no Brasil, onde os déficits educativos e as desigualdades regionais são tão elevados, os desafios educacionais existentes podem ter, na educação a distância, um meio auxiliar de indiscutível eficácia. Além do mais, os programas educativos podem desempenhar um papel inestimável no desenvolvimento cultural da população em geral (BRASIL, 2001).

Ao estudar a organização do trabalho do docente a distância, Mill (2002) verificou que este trabalho se organiza de forma coletiva e cooperativa. Apesar disso, ele se apresenta bastante fragmentado, pois cada parte das atividades que constitui o trabalho docente virtual é de responsabilidade de um trabalhador diferente. Mesmo havendo uma interdependência entre as atividades dos vários profissionais envolvidos, cada um faz a sua parte separadamente. O autor chama nossa atenção para a proximidade entre a forma organizacional da EaD e os modelos taylorista, fordista e toyotista de organização do trabalho. Temos aqui a organização do trabalho industrial sendo utilizada no espaço educacional.

Mill (2002) elaborou o conceito de *polidocência*, que faz referência ao coletivo de trabalhadores que, mesmo com formação diversa, é responsável pelo processo de ensino-aprendizagem de um determinado curso. Belloni (2003) atribui a esses atores envolvidos nas atividades de ensino-aprendizagem realizadas a distância o nome de *professores coletivos*. Mill (2002) acredita que a palavra professor faz referência à sala de aula e que as atividades de ensino realizadas a distância não possuem característica de aula, no aspecto tradicional da palavra, por isso ele elaborou o termo *polidocência* para caracterizar o coletivo de trabalhadores atuantes na EaD.

Para Mill (2002), os trabalhadores da EaD que compõem a polidocência se organizam das seguintes formas:

- ✓ Um grupo coordenador da unidade de EaD, composto geralmente por:
  - \* Uma coordenação geral, por vezes casada com a coordenação administrativa, que dispensa comentários sobre suas responsabilidades.

- \* Uma coordenação pedagógica, que cuida do acompanhamento pedagógico (atividades de elaboração do material didático, relação entre tutor e alunos, adequação da metodologia etc.).
- \* Uma coordenação tecnológica ou coordenação de informação e comunicação, responsável por produzir ou coletar e sistematizar informações sobre as atividades do curso para a tomada de decisões e gerenciamento do fluxo das informações com objetivo de viabilizar a comunicação entre os envolvidos.
- ✓ Um coordenador para cada curso oferecido na instituição, sendo responsável por todas as atividades e pelos professores do curso que coordena.
- ✓ Um coordenador para cada disciplina, responsável pela elaboração de conteúdo e pela coordenação das atividades dos tutores e monitores vinculados a esta disciplina. Em alguns cursos, observamos que esses docentes oferecem “aulas” por videoconferências e que, por vezes, são equivocadamente chamados de “conteudistas” ou de professores.
- ✓ Um grupo de tutores, em geral, divididos em duas ou mais categorias:
  - \* Tutores virtuais responsáveis pelo acompanhamento pedagógico de um grupo de alunos e/ ou de um grupo de tutores presenciais a partir de tecnologias digitais. Este trabalhador é especialista na área de conhecimento da disciplina em que trabalha e está subordinado, em todos os sentidos, ao coordenador desta disciplina. Ele é a imagem mais próxima do professor da educação tradicional.
  - \* Tutores presenciais ou locais, responsáveis pelo acompanhamento de um grupo de alunos do curso (em todas as disciplinas). Não é, necessariamente, especialista em nenhuma área de conhecimento (disciplina) do curso e sua função é pouco mais que assessorar os alunos no contato com o tutor virtual e com a instituição. Por vezes, são denominados de monitores.
- ✓ Técnicos e monitores, responsáveis pela viabilização técnico-pedagógica da comunicação, pela produção de material didático etc.

Mill (2002) chama a atenção para o fato de no ensino presencial também haver a integração de diferentes profissionais na equipe que participa do processo de ensino-aprendizagem. No entanto, o que diferencia a EaD da educação presencial, neste caso, é que na última se pode optar em ter ou não determinados profissionais, já no ensino a distância eles são indispensáveis. Também tem destaque para o autor a questão de um profissional poder ser responsável por mais de uma atividade na EaD, configurando acúmulo de atividades.

### 2.2.1 Quem é o docente da EaD

O docente-tutor é um elemento-chave para o desenvolvimento cognitivo do estudante nas atividades individuais e coletivas ao longo da disciplina. Ele é responsável por acompanhar, orientar, estimular e provocar o estudante a construir o seu próprio saber, desenvolver processos reflexivos e “criar” um pronunciamento marcadamente pessoal (Emerenciano et al., 2007)

Na EaD existem duas categorias de docente: o que geralmente é o coordenador da disciplina e o que é responsável por dar suporte ao docente coordenador. O responsável pelo suporte é quem está diretamente ligado aos alunos no processo de ensino-aprendizagem, chamado também de tutor.

Existem na configuração dos cursos oferecidos na modalidade a distância duas categorias de tutor: o tutor a distância - que seria aquele responsável por atender aos alunos no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) - e o tutor local, também tratado como tutor presencial - que seria aquele que acompanha e auxilia os alunos nos polos<sup>9</sup> presenciais das instituições de ensino. Os docentes denominados por Mill de “coordenadores das disciplinas” são responsáveis pelo desenvolvimento pedagógico da disciplina, atuando direta ou indiretamente no processo de ensino- aprendizagem.

Apesar das duas categorias serem classificadas como docência, existem diferenças cruciais nas especificações das atividades destinadas a cada uma delas. Lima e Mill (2013) publicaram em artigo uma pesquisa realizada nos cursos oferecidos na modalidade a distância na Universidade Federal de São Carlos, onde são oferecidos cursos de graduação pelo sistema da Universidade Aberta do Brasil (UAB)<sup>10</sup>. Tal pesquisa identificou diferenças significativas das atividades realizadas pelo docente coordenador da disciplina e o docente – tutor (Presencial ou Online), que são os principais membros do grupo polidocente. O primeiro é o responsável pelo *como*, o *quando*, e o *que* deve ser feito e nem sempre o docente tutor é convidado a participar deste processo. Diferenças estas que são evidenciadas no próprio termo de compromisso da UAB/Capes:

---

<sup>9</sup>Polo de educação a distância, ou polo de apoio presencial, é o local devidamente credenciado pelo MEC, no país ou no exterior, próprio para o desenvolvimento descentralizado de atividades pedagógicas e administrativas relativas aos cursos e programas ofertados a distância. É no polo que o estudante terá as atividades de tutoria presencial, biblioteca, laboratórios, teleaulas, avaliação (provas, exames, etc.) e poderá utilizar toda a infraestrutura tecnológica para contatos com a instituição ofertante e/ou participantes do respectivo processo de formação.

<sup>10</sup>DECRETO Nº 5.800, de 8 de junho de 2006, em seu art.1º-institui o Sistema Universidade Aberta do Brasil-UAB, voltado para o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País. (BRASIL, 2006).

**Tabela 2 - Divisão das atividades – professor coordenador e tutor**

<b>ATIVIDADES DO PROFESSOR COORDENADOR DA DISCIPLINA</b>	<b>ATIVIDADES DO TUTOR</b>
Desenvolver as atividades docentes na capacitação de coordenadores, professores e tutores mediante o uso de recursos e metodologia previstos no plano de capacitação.	Mediar a comunicação de conteúdos entre o professor e os cursistas.
Participar das atividades de docência das disciplinas curriculares do curso.	Acompanhar as atividades discentes, conforme cronograma do curso.
Participar e/ou atuar nas atividades de capacitação desenvolvidas na Instituição de Ensino.	Apoiar o professor da disciplina no desenvolvimento das atividades docentes.
Coordenar as atividades acadêmicas dos tutores atuantes em disciplinas ou conteúdos sob sua coordenação.	Estabelecer contato permanente com os alunos e mediar as atividades discentes.
Desenvolver o sistema de avaliação de alunos, mediante o uso dos recursos e metodologia previstos no plano de curso.	Colaborar com a coordenação do curso na avaliação dos estudantes.
Apresentar ao coordenador de curso, ao final da disciplina ofertada, relatório do desempenho dos estudantes e do desenvolvimento da disciplina.	Participar das atividades de capacitação e atualização promovidas pela Instituição de Ensino.
Desenvolver em colaboração com o coordenador de curso, a metodologia de avaliação do aluno.	Elaborar relatórios mensais de acompanhamento dos alunos e encaminhar à coordenação de tutoria.
Desenvolver pesquisa de acompanhamento das atividades de ensino desenvolvidas nos cursos na modalidade a distância.	Participar do processo de avaliação da disciplina sob orientação do professor responsável.

Elaborar relatórios semestrais sobre as atividades de ensino no âmbito de suas atribuições, para encaminhamento à DED/CAPES/MEC, ou quando solicitado.	
--	--

Fonte: Termo de compromisso UAB – Capes.

A análise feita por Lima e Mill (2013) indicou que as tarefas atribuídas ao professor-coordenador não fazem menção à necessidade deste manter um diálogo direto com os estudantes. O contato pode até acontecer, mas este compromisso não está claro como uma atividade do docente coordenador. O contato pode ser feito de forma genérica e não individualizada. Esta tarefa é destinada ao tutor e é esperado que ele faça a intermediação entre o aluno e o conteúdo, ficando mais próximo que o docente coordenador dos alunos e do processo de ensino- aprendizagem. É ainda seu compromisso auxiliar e apoiar o professor formador.

Mesmo que a pesquisa de Lima e Mill (2013) tenha sido realizada em um contexto específico, é possível que a realidade identificada pelo trabalho seja aquela vivenciada pela maioria dos profissionais docentes de grande parte dos cursos de graduação a distância das instituições públicas, podendo ser ainda mais precária e controversa em instituições particulares que oferecem a modalidade. Este tema mereceria ser foco de uma outra pesquisa voltada especificamente para ele, mas nos deteremos aqui em identificar quem é o tutor da EaD dentro do sistema educacional brasileiro, como seu trabalho, mediado pelo uso das TDIC, tem sido influenciado pelo processo de reorganização produtiva do sistema de produção capitalista e quais as consequências desta reorganização na vida deste profissional. Para a compreensão destas questões, precisamos antes entender que existem diferenças entre as atividades exercidas pelos tutores presenciais e por aqueles que trabalham com o ensino a distância, como descrito a seguir:

**Tabela 3 - Funções específicas dos tutores**

FUNÇÕES ESPECÍFICAS TUTORES PRESENCIAIS	FUNÇÕES ESPECÍFICAS TUTORES A DISTÂNCIA
Atuar no polo de apoio presencial, mediando o processo pedagógico presencialmente junto aos estudantes.	Atuar a partir da instituição, mediando o processo pedagógico junto a estudantes geograficamente distantes.

Apoiar operacionalmente a coordenação do curso e a equipe docente (professores e tutores a distância) nas atividades presenciais nos polos	Esclarecimento de dúvidas — através de fóruns de discussão do Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem, pelo telefone ou qualquer outro recurso interativo disponibilizado pela instituição.
Atender e esclarecer dúvidas dos estudantes (sejam elas administrativas, de conteúdo ou relacionadas ao uso da tecnologia) nos polos, em horários preestabelecidos.	Manter regularidade de acesso ao Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem e responder às solicitações dos alunos no prazo máximo de 24 horas.
Promover espaços de construção coletiva de conhecimento entre os estudantes no polo de apoio presencial.	Promover espaços de construção coletiva de conhecimento entre os estudantes via Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem.
Participar de momentos presenciais obrigatórios, tais como aplicação de avaliações, realização de aulas práticas em laboratórios, estágios supervisionados, apresentação de trabalhos, realização de seminários etc.	Selecionar material de apoio e sustentação teórica aos conteúdos. Participar dos processos avaliativos de ensino aprendizagem com os docentes.
Fomentar o hábito da pesquisa e acompanhar os estudantes presencialmente nos processos formativos.	Fomentar o hábito da pesquisa e acompanhar os estudantes presencialmente nos processos formativos.

Fonte: Livro - O papel do tutor na EaD e atuação no Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem.

### **2.2.2 Precarização do trabalho docente a distância**

Mill e Veloso (2018) publicaram um artigo que pretendeu demonstrar as características do trabalho contemporâneo (reestruturação produtiva) que podem estar presentes na docência da EaD. O estudo teve como público-alvo os docentes que atuam ou atuaram nos cursos de graduação a distância da Universidade Aberta do Brasil – UAB.



A escolha da UAB se deu por ela ter alcançado um número significativo de alunos em seus dez primeiros anos de existência e por ter sido o primeiro passo formal do Ministério da Educação e Cultura (MEC) para a concretização dos cursos a distância dentro das universidades públicas federais.

Corroborando sua significância à EaD no país, dados obtidos em maio de 2014 ilustram os seguintes quantitativos: 104 IPES integrantes, 1.103 cursos e 575 polos de Apoio Presencial, atendendo a um número total de mais de 470 mil alunos. (FERREIRA; CARNEIRO, 2015, p.229).

Para Mill e Veloso (2018), apesar da UAB ter nascido de uma iniciativa do MEC, ela não está livre de controvérsias. Os dados obtidos pelo autor na pesquisa levam ao entendimento de que as concepções que caracterizam a precarização do trabalho, como a flexibilização e a fragilização, estão bastante presentes na estrutura das atividades desenvolvidas pelo docente nos cursos a distância. E que as formas de reestruturação produtiva advindas do processo de produção capitalista da contemporaneidade têm gerado implicações ao trabalhador docente, neste caso especificamente ao docente da EaD.

Assim, são preocupantes algumas questões relativas à atividade docente, especificamente daqueles profissionais que se utilizam quase que exclusivamente das tecnologias digitais em sua atividade na EaD, pois indicam um caminho para a precarização do trabalho e, neste sentido, precisam ser amplamente debatidas. Ser tutor ainda é fazer parte de uma categoria profissional sem regulamentação, que não possui vínculo empregatício e sem condições estruturais de trabalho. O mercado justifica a não profissionalização do tutor por este ser um trabalho com maior flexibilidade espaço-temporal, podendo ser executado concomitantemente a outras atividades profissionais, não demandando esforço do trabalhador. Tal explicação parece não conferir com a realidade do trabalho executado pelo tutor.

Diante do exposto, temos as seguintes questões para debate sobre este novo profissional denominado tutor: as relações de trabalho, a fragmentação das funções, os regimes contratuais, as horas excessivas de trabalho e o trabalho em regime parcial, que provoca, muitas vezes, a necessidade de dois ou mais empregos, levando o trabalhador a uma jornada dupla.

Neste cenário, cabe ao docente da EaD construir uma pauta de luta em busca de melhores condições de trabalho, por isso a necessidade de maior compreensão de que os tutores estão envolvidos em um intenso processo de precarização do trabalho. Antunes e Alves (2004) apontam que “quanto mais o sistema tecnológico da automação e das novas formas de organização do trabalho avança, mais a alienação tende em direção a limites absolutos” (p.348).

Um caminho para mitigar estas questões seria a incorporação da EaD à rotina institucional das universidades.

Mill utiliza o termo docente da EaD para se referir aos tutores por acreditar que a tutoria é uma forma de atuação docente na EaD. Entendendo também que o uso do termo tutor é uma forma de exploração e de precarização do trabalho docente.

## CAPÍTULO III

### 3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

No presente capítulo, trazemos a apresentação e a análise dos dados levantados na pesquisa que realizamos para investigar como se configura o trabalho do tutor do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), que é um mediador pedagógico do processo de ensino-aprendizagem, dos cursos de graduação oferecidos a distância em instituições de ensino públicas e privadas do estado do Rio de Janeiro. Os dados foram coletados no período de janeiro a março de 2020 por meio de questionários e entrevistas.

Conforme já explicitado na metodologia, esta pesquisa de dissertação de mestrado é parte de um projeto ampliado de pesquisa que vem sendo desenvolvida pelo Grupo de Estudos e Pesquisas Vitor Marinho. Tal projeto investiga a concepção que trabalhadores assalariados, autônomos, informais e voluntários têm sobre seus respectivos trabalhos. A partir de referências teóricas de Ricardo Antunes e Daniel Mill e dos dados coletados por meio dos questionários e entrevistas realizadas com alguns tutores, buscou-se chegar a uma melhor compreensão sobre o trabalho desenvolvido pelos tutores de cursos de graduação a distância oferecidos no Rio de Janeiro. Desse modo, tomamos como sujeitos para o desenvolvimento dessa pesquisa os docentes tutores da Educação a Distância (EaD), que tem como espaço primário de atuação o AVA e representam os trabalhadores assalariados.

Assim, fomos investigar a configuração docente do trabalho do tutor do AVA. Nosso propósito foi analisar e cruzar o referencial teórico com os dados a partir dos estudos da literatura sobre o tema, da legislação que regulariza a modalidade e das experiências relatadas pelos tutores a fim de verificar em que medida o trabalho realizado pelo tutor constitui uma atividade docente. Mais especificamente, fomos verificar como os sujeitos da pesquisa se identificam como trabalhadores e se consideram sua atuação como de natureza docente a partir da concepção que possuem sobre o mundo do trabalho e sobre o trabalho que executam.

Para a realização da pesquisa, conforme já dissemos, utilizamos questionários e entrevistas como instrumentos para coleta de dados. O questionário foi fechado contendo 50 perguntas, que foram respondidas de forma objetiva e formuladas com o intuito de nos ajudar a conhecer as características do sujeito da pesquisa. Esse material foi enviado para um grupo de tutores existente na rede social Facebook. A referida rede possuía no momento da pesquisa um total de 680 membros de diversas instituições, entre tutores, professores e interessados nos assuntos relacionados à EaD, não tendo sido possível precisar o número de pessoas que receberam o questionário. Destes, 17 tutores responderam, sendo que 10 concordaram em

participar da entrevista. Após contato por e-mail para a marcação do encontro, ele foi realizado em local, dia e horário proposto pelo entrevistado. As entrevistas tiveram, em média, uma duração de 40 minutos.

A entrevista foi realizada a partir de quatro eixos temáticos: 1- Consciência de classe; 2- Trabalho X Qualidade de vida (no e/ou fora do trabalho - lazer, transporte, segurança, mobilidade urbana, moradia, saúde etc.); 3-Condições de trabalho (salário, segurança no trabalho, formalização etc.) e 4- Formação humana (atividade política e sindical, cursos de formação continuada etc.).

Os 10 sujeitos da pesquisa investigados atuam como tutores a distância e representam instituições públicas e privadas do Rio de Janeiro. Quatro tutores são de instituições privadas, dentre estes, dois têm experiência também na esfera pública e seis realizam suas atividades de tutoria em instituições públicas. Estas últimas são instituições abrigadas pelo Centro de Educação a Distância do Estado do Rio de Janeiro (Cederj).

Vale ressaltar que o Cederj se destaca no Estado do Rio de Janeiro e no Brasil como referência para a graduação pública oferecida na modalidade a distância. Neste sentido, consideramos relevante trazer um breve histórico sobre o Cederj antes de apresentar nossa análise dos dados levantados.

- **Histórico do Cederj**

O estado do Rio de Janeiro, juntamente com as universidades públicas (federais e estaduais), iniciou no período entre 1999 e 2000 a construção do Centro de Educação a Distância do Rio de Janeiro (consórcio Cederj), que seria a união de universidades públicas do estado do Rio de Janeiro para oferecimento de graduação na modalidade a distância. Por meio do Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro (Fundação CECIERJ), órgão vinculado à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação – (SECTI), desenvolveu-se o projeto - Consórcio Cederj - nas áreas de Graduação a Distância. Fazem parte do consórcio as seguintes Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) do estado do Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF); Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO); Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Universidade Federal Fluminense (UFF); Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e o Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ). O Centro de Educação a Distância do Rio de Janeiro foi pensado em 1999 na Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia. As ideias de Darcy Ribeiro foram inspiradoras para o projeto que pretendia construir a Universidade Aberta

do Brasil (UAB) e que seria a união de várias universidades federais brasileiras voltadas para a oferta de graduação a distância. O professor Wanderley de Souza (UFRJ), ao assumir a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, criou o consórcio de universidades públicas, o Cederj, um projeto de Universidade Aberta do Brasil, no estado do Rio de Janeiro.

O início oficial de suas atividades foi em 2001, antes mesmo da criação da UAB (2005), tendo sido o consórcio referência para expansão da EaD no Brasil. Com o discurso da democratização do ensino, estabeleceu-se a EaD nas Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES), no estado do Rio de Janeiro. Seu primeiro curso foi licenciatura em Matemática pela UFF, com apenas 160 alunos distribuídos em quatro polos regionais: Itaperuna, Paracambi, São Fidelis e Três Rios. Em 2017, aproximadamente 40 mil alunos ativos estavam matriculados e distribuídos em 31 polos regionais do estado do Rio de Janeiro. Em seu início, o governo estadual era o provedor financeiro e gerenciador das atividades do consórcio. As universidades eram responsáveis pelas atividades acadêmicas e era responsabilidade dos municípios toda a estrutura dos polos para o apoio presencial. Com a criação da UAB em 2005, o financiamento passou a ter contribuição do Governo Federal. A “associação” ao governo federal foi possível devido aos editais lançados pela UAB em 2005 e a partir dos quais as IPES que ofereciam cursos a distância, ou tinham desejo de fazê-lo, poderiam concorrer ao auxílio financeiro da União para desenvolverem seus cursos.

O Cederj teve seu projeto aprovado no primeiro edital da UAB, juntamente com seus polos. Desde então, algumas despesas, como pagamento de bolsas e aquisição de alguns materiais, passaram a ser realizados pelo Governo Federal. Atualmente, o Cederj oferece 15 cursos semipresenciais: Licenciatura em Pedagogia, Licenciatura em Ciências Biológicas, Licenciatura em Matemática, Licenciatura em História, Licenciatura em Letras, Licenciatura em Turismo, Licenciatura em Física, Licenciatura em Geografia, Licenciatura em Química, Administração, Administração Pública, Tecnologia em Sistemas de Computação, Tecnologia de Segurança Pública e Social, Engenharia de Produção e Engenharia Meteorológica. Somando 600 disciplinas, que são oferecidas a distância, sendo compartilhadas entre todos os cursos por diferentes instituições. Isto é possível pelo fato de as instituições terem polos espalhados por todo o estado do Rio de Janeiro. O aluno pode residir na cidade do Rio de Janeiro e cursar Administração Pública no polo da UFF no bairro de Campo Grande, na região metropolitana. É importante destacar que os cursos são considerados semipresenciais, as disciplinas são oferecidas pela plataforma a distância e existem avaliações presenciais, conforme exigência

da legislação. Destacamos que o tutor, mesmo aquele que tem sua atuação principal no AVA, deve estar presencialmente nos polos por pelo menos duas horas por semana.

**Tabela 4 - Divisão dos cursos de graduação pelas instituições parceiras do Cederj**

Curso de graduação	Instituições
Licenciatura em Pedagogia	UFRJ/UENF/UNIRIO
Licenciatura em Física	UFRJ
Licenciatura em Química	UFRJ/UENF
Licenciatura em Geografia	UENF
Licenciatura em Ciências Biológicas	UFRJ/UENF
Licenciatura em História	UNIRIO
Licenciatura em Turismo	UFRRJ/UNIRIO
Licenciatura em Matemática	UFF
Licenciatura em Letras	UFF
Administração Pública	UFF
Bacharelado em Administração	UFRRJ
Engenharia Meteorológica	UENF
Engenharia de Produção	UFF/CEFET
Tecnologia em Segurança Pública	UFF
Tecnologia em Sistemas de Computação	UFF

No estado do Rio de Janeiro existem 37 instituições credenciadas para oferecer a graduação na modalidade a distância, 31 privadas e 06 públicas, estas últimas fazem parte do projeto Cederj/UAB. As entrevistas foram realizadas com tutores a distância de 4 instituições privadas e 6 tutores de instituições públicas que fazem parte do Cederj. O tutor é o profissional da educação a distância que faz a mediação entre os alunos e o conteúdo. A função essencial deste trabalhador é acompanhar os alunos no processo de aprendizagem, no AVA e por intermédio da mediação pedagógica viabilizada pelas tecnologias.

No próximo item trazemos os dados que foram levantados na investigação realizada sobre o trabalho desenvolvido pelos tutores da EaD. Utilizamos os dados levantados a partir dos já referidos quatro eixos temáticos. 1- Consciência de classe; 2- Trabalho X Qualidade de vida (no e/ou fora do trabalho - lazer, transporte, segurança, mobilidade urbana, moradia, saúde etc.); 3-Condições de trabalho (salário, segurança no trabalho, formalização etc.) e 4- Formação humana (atividade política e sindical, cursos de formação continuada etc.). Esses eixos foram importantes para traçarmos características dos investigados e ampliarmos a compreensão do trabalho e do trabalhador tutor do AVA. Posto isto, apresentaremos alguns dados levantados que consideramos relevantes dentre os resultados obtidos.

### 3.1 Os dados obtidos

Os dados obtidos a partir do questionário e da entrevista colaboraram para a compreensão do lugar de pertencimento dos tutores na sociedade e no mundo do trabalho. Os dados dos questionários foram analisados e cruzados com os dados das entrevistas.

Os dados iniciais obtidos com as 7 primeiras perguntas do questionário serviram para caracterizar os sujeitos que constituíram o universo da pesquisa. A seguir, apresentamos a análise desses dados, que estão representados pelos gráficos do 4 ao 10.

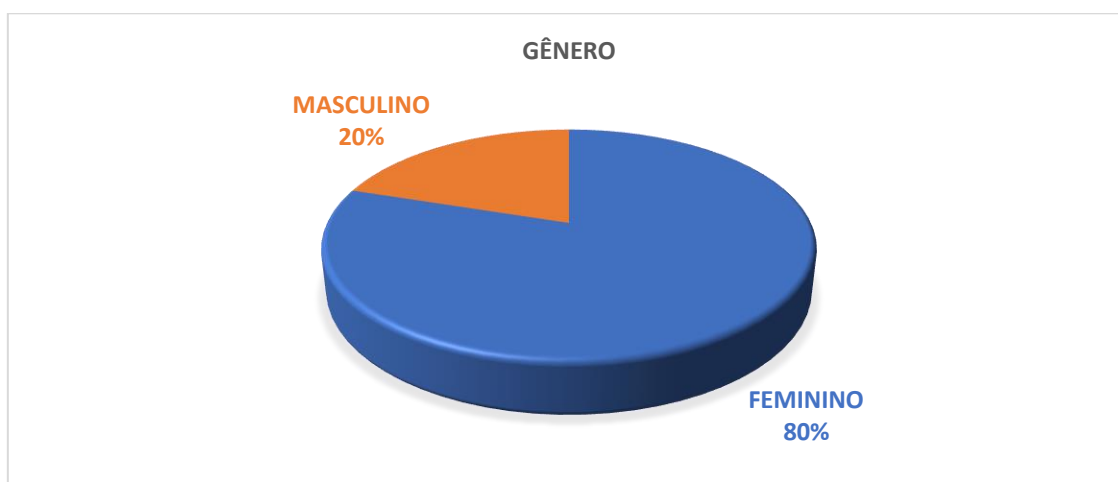


GRÁFICO 4 - GÊNERO DOS INVESTIGADOS

O primeiro dado obtido com o questionário foi o gênero dos investigados, como vemos no gráfico 4. Dos 10 questionários respondidos, dois foram de tutores do sexo masculino e oito corresponderam ao sexo feminino. Assim, 80% dos respondentes são mulheres.

Uma característica das mudanças advindas da nova estruturação e organização do trabalho no sistema capitalista, segundo Antunes (2009), é a expansão do trabalho feminino, o que, segundo o autor, configuraria a teoria da divisão sexual do trabalho. Observa-se indicativo dessa característica com o dado obtido na pesquisa, sabendo também que a docência é marcada pelo trabalho feminino. Outro aspecto que destacamos é que, de acordo com Antunes (2009), as atividades de natureza imaterial, aquelas que não separam o pensar do executar, o intelectual do manual, são atividades relacionadas ao ensino tradicionalmente realizadas por mulheres. Vale refletir sobre a natureza imaterial da docência no universo da EaD, pois as novas tecnologias trouxeram novos elementos ao processo de trabalho docente. A introdução de máquinas no processo de ensino- aprendizagem tira de evidência a atuação do docente, que na modalidade presencial é figura indispensável para a aprendizagem. Já na modalidade a distância, o docente se apresenta como um mediador e cabe ao sistema virtual certas tarefas que

antes eram exclusivas do professor. Vale pontuar que na EaD existe a necessidade da atuação de diferentes profissionais para que um curso ou disciplina se realize, ficando o docente responsável por partes do processo.

O gráfico 5 apresenta a formação acadêmica dos tutores. Ficou evidente o quanto eles são qualificados.



GRÁFICO 5- FORMAÇÃO ACADÊMICA DE INVESTIGADOS

Dos 10 investigados, 2 (20%) têm especialização, 6 (60%) têm mestrado e 2 (20%) têm doutorado, sendo que daqueles com mestrado, um está em fase de conclusão do doutorado. 5 deles têm formação em licenciatura, 2 em pedagogia e 3 em outras áreas, mas podem atuar como docentes por terem formação em nível de pós-graduação stricto sensu.

#### Qual a sua formação?

*“Sou graduado em Ciência da Computação pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, campus Nova Iguaçu, e mestre pela COPPE UFRJ no Programa de Engenharia de Sistemas de Computação e, atualmente, estou no terceiro ano do doutorado do mesmo Programa de Engenharia de Sistemas e Computação. Trabalho em duas instituições públicas: Cederj, onde sou bolsista, e no Colégio Pedro Segundo, onde sou professor do quadro efetivo do curso profissionalizante em desenvolvimento de sistema.” (E9).*

*“Sou formada em letras, toda minha formação na área de letras. Na verdade, minha graduação é em letras e o mestrado e doutorado em letras.” (E4)*

*“Então, eu sou formado em filosofia, em pedagogia e tenho especialização em gênero e sexualidade e educação a distância pela UFF pelo PIGEAD e mestrado em educação pela UERJ.” (E3)*



Este dado nos chama atenção, pois, para atuação como tutor da EaD, tanto as IES públicas como as privadas exigem que o profissional tenha nível de pós-graduação e experiência na área. Abaixo, trecho retirado do edital de seleção do Cederj:

Comprovação de Titulação Acadêmica - nível PÓS-GRADUAÇÃO (em andamento): original de declaração em papel timbrado, com carimbo e assinatura do expedidor, ou declaração assinada eletronicamente, com link para verificação de autenticidade, emitidos por estabelecimento de ensino reconhecido pelo MEC, que comprovem a matrícula ativa no curso em área relacionada ao perfil da oferta (ANEXO I), caso a titulação tenha sido mencionada no currículo;

Cópia do histórico escolar da pós-graduação (concluída ou em andamento), caso a titulação tenha sido mencionada no currículo; j

Cópia do documento comprobatório de experiência no magistério do ensino básico e/ou superior, em estabelecimento de ensino reconhecido pelo MEC), se mencionada no currículo;

Cópia dos documentos comprobatórios de outras experiências profissionais, monitoria, estágio docente ou iniciação científica em área relacionada ao perfil da oferta (ANEXO I), se mencionadas no currículo; (CEDERJ, 2019, p. 4-5).

É importante destacar que a formação exigida aos tutores é a mesma exigida para os docentes da educação presencial. No momento da análise dos currículos que visam a escolha do candidato para uma vaga de tutoria, os que ficam com melhor classificação são aqueles que têm maior grau de formação, o que explica o grande número de tutores com mestrado.

Em geral, os tutores da EaD se consideram trabalhadores assalariados e reconhecem os baixos salários que recebem. O gráfico 6 traz uma ilustração das respostas que levam a essa conclusão.

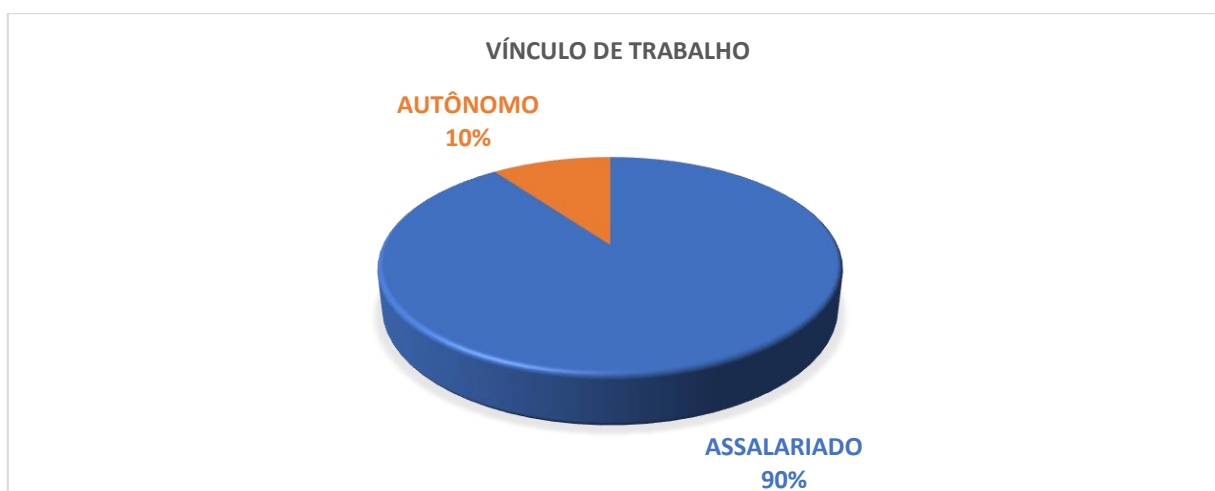


GRÁFICO 6 - TEMPO DE VÍNCULO DE TRABALHO

Dos investigados, 9 (90%) se consideram assalariados e 1 (1%) se identificou como autônomo, justificando que não havia dentre as opções o campo de bolsista. Dos 10

entrevistados, 4 que atuam ou atuaram na rede privada possuem salário e 6 são remunerados com bolsas para exercerem a atividade de tutoria. Vale salientar que, durante a entrevista, os tutores da rede pública disseram que colocaram como opção “assalariado” como referência a outro vínculo de trabalho que possuem, pois não consideram a bolsa que recebem como salário. Os tutores demonstraram nas entrevistas como seria importante para eles o reconhecimento da profissão, o que contribuiria para a garantia de seus direitos trabalhistas. A bolsa paga a eles é vista como um auxílio, uma ajuda de custo e não um salário.

O gráfico 7, que aborda o tempo de vínculo de trabalho dos entrevistados, apresentou a mesma característica do gráfico 6. Os tutores pesquisados não conseguiram separar a sua situação trabalhista formal da atividade de tutoria, o que também se evidenciou nos gráficos 8 e 9, apresentados a seguir. Todos desenvolvem outras atividades remuneradas.

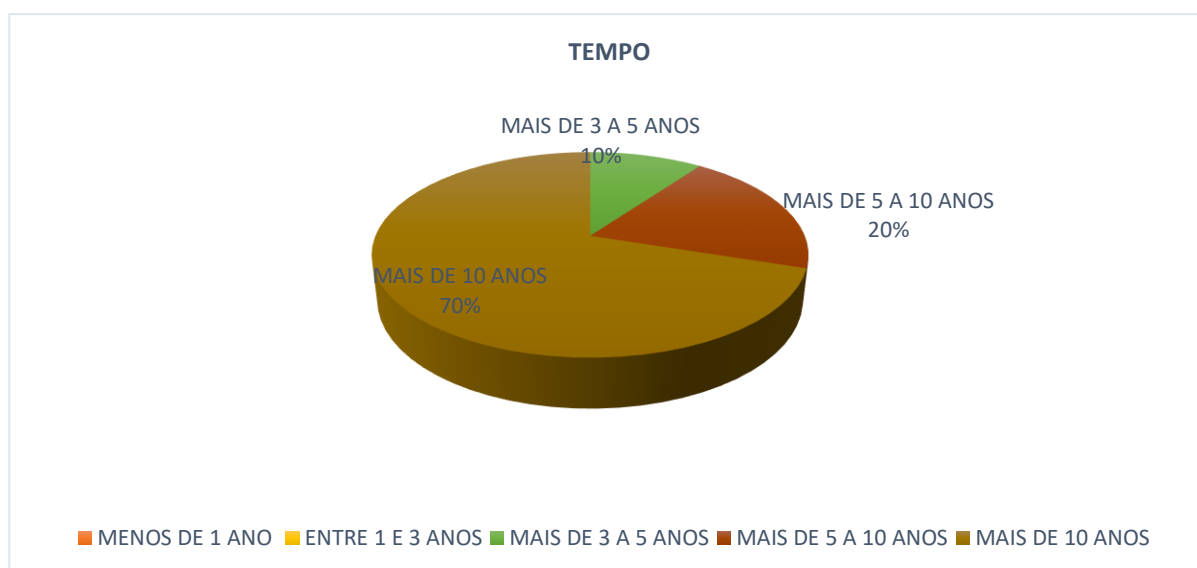


GRÁFICO 7 - TEMPO DE VÍNCULO DE TRABALHO

O gráfico 7 evidenciou que 7 (70%) dos investigados estão há mais de 10 anos na situação trabalhista de assalariados, 2 (20%) deles estão há mais de 5 anos e 1 (10%), entre 3 e 5 anos. Nesse sentido, é possível inferir que o trabalho legalizado e com direitos trabalhistas é o que se destaca como atividade profissional remunerada. Os tutores que atuam nas instituições públicas são remunerados, tal como dissemos, com uma bolsa. Conforme resolução CD/FNDE nº 26, de 5 de junho de 2009:

(...) Tutor: profissional selecionado pelas IPES vinculadas ao Sistema UAB para o exercício das atividades típicas de tutoria, sendo exigida formação de nível superior e experiência mínima de 1 (um) ano no magistério do ensino básico ou superior, ou ter formação pós-graduada, ou estar vinculado a

programa de pós-graduação. O valor da bolsa a ser concedida é de R\$ 600,00 (seiscentos reais) mensais, enquanto exercer a função. Cabe às IPES determinar, nos processos seletivos de Tutoria, as atividades a serem desenvolvidas para a execução dos Projetos Pedagógicos, de acordo com as especificidades das áreas e dos cursos.

Atualmente, a bolsa da UAB paga ao tutor é de R\$ 750,65 e a paga pelo Cederj é de R\$ 545,00. Visto que a UAB foi instituída em 2005 e esta legislação (CD/FNDE nº 26) data de 2009, há pelo menos 10 anos os tutores não têm vínculo empregatício, estabilidade e nenhuma garantia de direitos. Uma questão que chama a atenção é sobre um dos objetivos da criação da UAB:

(...) articular e integrar um sistema nacional de educação superior a distância em caráter experimental, visando sistematizar, as ações, programas, projetos e atividades, pertencentes as políticas públicas voltadas para a ampliação interiorização da oferta do ensino superior gratuito e de qualidade no Brasil (BRASIL, 2005).

O caráter experimental permanece 15 anos depois da implantação da EaD pelo poder público. Já seria hora de reavaliar a experiência. Essa condição experimental contribui também para manter as condições de trabalho precárias e os baixos salários sendo até hoje praticados etc. Tais condições impossibilitam que o trabalhador, mesmo qualificado em nível de mestrado e doutorado, consiga sobreviver desse trabalho e o obriga a encará-lo apenas como complementação de sua renda.

### **Se você não tivesse outro trabalho teria condições de se sustentar apenas com a bolsa?**

*“De maneira nenhuma, R\$ 570,00 para trabalhar 16 horas semanais. Mas trabalho mais que isto. Tenho que entrar diariamente, controlar a participação dos alunos, mediar, anotar as análises que faço das participações. Porque isto vai me ajudar na hora da avaliação. Talvez se eu não fosse professora de formação, não iria me preocupar com isto. É importante ter o acompanhamento do aluno.” (E5).*

*“Não, eu não! Eu já tenho uma perspectiva de custo qualidade. Mas acredito que algumas pessoas têm que se virar dessa forma, né.” (E7).*

### **Você está satisfeita com salário você que você recebe?**

*“Não. Está congelado há 10 anos. É uma vergonha, nem falo isso aí, para mim, é uma precarização do trabalho no nível máximo. Não estou nem um*

*pouco confortável em ser mediador, é como eu falei: é um ato de resistência formar aquelas pessoas que estão ali com qualidade. Sem pensar nos termos financeiros. É uma vergonha esse cenário.” (E6).*

O gráfico 8 faz referência à renda individual mensal em salários mínimos. A renda considerada pelos membros da pesquisa foi a renda integral, compondo todos os rendimentos que recebem, incluído o provento de sua atividade de tutoria.

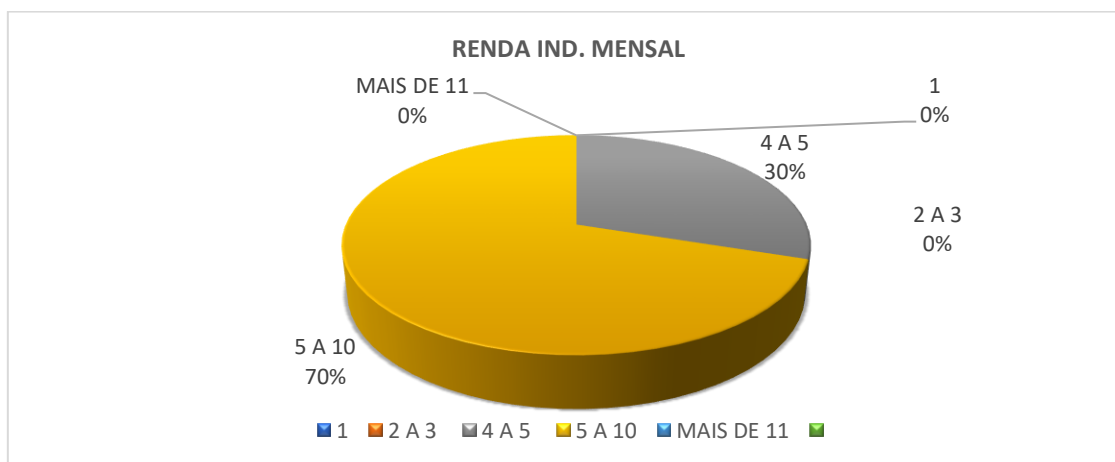


GRÁFICO 8 - RENDA IND. MENSAL

Dos investigados, 7 (70%) têm renda de 5 a 10 salários mínimos e 3 (30%) deles tem renda que variam entre 4 a 5 salários mínimos. Para os tutores investigados, o pagamento recebido pela atividade de tutoria serve apenas como complemento de renda.

O gráfico 9 apresenta a renda familiar mensal em salários mínimos.

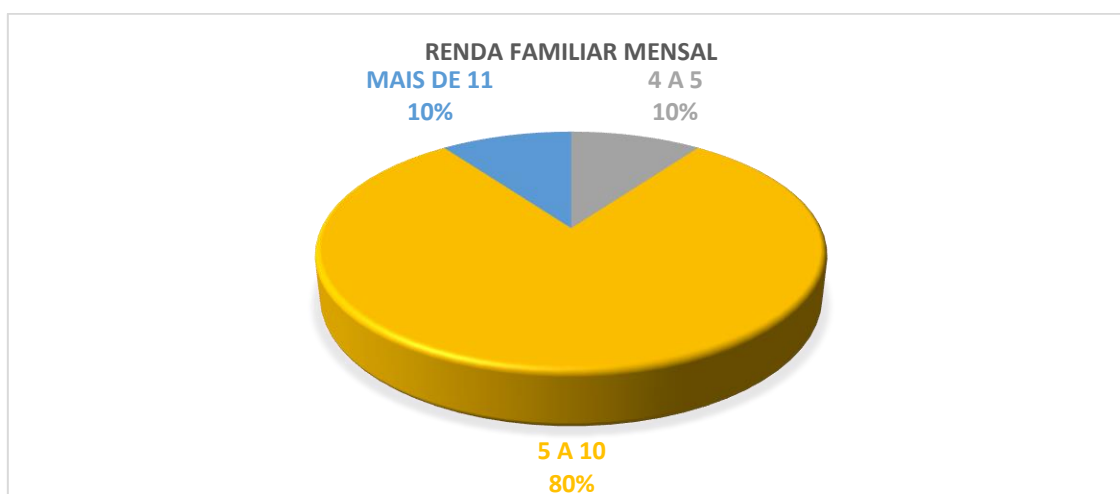


GRÁFICO 9 - RENDA FAMILIAR MENSAL

Os dados demonstram que 1 tutor apenas tem renda familiar variando entre 4 a 5 salários mínimos, 80%, 8 deles, consideram ter renda variando entre 5 e 10 salários e 1 (1%) deles diz ter renda de mais de 11 salários mínimos.

O gráfico 10 apresenta quantas pessoas vivem da renda recebida pelo tutor investigado.



GRÁFICO 10 - QUANTAS PESSOAS VIVEM DA RENDA

De acordo com o gráfico 10, 1(10%) tutor respondeu que 3 pessoas vivem de sua renda, 2 (20%) tutores responderam que são 4 pessoas, 6 (60%) tutores que são 2 pessoas e 1(10%) tutor respondeu que são 5 ou mais pessoas que vivem de sua renda.

Quando perguntados sobre a carga horária de trabalho diário, os tutores responderam levando em conta a carga horária total de trabalho, não somente a de tutoria. De acordo com o gráfico 11, abaixo representado:

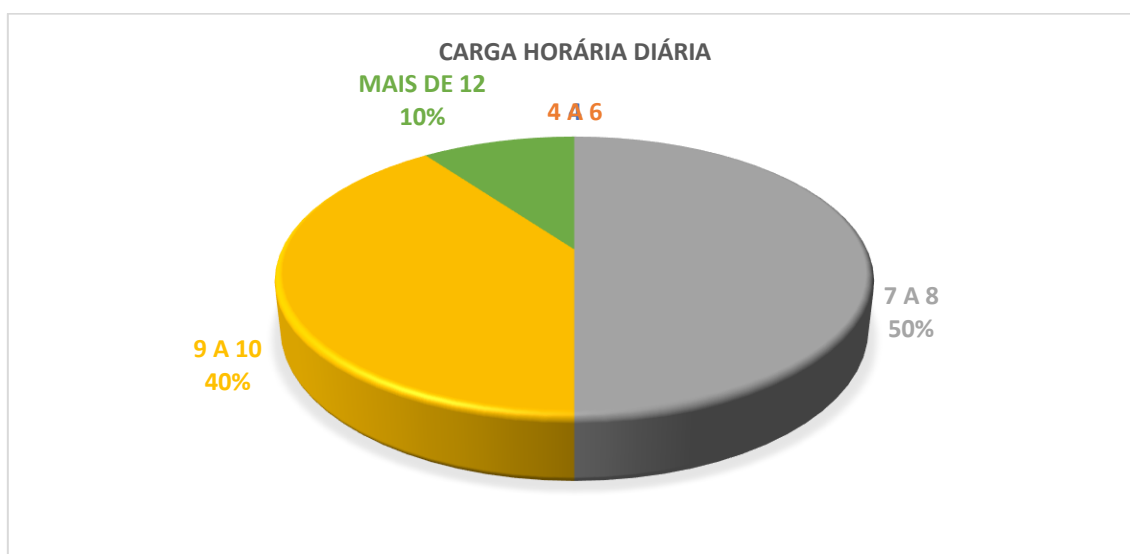


GRÁFICO 11 - CARGA HORÁRIA DIÁRIA DE TRABALHO

Dos investigados, 5 (50%) trabalham de 7 a 8 horas, 4 (40%) tutores de 9 a 10 horas e 1(10%) mais de 12 horas. Esta pesquisa não identificou nenhum tutor que trabalhe somente na

EaD, os entrevistados trabalham em dois, três lugares para compor a sua renda familiar com suficiência para uma sobrevivência digna. No Brasil, o acúmulo de diferentes vínculos de trabalho é um problema comum na carreira docente, em qualquer que seja a modalidade.

O trabalho online, realizado a distância, o trabalho digital, intermitente, o teletrabalho ou home office, conforme Antunes (2018), são característicos da nova organização do trabalho no século XXI, marcas das “metamorfozes do trabalho”, mecanismos do capital que apresentam ao trabalhador a precarização e a flexibilização. Trata-se de algo vendido como uma consequência da evolução e apresentado para o trabalhador como um “privilegio”.

E, diante dessa possibilidade de flexibilização, o trabalhador flexibiliza seu tempo até de final de semana para se dedicar ao trabalho. Assim, quando perguntados se os fins de semana eram necessários para que o trabalho de tutoria fosse deixado em dia, tivemos as seguintes respostas:

*“Olha, hoje em dia não. Porque eu tenho que fazer durante a semana porque final de semana eu não gosto muito. Mas, eu tenho que entrar final de semana, eu tenho que entrar no sábado, eu entro no domingo para colocar as coisas. [...] São 90 pessoas, não dá para não entrar, senão o trabalho fica muito acumulado. Então, assim, é lógico quando não dá eu uso o final de semana.”* (E5).

*“Sim, muitas vezes, madrugada, final de semana, para dar conta. Como eu tinha outro trabalho, muitas vezes eu respondia à noite, no final de semana, muitas vezes.”* (E8).

*“Às vezes sim. Às vezes uso o final de semana, mas não é tão frequente. Resolvo mais durante a semana, a não ser que eu não tenha tempo, aí uso o final de semana.”* (E9).

*“Sim, gosto de trabalhar aos sábados, domingos, feriados. Como tenho outra atividade, acabo tendo que usar o fim de semana, mas também porque não costumo trabalhar na tutoria na segunda e na sexta. Segunda estou ligada ainda no fim de semana e na sexta já estou bem cansada da semana toda. Esta flexibilidade é boa. Ano passado eu viajei para fora do país e respondi aos meus alunos de lá.”* (E10).

A EaD apresenta ao cenário da educação mudanças que alteram a estrutura do sistema educacional brasileiro que se orienta a partir da organização da modalidade da educação presencial. Na EaD existem diferentes atores, com diferentes papéis, que “juntos” constroem um curso ou disciplina. O Cederj é visto como um modelo nacional de instituição que oferece graduação a distância. Este consórcio de universidades define papéis diferentes para os diversos

profissionais que compõem a estrutura organizativa de uma curso/disciplina on-line. Esta nova forma de organização contribui para a divisão do trabalho:

Coordenadores de Curso/Área - As instituições possuem Coordenadores de Curso relativos aos cursos ou às áreas do conhecimento e a indicação destes coordenadores é critério da Universidade. Seu papel é articular as ações pertinentes ao Consórcio Cederj junto à Instituição de origem, garantindo o bom funcionamento do curso/área sob a sua coordenação. Além disto estão sob sua responsabilidade a coordenação de tutoria do Curso/Área, os coordenadores de disciplinas e os professores conteudistas. É sua função o gerenciamento das atividades acadêmicas e do cronograma do Cederj.

Coordenador de Disciplina - responsável por uma das disciplinas que compõem a grade curricular de um ou mais cursos do Consórcio Cederj. Cabe a ele a elaboração das avaliações presenciais e sua correção e a elaboração das avaliações à distância. Para ser um coordenador de disciplina o candidato deve ser docente. O candidato passa por uma avaliação de currículo onde consta experiência com a EaD.

Professor Autor-Conteudista de Disciplina - é o responsável pela elaboração do conteúdo do material didático que é produzido em diferentes mídias (impresso, vídeos etc.) em parceria com o Departamento de Mídias Digitais da Fundação CECIERJ.

Tutores presenciais - são selecionados através de seleção pública, o Cederj exige que o candidato seja graduado no curso em que irá atuar como existe critérios de pontuação na seleção, ter curso de pós latu ou stritu senso, elevam a possibilidade de aprovação do candidato. Os tutores atuam em horários pré-estabelecidos em que devem estar no polo, cada disciplina deve ter dedicação de 2 horas semanais. Sua atividade principal é auxiliar os alunos nas disciplinas nas quais são tutores, tirar dúvidas sobre o conteúdo da disciplina, contribuir com a disciplina disponibilizando material complementar para as aulas e motivar o aluno, para que este se sinta seguro para seguir o curso.

Tutores à Distância – O processo de contatação é semelhante ao dos tutores presenciais, tem carga horária estabelecida de dez horas semanais, sendo que 2 horas devem ser presenciais dentro da universidade a qual está vinculado. Neste espaço a orientação aos alunos é feita respondendo aos e-mails, atendendo as ligações telefônicas e participando de chats, além de fomentar a discussão de unidades temáticas dentro da plataforma a distância. Os tutores são orientados pelo coordenador da disciplina e são os que mantem contato mais próximo com os alunos, sendo o elo entre o professor da disciplina e os alunos. Os tutores (presenciais e a distância) também corrigem as avaliações a distância e aplicam as provas presenciais (FREIRE, 2013).

Os dados coletados demonstraram uma diferença entre as instituições públicas e privadas em relação à divisão do trabalho docente na EaD. Nas instituições particulares os papéis não estão bem definidos, ficando o tutor responsável por muitas das atividades que na instituição pública seria responsabilidade de outros atores, tais como: criação de banco de questões de prova, análise de material de apoio pedagógico, correção de todas as atividades avaliativas, atuação presencial e a distância. Ficou demonstrado também que quanto maior a

instituição, maiores as atribuições do tutor e menor a proximidade entre os atores que fazem parte do processo de ensino- aprendizagem.

### **Como era a relação do tutor com o coordenador da disciplina?**

*“Então, lá na instituição particular I tem mais níveis, nem o coordenador da disciplina estava neste nível de pensar a disciplina. Isso era pensado em um outro nível, que a gente nem sabia qual era. Um nível fantasma a gente nem sabia como. Sinceramente, estas empresas são tão grandes que você, a gente nem sabe aonde, de onde vinha. Tinha lá um cara que era chefe da EaD no Rio mesmo, a liderança. A EaD foi implantada a partir do Rio de Janeiro, então os líderes eles ficavam lá, todo ano quando começava ele conversava com a gente e tal, mas o professor coordenador também não tinha muita gestão sobre conteúdo, ele, mais ou menos, ele conseguia colocar os professores, né? Recomendava os professores para a disciplina, ver essa coisa, se tá faltando professor. Então, vou colocar alguém, ou seja, se ele conseguia fazer a locação dos professores nas disciplinas, mas mudar muito conteúdo e agora tinha uma série de outras responsabilidades lá, ver quantas disciplinas, ver se estavam faltando, por exemplo, questão no banco de questão, esse tipo de gerenciamento.” (E8).*

### **Como se dá a divisão do trabalho?**

*“No Cederj, existe tutor presencial, eu sou tutor a distância, mas eu dou plantão presencial e nós não temos tutor presencial. No Cederj, existe o tutor a distância que trabalha pela plataforma auxiliando o professor na correção da atividade. Aqui eu atuo como tutor a distância, mas também presencialmente, então fica dúvida e o coordenador do curso no Cederj é um professor universitário que ganha uma bolsa para trabalhar como coordenador. Aqui só não produzo o conteúdo, mas faço as questões de prova, correção de prova. Então, aqui na instituição particular II, eu trabalho exatamente como tutor a distância, um tutor presencial e um coordenador de disciplina, só que eu recebo como professor tutor e, na instituição particular III, eu também faço as mesmas coisas, exceto o plantão. Eu trabalho on-line de casa, mas eu também produzo a prova, produzo as questões, corrijo as questões, atendo os alunos virtualmente, só não produzo conteúdo porque eles usam a biblioteca Pearson<sup>11</sup>” (E3).*

A relação com o coordenador da disciplina nem sempre é próxima, ficando o tutor subordinado ao planejamento encontrado pronto. Para ilustrar esta realidade, trazemos o relato de alguns investigados com relação à divisão do trabalho entre tutor e coordenador de disciplina.

### **Qual é a sua relação com o professor coordenador da disciplina?**

*“No Cederj eu encontrei tudo pronto. Até o coordenador da disciplina, ele tem doutorado sobre isso, ele usa os textos dele, entendeu? Então, ele está*

---

<sup>11</sup> Biblioteca Pearson - A Biblioteca Virtual (BV) é uma iniciativa pioneira que busca tornar o acesso ao conhecimento mais simples, utilizando a tecnologia a nosso favor. Ela traz um acervo de livros digitais, contando com mais de 25 editoras parceiras e com milhares de títulos em diversas categorias profissionais e literárias.



*muito focado no que ele pensa, na concepção dele. Eu só executo. Quando ele acha que fugiu, ele me chama a atenção. Tem que ser o que ele quer, a concepção dele. Mas eu coloco o que eu penso ser importante para a discussão.” (E5).*

#### **Como se dá a relação do tutor com o coordenador da disciplina?**

*“Minha relação com o coordenador da disciplina é muito pontual e, geralmente, aviso questões que eu não posso resolver, que dependem dos coordenadores, converso pontualmente sobre questões de avaliação, quando precisa alguma coisa, alguma solução de alguma questão burocrática que tá fora do meu alcance. Mas é um contato pontual, eu não considero que seja um contato pontual problemático, muito tranquilo, eu não contribuo no processo de criação da disciplina.” (E9).*

Nas entrevistas, nos chamou atenção os casos de tutores do AVA que atuam há mais de 4 anos na mesma disciplina, o que parece dar uma legitimidade maior ao processo. Tutores e professores coordenadores alinhados com a intenção de promover uma educação de qualidade, apesar das circunstâncias. As entrevistas evidenciaram que a divisão do trabalho pode ser feita de forma colaborativa, a depender do perfil do coordenador.

#### **Como é a relação do tutor com o coordenador da disciplina?**

*“Nossa relação é muito aberta nesse sentido, eu já tô na disciplina há cinco anos, então já, completamente, então, assim o meu movimento foi assim que eu entrei, né, e aí eu fui conquistando meu espaço ali porque eu queria conquistar o espaço, então aprendi de tudo, desde a edição, desde o desenho instrucional, até opinar no conteúdo. Eu sempre agregando e fazendo assim, intervenções na melhoria do desenho, na disciplina, então, em relação a isso é muito aberta. Só que eu acabei ultrapassando este limiar e assumindo funções que não são minhas, então, eu estou retrocedendo e buscando, então, voltar a origem, né. E assumir as funções de tutoria/mediação. A atuação da coordenação é muito formativa, aberta. O foco do coordenador é muito formativo.” (E6)*

*“Nós temos uma relação muito boa, uma ajuda a outra, com o coordenador é maravilhosa, eu não sei como eu nunca trabalhei em nenhuma outra tutoria. Eu só vou dizer para você minha experiência, que é somente com o nosso coordenador, que é o Marcos Silva, eles nos dá muita liberdade, nós participamos ativamente, né, da elaboração das provas, nas mudanças necessárias. Ele, assim, ele nos deixa participar ativamente, nós damos opiniões, nós mudamos as opiniões dele, ele muda nossas opiniões, né, então assim é bem legal.” (E10).*

A partir dos anos 1990, as relações entre trabalho e educação sofrem uma reconfiguração, sendo determinadas pelo padrão toyotista, que apostava na flexibilidade do trabalhador. Diferente do padrão taylorista-fordista, que exigia trabalhadores “fortemente especializados”, a era toyotista dá preferência ao trabalhador “polivalente e multifuncional” e o trabalhador docente sente o seu trabalho ser invadido pelos apelos toyotistas.

As demandas do processo de valorização do capital nessa nova forma de realização exigem a educação de trabalhadores de novo tipo e, em decorrência, de uma nova pedagogia. Da mesma forma, os métodos flexíveis de organização e gestão do trabalho, não só exigem novas competências, como também invadem a escola com os novos princípios do Toyotismo (KUENZER, 2009, p. 9).

Nesta perspectiva, cabe considerar que a EaD exige trabalhadores mais flexíveis, atendendo à demanda do padrão toyotista. O tutor do AVA precisa ter conhecimento em diferentes áreas: técnica, pedagógica, gerencial, mas nem por isso tem garantidos os direitos trabalhistas e condições adequadas de trabalho. O trabalho docente, seguindo a lógica das fábricas, se reorganizou de maneira fragmentada, trazendo a divisão entre o processo de execução e concepção do trabalho docente. Para Hypólito (1997), o trabalho docente não é tipicamente capitalista, no entanto, está sujeito à lógica do capital, a partir da qual o professor passa a se assemelhar ao trabalhador fabril, que executa suas atividades sob condições desfavoráveis. Segundo Mill, Ribeiro, Oliveira (2010),

[...] ao menos no Brasil, neste momento, o trabalho docente na EaD – tipicamente coletivo e colaborativo e também realizado sob condições precárias – parece-nos organizado sob uma lógica capitalista de racionalização, sendo realizado por um trabalhador assalariado sob condições adversas e desreguladas, seja pelo tipo ou valor da remuneração recebida pelo trabalho prestado, seja pelas relações de trabalho entre colegas e gestores ou ainda pelo tipo de vínculo com as instituições mantenedoras de sistemas de EaD (p. 15-16)

As “metamorfoses” direcionadas às formas de organização do trabalho na contemporaneidade trouxeram mudanças também na maneira como os trabalhadores se organizam para reivindicar direitos. Os sindicatos não possuem mais a mesma força que no período fabril e acabaram sendo enfraquecidos dentro do sistema capitalista. Para Antunes,

(...) a arrasadora desregulamentação dos direitos do trabalho, os novos padrões de gestão e “envolvimento” da força de trabalho, como os Círculos de Controle da Qualidade (CQC), experimentados no Japão – em realidade uma apropriação do *fazer* e saber do trabalho, sob o controle manipulatório do

capital dos nossos dias, levando o estranhamento do trabalho (no sentido marxiano) ao seu limite – tudo isso, feito sob um “inquestionável” domínio da “produtividade” da “modernidade social” acabou afetando a forma de ser do proletariado fabril tradicional. A classe-que-vive-do trabalho metamorfoseou-se. [...] Se já não bastassem estas transformações, a crise atingiu também diretamente a *subjetividade* do trabalho, sua consciência de classe, afetando seus organismos de representação [...] os sindicatos, foram forçados a assumir uma ação cada vez mais *defensiva*, cada vez mais atada à *imediatez*, à *contingência*, regredindo sua já limitada ação de defesa de classe no universo do capital. [...] e, quanto mais a "revolução técnica" do capital avançava, lutavam para manter o mais elementar e defensivo dos direitos da classe trabalhadora, sem os quais sua sobrevivência está ameaçada: *o direito ao trabalho, ao emprego*. [...] É nesta contextualidade adversa que se desenvolve o *sindicalismo de participação* em substituição ao *sindicalismo de classe*. [...] não se questione o mercado, a legitimidade do lucro, o que e *para quem* se produz, a lógica da produtividade, a sacra propriedade privada, enfim, os elementos básicos do complexo movente do capital. As perspectivas generosas da emancipação humana, tão caras a Marx, foram ou estão sendo pouco a pouco trocadas pelos valores da *acomodação* social-democrática (2009, p. 147-148).

Foi perguntado aos tutores investigados sobre o que é ser trabalhador, sobre ser um trabalhador assalariado, sobre a garantia dos direitos trabalhistas e sobre a importância dos sindicatos.

O gráfico 12 traz as respostas dos investigados quanto à importância do sindicato.

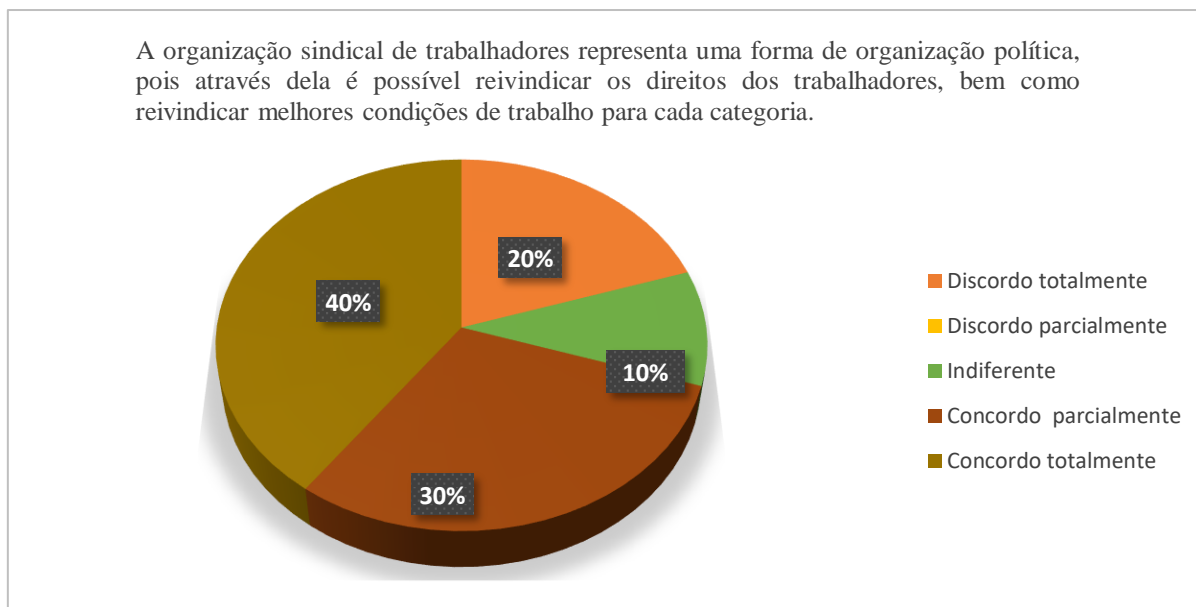


GRÁFICO 12 - O SINDICATO

Os dados demonstraram que 4 (40%) dos tutores pesquisados concordam que o sindicato representa uma forma de organização política, pois por meio dele é possível reivindicar os direitos dos trabalhadores, bem como reivindicar melhores condições de trabalho para cada

categoria, 3 (30%) concordam parcialmente com essa ideia, 1 (10%) é indiferente e 2 (20%) discordam totalmente dessa representação sindical.

O gráfico 13 ilustra e ratifica o entendimento do pensamento dos tutores pesquisados, o que é demonstrado com as respostas do gráfico 12.

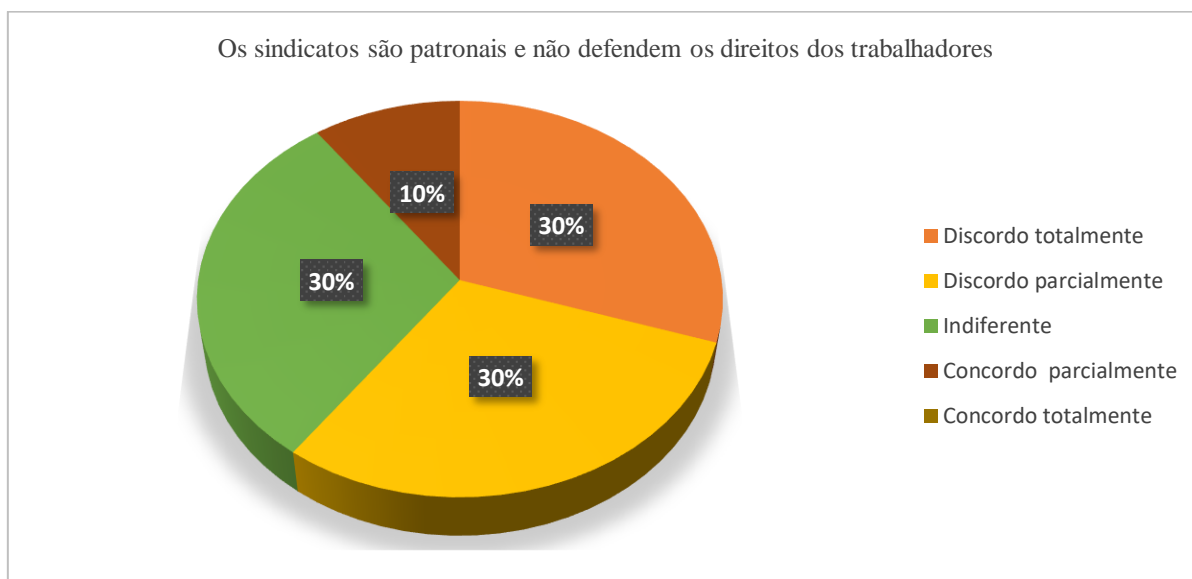


GRÁFICO 13 – O SINDICATO NA DEFESA DOS DIREITOS TRABALHISTAS

Dos tutores do AVA investigados, 3 (30%) discordam totalmente da afirmação do questionário, outros 3 (30%) discordam parcialmente, 3 (30%) são indiferentes e 1 (10%) concorda parcialmente.

A partir de uma breve pesquisa realizada na internet, no dia 15/06/2020, com o objetivo de verificar a existência de algum órgão, associação ou sindicato que buscasse defender os direitos dos tutores da EaD, encontramos a Associação dos Docentes e Profissionais da Educação a Distância Pública do Estado do Rio de Janeiro – ADOPEAD. Em contato realizado com um dos representantes da ADOPEAD foi perguntado qual o motivo dos maiores interessados, que são os tutores, não conhecerem a associação, já que tal desconhecimento foi apontado pelos dados obtidos. A resposta tem relação com questões já mencionadas neste estudo: o rodízio constante de profissionais, a distância entre os polos e a falta de contato próximo entre os tutores, fatores estes que impedem uma divulgação incisiva da associação. O representante da ADOPEAD falou sobre as questões que estimularam a criação da associação e, segundo ele, seriam: a participação democrática de todos os sujeitos que atuam no processo, as relações precárias de trabalho, tendo como pauta de luta a formalização dos direitos trabalhistas e a precarização da formação.

As questões propostas pela ADOPEAD são muito pertinentes e convergem para aspectos destacados nesta pesquisa, como a hierarquização das atividades dentro de uma disciplina oferecida a distância, a precarização da formação dos sujeitos, a reformulação de algumas propostas que impõe ao tutor uma “tutoria reativa” e o ensino em massa, com turmas cheias com poucos tutores para o suporte necessário aos alunos.

Diante do exposto, trazemos alguns depoimentos dos tutores investigados sobre o tema sindicato:

### **O que você entende por sindicato?**

*“Acho que o sindicato é a base de tudo, né?! Se você pensar bem que esse governo que demoniza todos e quer acabar com sindicatos, acabar com a possibilidade do trabalhador se organizar. Organizar para se defender, na verdade, para continuar existindo, pra não morrer, porque se se acaba a possibilidade de trabalhadores se organizarem, para se defender ele vai continuar existindo o patrão faz o que quer né?!” (E3)*

*“Desde que eu comecei a minha vida profissional, desde o privado, eu sempre fui sindicalizada, porque eu acredito que é no coletivo que vamos conseguir ganhar as nossas lutas. Um sindicato dos tutores seria uma coisa muito importante, ajudaria na regulamentação da profissão.” (E5)*

*“Uma instituição que deveria ser responsável por assegurar os direitos, organizar e agregar toda uma categoria de profissionais que tem o mesmo interesse e lutar pelos direitos destes profissionais.” (E6)*

*“Eu acredito que sindicato é uma instituição não patronal que auxilia os empregados, os trabalhadores.” (E7)*

### **Você acredita que todas as categorias de trabalhadores deveriam ter um sindicato?**

*“Sim, todas deveriam ter um órgão que a represente.” (E2).*

*“Todos? Porque tudo é uma palavra muito forte, talvez tenha alguma exceção que não faria sentido, mas, de maneira geral, sim, se forem corretos para com os profissionais é importante que haja esta representação.” (E9)*

Fomos investigar também sobre o entendimento dos entrevistados a respeito do mundo do trabalho e do trabalho que executam. Assim, algumas perguntas que constam no roteiro das entrevistas foram feitas no sentido de ratificar o dado obtido com o questionário. Dessa forma, buscou-se verificar se os tutores pesquisados se consideram trabalhadores e se percebem a sociedade brasileira como dividida em classes e a que classe eles julgavam pertencer. De

imediatamente, os entrevistados demonstraram dúvidas sobre quais respostas dariam, pois não sabiam se deveriam responder dividindo as classes entre A, B, C ou D ou se o correto seria estruturá-las entre classe baixa, média, média – alta e baixa. Já com relação ao seu local de pertencimento na sociedade, todos responderam que faziam parte da classe trabalhadora, tal como responderam no questionário. Fica evidenciado a partir daqui a questão de consciência de classe e a necessidade de ser estimulado um pensamento crítico nesse sentido. Alguns desses depoimentos e das respostas trazidas estão representados nos gráficos seguintes, especialmente o de número 16.

*“Nessa minha visão restrita é a diferença de poder aquisitivo. Está aí, sim nós somos divididos por classe. Temos as classes A, B, C, a classe média achatada, os miseráveis, então com relação ao poder aquisitivo, à remuneração, à renda per capita, sim, nós estamos na sociedade dividida em classe. Estava em casa outro dia, li um texto e descobri que eu sou baixa renda. Porque até 10 salários mínimos você é baixa renda, você sabia disso? Apesar de você pagar imposto de renda e tudo mais, eu estou na classe baixa. Eu estou na C, na D, classe baixa.” (E1)*

*“Sim, classe, gênero e raça. Pertencço à classe trabalhadora. Hoje fica meio difícil classificar em média, baixa, né, a gente saiu do governo que as pessoas tinham acesso e a gente está agora com o desemprego altíssimo. Mas estão querendo criar na cabeça das pessoas que elas são mais classe média se ela for dono do próprio negócio, pode ser um negócio de uma carrocinha de cachorro-quente, mas a classe é trabalhadora. Eu acho que a gente deveria voltar, e a gente não faz isso na escola, a discutir classe, parece que a gente, ao não discutir mais classe, a gente criou, é próprio da ideologia, né, criar uma espécie de hegemonia, onde todo mundo é igual. Na verdade, existe a classe e conta existe as classes vai acontecer a desigualdade.” (E3)*

*“Eu acho que em certos aspectos a sociedade é dividida em classes, mas eu não acho que sejam só as classes que dividem a sociedade. Existem classes, mas elas são muito móveis e muito difícil de se definir, por exemplo: eu poderia me definir como da classe proletária, neste ponto de vista eu estou na classe média proletária, mas, em outro ponto de vista, eu recebi a possibilidade de formação, muito maior do que muitos receberam, estou fazendo doutorado. Então, no ponto de vista de oportunidade de estudo eu estou numa elite.” (E9)*

Consideramos valoroso trazer aqui o conceito de classe trabalhadora, apresentado por Antunes (2009), uma vez que, aos olhos do autor, o conceito passou por transformações devido às “metamorfozes” que aconteceram no mundo do trabalho contemporâneo. Antunes (2009) usa a expressão “classe -que-vive-do-trabalho” para trazer um sentido atualizado de classe trabalhadora, que não se constitui apenas de operários das fábricas, mas de todos os que são

trabalhadores assalariados, uma noção ampliada de classe trabalhadora que abrange todos aqueles que vendem a sua força de trabalho em troca de um salário. Nas palavras do autor,

A classe-que-vive-do-trabalho, a classe trabalhadora, hoje inclui a totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho, tendo como núcleo central os trabalhadores produtivos (no sentido dado por Marx, especialmente no Capítulo VI, Inédito). Ela não se restringe, portanto, ao trabalho manual direto, mas incorpora a totalidade do trabalho social, a totalidade do trabalho coletivo assalariado. Sendo o trabalhador produtivo aquele que produz diretamente mais-valor e participa diretamente do processo de valorização do capital, ele detém, por isso, um papel de centralidade no interior da classe trabalhadora, encontrando no proletariado industrial o seu núcleo principal. Portanto, o trabalho produtivo, onde se encontra o proletariado, no entendimento que fazemos de Marx, não se restringe ao trabalho manual direto (ainda que nele encontre seu núcleo central), incorporando também formas de trabalho que são produtivas, que produzem mais-valor, mas que não são diretamente manuais (ANTUNES, 2009, p.102).

Nesse sentido, apresentamos o gráfico 14, que representa as respostas sobre a afirmativa “o trabalhador assalariado, que trabalha de carteira assinada, representa um gasto desnecessário para o empregador, pois os benefícios pagos a ele saem do bolso do patrão. O ideal é que não haja trabalhadores com carteira assinada”.

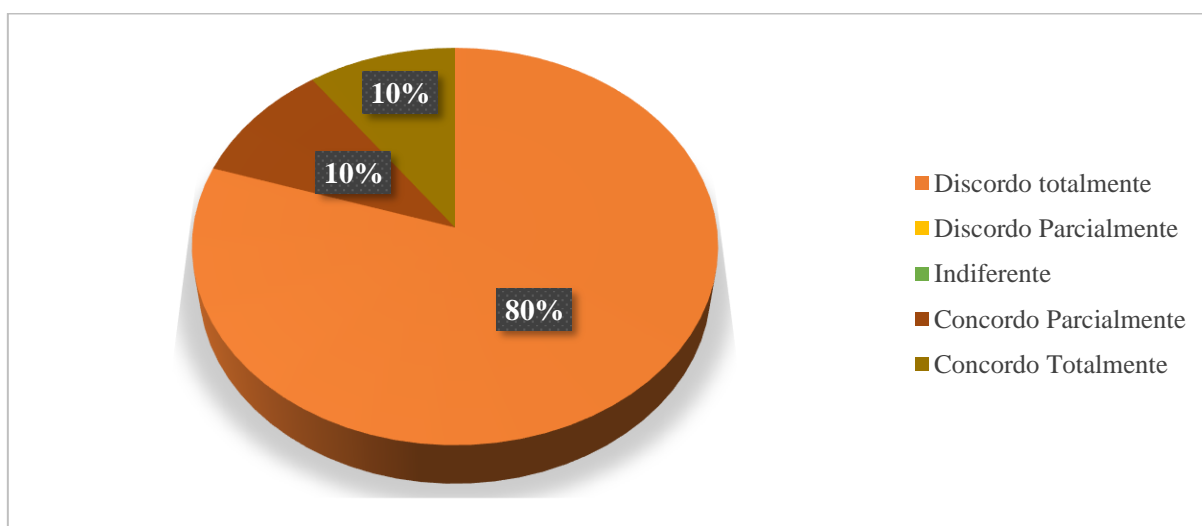


GRÁFICO 14 - A CARTEIRA ASSINADA

As respostas demonstraram que 8 (80%) dos investigados discordam totalmente que a carteira assinada seja um gasto desnecessário para o empregador. 1 (10%) concorda parcialmente com a afirmação e 1 (10%) concorda totalmente.

Já o gráfico 15 trata dos direitos trabalhistas com a seguinte questão: “O trabalhador assalariado, que trabalha de carteira assinada, deve ter todos os direitos que estão garantidos nas leis trabalhistas, independente da situação financeira que seu empregador passa”.

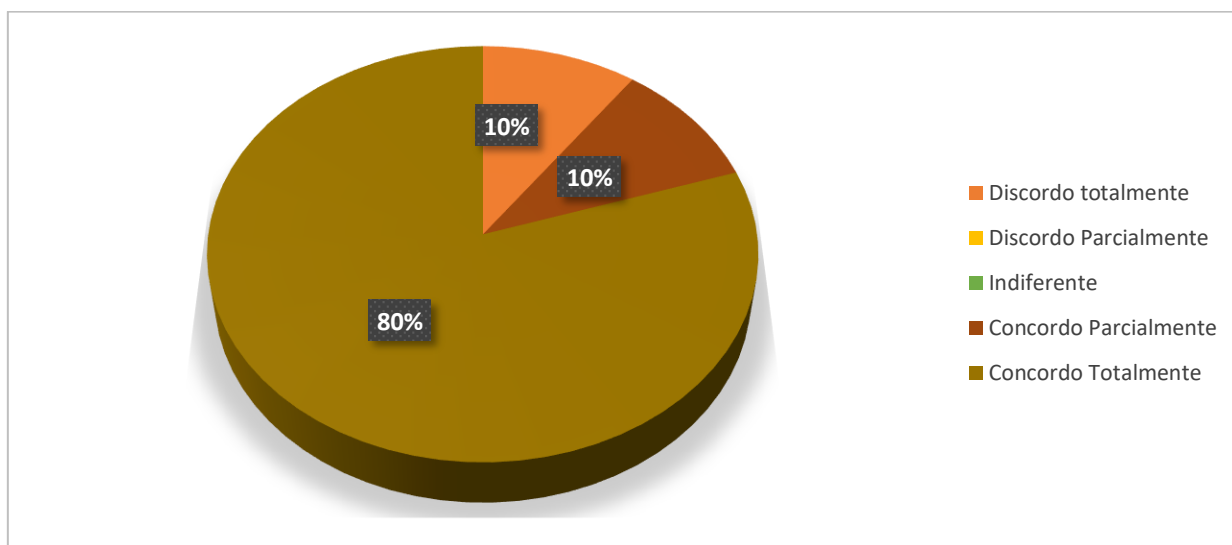


GRÁFICO 15 - O TRABALHADOR ASSALARIADO

As respostas demonstram que 8 (80%) dos investigados concordam plenamente com a afirmação feita no questionário, 1 (10%) discorda totalmente e outro entrevistado (10%) concorda parcialmente com a afirmação. Tal resultado coaduna com as respostas dadas à seguinte pergunta:

### Você se considera um trabalhador? Por quê?

*“Sim, eu desenvolvo minhas atividades com responsabilidade, cumprindo enfim o que me é proposto. Sou uma trabalhadora.” (E2)*

*“Sou uma trabalhadora, tem uma relação entre o trabalhador e o salário, né? Tenho meus direitos e meus deveres e vendo a minha força de trabalho.” (E5)*

*“E essa pergunta é capciosa. Eu sou uma trabalhadora da educação, porém, em termos, como é que se diz, regulamentação do trabalho, não posso ser considerada uma trabalhadora porque eu não tenho vínculo empregatício. Eu sou uma trabalhadora mais informal. Em condições precárias de trabalho.” (E6)*

*“Sim, porque eu trabalho, eu construo, porque eu me formo, eu pesquiso sobre a área que eu estou e estou em constante formação.” (E7)*



O gráfico 16 apresenta as respostas dos investigados quando feita a afirmação: “Os trabalhadores devem defender sua classe, independente da atividade laboral, pois representam uma classe explorada por patrões que constroem sua riqueza à custa dos trabalhadores.”

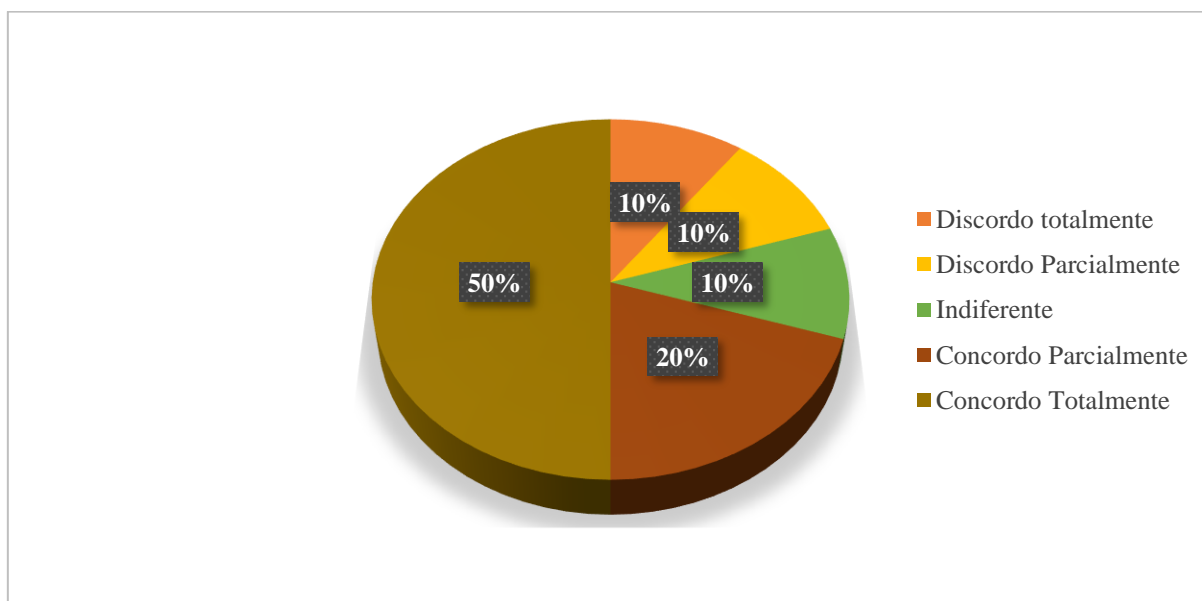


GRÁFICO 16 - A DEFESA DA CLASSE TRABALHADORA

As respostas demonstram que 5 (50%) dos tutores investigados concordam totalmente com a afirmação, 2 (20%) deles concordam parcialmente e 1 (10%) deles é indiferente, 1 (10%) discorda totalmente e 1 (10%), parcialmente. Nos chama a atenção que somente 50% dos nossos trabalhadores investigados consideram que os trabalhadores deveriam defender sua classe, ratificando nossa constatação descrita anteriormente da necessidade da classe trabalhadora desenvolver mais consciência crítica.

Daí a relevância de desenvolver estudos como esse, pois ao buscar conhecer as concepções que os tutores têm sobre o mundo do trabalho e sobre o seu trabalho, podemos compreender melhor de que maneira as suas atribuições convergem para a nova organização do trabalho proposta pelo capital e de que forma esta organização influencia a atividade do tutor. A partir daí é possível também contribuir para um debate que eleve o patamar de consciência crítica desses e outros trabalhadores.

Na sequência, apresentamos mais um dado no gráfico 17, que representa a resposta dos investigados para a seguinte afirmação: “Ter qualidade de vida significa ter uma boa remuneração que permita ao trabalhador fazer tudo que deseja em seu tempo livre (viajar, comprar coisas, consumir etc.), independente do quanto ele precise trabalhar para isso”.

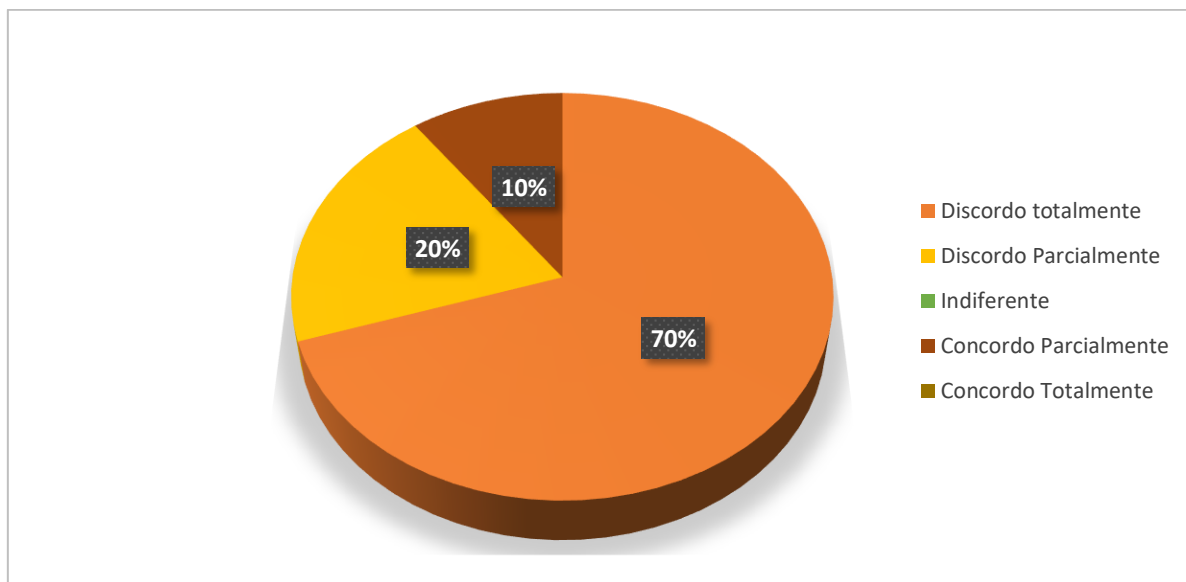


GRÁFICO 17 - QUALIDADE DE VIDA E TRABALHO

Os resultados demonstram que 7 (70%) discordam totalmente da afirmação feita, 2 (20%) discordam parcialmente e 1 (10%) concorda parcialmente. O gráfico 18 representa o resultado sobre outra afirmação: “Ter qualidade de vida no trabalho significa trabalhar com o que se gosta”:

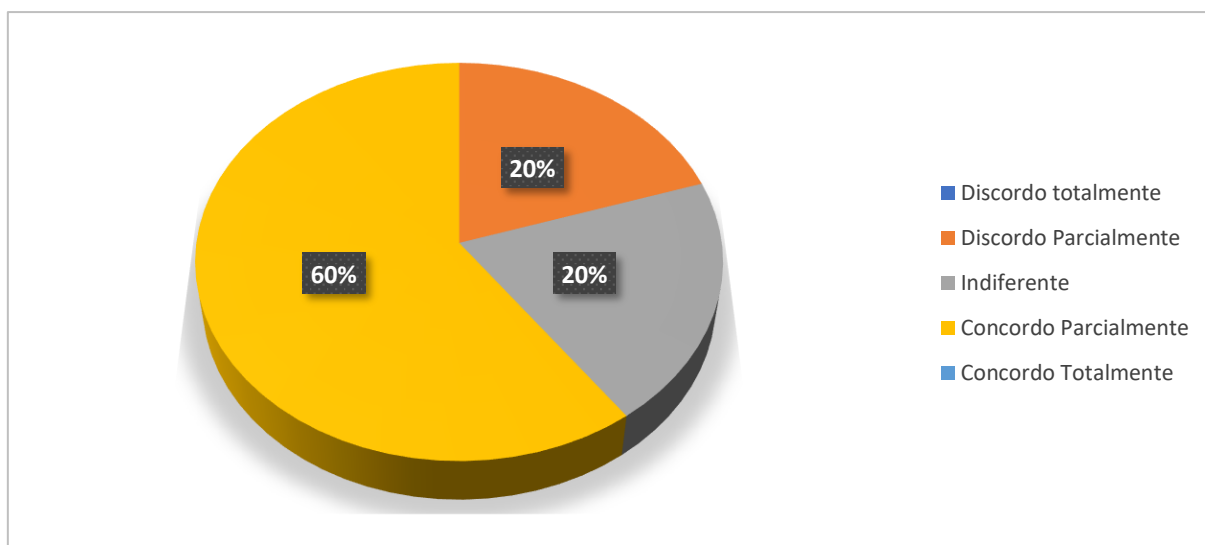


GRÁFICO 18 - QUALIDADE DE VIDA E TRABALHAR COM O QUE SE GOSTA

Dos investigados, 6 (60%) concordam parcialmente, 2 (20%) são indiferentes e outros 2 (20%) discordam parcialmente da afirmação. Para os nossos tutores investigados parece não ser o mais importante trabalhar com o que se gosta, o que reflete uma certa alienação sobre as razões pelas quais se produz, parecendo haver mais preocupação com o como se produz,

bem como uma certa passividade e naturalização da condição de exploração a qual é submetido o trabalhador.

### O que você faz no seu tempo de não trabalho?

*“Nada. É proposital não fazer nada...”* (E3)

*“Me divirto, vou à praia, evito ficar no computador.”* (E6)

*“Às vezes trabalhando, né, agora eu estou tentando não trabalhar mais para a instituição. Nos fins de semana, não trabalho, mas eu fiz muita coisa fim de semana. Geralmente, eu vou à praia, toco violão, tento não trabalhar, mas já trabalhei, mas já fiz muito, trabalhava na EaD e eu sempre trabalhava à noite no fim de semana, com certeza.”* (E8)

Diante da afirmação se consideram que “a qualidade de vida relaciona aspectos como ter acesso à educação e saúde pública e de qualidade, horário livre para descanso e lazer, moradia e mobilidade urbana de qualidade e boa remuneração”, observa-se as seguintes respostas ilustradas no gráfico 19.

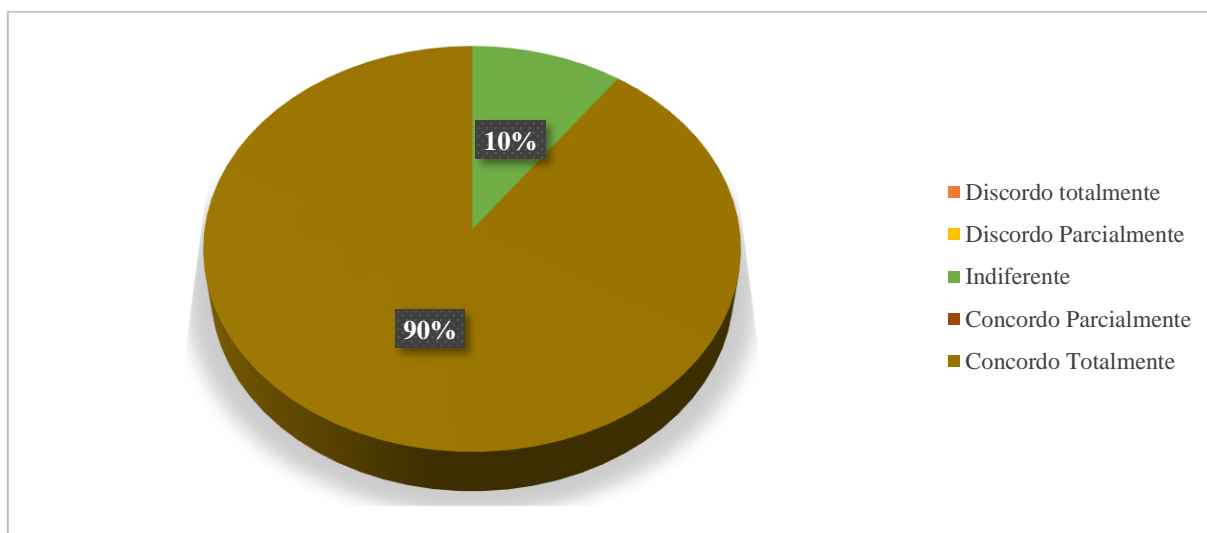


GRÁFICO 19 - CONDIÇÕES PARA A QUALIDADE DE VIDA

Diante da afirmação, 9 (90%) concordam totalmente e 1 (10%) é indiferente. Verifica-se aqui uma contradição quando não se considera importante para sua qualidade de vida trabalhar com o que se gosta, por exemplo, dentre outras respostas obtidas. Uma compreensão mais ampliada de qualidade de vida é possível de ser visualizada quando trazida de forma

objetiva. Por isso, cabe constatar a condição em que vivem os trabalhadores de alienação e de dificuldade de compreender o mundo para além do que está aparente.

Com relação ao tempo de trabalho e tempo livre, vale considerar o esclarecimento trazido por Marx (1974) apud Antunes (2009) que resulta na redução da jornada de trabalho:

De fato, o reino da liberdade começa onde o trabalho deixa de ser determinado por necessidade e por utilidade exteriormente imposta; por natureza, situa-se além da esfera da produção material propriamente dita. O selvagem tem de lutar com a natureza para satisfazer as necessidades, para manter e reproduzir a vida, e o mesmo tem de fazer o civilizado, sejam quais forem a forma de sociedade e o modo de produção. Acresce, desenvolvendo-se, o reino do imprescindível. É que aumentam as necessidades, mas, ao mesmo tempo, ampliam-se as forças produtivas para satisfazê-las. A liberdade nesse domínio só pode consistir nisto: o homem social, os produtores associados regulam racionalmente o intercâmbio material com a natureza, controlam-no coletivamente, sem deixar que ele seja a força cega que os domina; efetuam-no com o menor dispêndio de energias e nas condições mais adequadas e mais condignas com a natureza humana. Mas esse esforço situar-se-á sempre no reino das necessidades. Além dele começa o desenvolvimento das forças humanas como um fim em si mesmo, o reino genuíno da liberdade, o qual só pode florescer tendo por base o reino da necessidade. E a condição fundamental desse desenvolvimento humano é a redução da jornada de trabalho (p. 171).

A saúde está relacionada diretamente à qualidade de vida no trabalho e a jornada de trabalho é cada vez mais marcada pelo aumento na quantidade de horas trabalhadas para obtenção de um salário que garanta condições dignas de vida. Diante disso, foi perguntado aos investigados se eles tinham conhecimento de problemas de saúde que poderiam ser causados pelo tipo de atividade realizada pelo tutor. Foi perguntado ainda se eles possuíam plano de saúde pago pelo empregador.

*“Não tenho, mentiria se dissesse que conheço. Mas trabalho de professor tem um monte, né? Desenvolve (problemas de saúde) por mais salas cheias, lotadas, né. Eu acho que, talvez, o trabalho de tutoria, não li sobre isso, mas talvez o excesso de turma, né? Um professor uma vez me contou que trabalhava na xxx e ele chegou a ter, sei lá, não sei. Ele ganhava muito dinheiro, mas ele tinha muitas turmas, mas não sei se é bom né porque vai ter muitas turmas, tem que trabalhar muito e ficar na frente do computador o tempo inteiro, visão, postura, acaba não comendo direito, você fica, ele fica, ele contava que perdia o final de semana inteiro às vezes corrigindo tudo, então, não sei se desenvolver alguma doença por causa disso, mas com certeza acho que sim. Acho que tá faltando é pesquisa nesta área.” (E3)*

*“Tem sim, afeta a visão, tendinite, dor na coluna e estresse com alunos. Corrigir 90 provas não é fácil.” (E6).*

**Você dispõe de algum plano de saúde oferecido pelo seu empregador?**

*“Não, nenhum docente tem plano de saúde só quem tem aqui é do administrativo. Não tem vale-transporte, não tem alimentação, não tem plano de saúde.” (E4).*

*“Nem A, nem B, nem UFRJ, muito menos o Cederj.” (E5)*

*“Não tem nenhum tipo de plano de saúde oferecido pelo empregador.” (E9)*

No modo de produção capitalista é amplamente discutida a questão da exploração da força de trabalho da classe trabalhadora e da precarização das condições de trabalho. Diante do exposto, cabe observar que o trabalhador tutor do AVA na EaD é um desses trabalhadores que pertence a essa classe trabalhadora, tal como o docente da educação presencial. Mas o trabalho realizado pelo tutor do AVA teria aproximações com o trabalho realizado pelo docente da educação presencial? Saber o que constitui a atividade do tutor e os caminhos traçados para a escolha da profissão é importante para tentar responder a este questionamento. Mill (2010) define assim o termo tutor:

A concepção de tutor recebe como sinônimos termos do tipo: educador on-line, mentor, orientador virtual, monitor pedagógico, e-formador, formador virtual, etc. Como tutoria, há outras variações: tutor presencial, tutor virtual, tutor eletrônico, tutor a distância, etc. Entretanto, apesar dessas variações nos nomes, todos são compreendidos no que geralmente conhecemos como tutores para EaD. (...) No âmbito da EaD, a ideia de guia prevalece nas definições de tutor, sendo aquele que organiza e facilita a participação dos estudantes, usando um conjunto de estratégias pedagógicas preestabelecidas para uma aprendizagem enriquecedora. Assim, o tutor na EaD pode ser entendido como aquele que apoia a construção do conhecimento e dos processos reflexivos de estudantes. A tutoria é assim vista como a atividade do tutor (p.1).

Para Mill, a função do tutor é acompanhar os alunos no processo de aprendizagem. O autor vê problemas quanto ao uso do termo tutor e acredita que a falta de definição da terminologia utilizada, que passeia por termos como educador *on-line*, mentor, orientador virtual, monitor pedagógico, e-formador, formador virtual, contribui para a precarização do trabalho executado.

[...] entre as denominações atribuídas a este docente percebemos tutor virtual, tutor eletrônico, tutor presencial, tutor de sala de aula, tutor local, orientador acadêmico, animador e diversas outras. O que caracteriza este trabalhador é sua função de acompanhar os alunos no processo de aprendizagem, que se dá, na verdade, pela intensa mediação tecnológica. O docente tutor participa do

ensino aprendizagem mais como um mediador e motivador na relação do aluno com material didático, em busca do conhecimento. Independentemente da denominação que recebe, o tutor é responsável pela mediação pedagógica da construção do saber de seus alunos” (MILL, 2006, p. 70).

Uma passagem pela literatura e pelos depoimentos dos investigados nos alerta para os diferentes termos utilizados para definição do que é ser tutor, desde sua terminologia até as atividades que devem ser executadas por estes “profissionais”. Percebe-se que o tutor, mesmo diante deste cenário de indefinições sobre a sua identidade, se considera um profissional da educação e se identifica como aquele que é o elo entre o conteúdo proposto e o conhecimento. Os relatos dos tutores do AVA sobre o seu fazer diário e sobre as atividades por eles realizadas sugerem que para o profissional da educação realizar de forma eficaz sua tarefa é preciso que ele tenha um conhecimento pedagógico, o que também é exigido do professor presencial. É, portanto, essencial à atividade de tutoria o domínio de saberes indispensáveis à docência. De acordo com Mill et al (2010), são propostos:

uma base de conhecimento e um modelo de raciocínio pedagógico para o exercício da docência (da educação presencial), em que se destacam o conhecimento do conteúdo específico, conhecimento de conteúdo pedagógico e conhecimento pedagógico do conteúdo. Essa mesma base vale para o docente da educação a distância (que inclui o tutor), pois também na docência virtual esses processos (base de conhecimento para o ensino e modelo de raciocínio pedagógico) são essenciais, embora sejam partilhados na polidocência (p. 58).

Alguns relatos dos investigados nos ajudam a compreender como estes profissionais se percebem e como essas percepções se relacionam como entendimento de Mill.

Quanto ao desejo de se tornar docente:

*“Eu sempre fui fissurada em escrita, leitura, outro dia eu estava me lembrando como que eu fui alfabetizada, com gibis. Então, tudo isso já fazia parte da minha vida, a leitura já fazia parte da minha vida e aí depois do trágico vestibular de administração, fui fazer Letras, me encontrei em Letras, me apaixonei pela língua portuguesa e pela literatura. Eu sou professora do estado, adoro ser professora, não poderia ser outra coisa. O início da EaD me arrastou para a modalidade, eu já trabalhava em um curso presencial que migrou para EaD, daí fui convidada.” (E4)*

*“Eu acho que desde nova eu queria ser professora, não sei, eu sempre quis ser professora. Fiz o curso normal e comecei a trabalhar [...] então, eu tinha uma profissão, né, professora e aí eu comecei. Assim que terminei o curso normal eu comecei a trabalhar na rede privada [...] conheci a EaD trabalhando na capacitação dos servidores da UFRJ como tutora, começamos a pensar em cursos a distância para que os trabalhadores*

*pudesse fazer. [...] então foi aí que eu comecei a ler, comecei a trabalhar com educação a distância.” (E5)*

*“Sempre tive o interesse de me tornar professora desde a infância, adorava pensar que seria professora. Mas teve um momento da minha vida no ensino médio que eu me interessei mais pelas tecnologias e aí tentei seguir a carreira de programação, processamento de dados. Sempre fui muito ligada às tecnologias, porém eu não logrei êxito, meu raciocínio lógico é um pouco defasado. Então, eu voltei e fiz vestibular para pedagogia e para algumas licenciaturas e acabei optando pela pedagogia, que é algo mais geral. A EaD foi o caminho formativo que eu escolhi, foi uma trajetória formativa, que eu escolhi durante a graduação, né. Na graduação fazia parte de grupos de pesquisa e tudo mais e aí tem um determinado momento que as condições de vida me fizeram escolher mais a formação técnica para atuar nessa área de educação a distância [...]” (E6)*

Quanto a ser tutor:

*“A gente tem essa discussão aí a nível macro e hoje eu só posso falar por aquilo que eu tenho experiência. A gente vem discutindo o trabalho do tutor, o que é ser tutor: é sujeito que vai mediar o processo de ensino-aprendizagem pela plataforma, pelo ambiente on-line. Ele é o sujeito que vai atuar na mediação, na construção desse conhecimento, só que ele não está no presencial, ele tá a distância, em uma sala de aula virtual. A gente entende perfeitamente bem que é uma precarização do trabalho docente, que o tutor não é ainda uma profissão reconhecida, você vai pagar o valor por uma mão de obra muito qualificada, um valor pequeno.” (E7).*

*“Ser tutor para mim hoje, posso dizer, né, é um ato de resistência. Para tentar segurar a qualidade da educação a distância, porque em termos financeiros e até mesmo em termos formativos para minha carreira, né, enquanto profissional no momento, não está sendo nem pouco atrativo. Então, na verdade é uma atitude de resistência, de formar aquelas pessoas, mais de 300 a cada disciplina, de uma forma, é, né, tentando assegurar essa qualidade e compromisso com a educação, independente da modalidade, então é isso.” (E6)*

Quanto a conhecer o projeto pedagógico do curso em que atua como tutor:

*“A gente é obrigado a conhecer porque temos que fazer o plano de aula. Ele já vem estruturado, por causa dos tópicos e dos temas que devem ser abordados. E os temas, os planos de disciplina, textos ou links de acesso estão na proposta pedagógica do curso. Você tem que conhecer para seguir. Tem a frequência do aluno, a gente pode pensar mais distantes como é que você pensa, mas eu tenho que fechar um diário de classe no final do período e no diário de classe verificar as inserções que ele tem no sistema, tem um mínimo de horas que ele tem que ser de leitura, na verdade, no sistema eu busco essa informação, né, é transferida, mas eu que tenho que colocar em cada semana qual foi o assunto, a unidade trabalhada, o texto como está na proposta pedagógica e sou obrigada depois a imprimir, colocar uma capa de diário, já vem com etiqueta o meu nome, matrícula, disciplina e imprimir todas as folhas do sistema, apesar de estar no sistema e tem que ter aquilo físico na secretaria para qualquer auditoria, então, é impossível você preparar o seu*

*plano do semestre ou mesmo fechar o semestre do diário de classe se não tiver acesso à proposta pedagógica.” (E1).*

Quanto a ter conhecimento pedagógico:

**Você acredita que seja importante para o tutor ter conhecimento pedagógico?**

*“Eu acho que tanto presencial como a distância você tem que ter essa concepção do que que é educação, do que é a sala de aula, ter a didática, você saber nos fóruns né, apesar de ser a distância, mas você ler o que o aluno tá colocando, você pode intervir, mediar, então isso faz com que a sala de aula transponha né, você transpõe a educação, a aprendizagem, para uma sala de aula virtual. O contexto é diferente, você tem que ter esse conhecimento, né. Você já tem que ter vivido isso, não que o outro, que não tenha experiência em sala de aula, que não tenha vivenciado, não possa fazê-lo, mas eu acho que ele vai ter mais dificuldade. Acho que você é professor de sala de aula, você que fez a pedagogia, você que tem essas leituras, você que já trabalhou com isso, eu percebo isso se torna mais fácil.” (E5)*

Quanto às atividades que executa:

**Quais atividades você desenvolve?**

*“Eu respondo fórum, eu tiro dúvidas dos alunos, eu coordeno meus fóruns para as avaliações a distância (ADs), não só o Fórum da matéria, mas o Fórum de dúvidas, o de boas-vindas. São quatro fóruns que você tem olhar, eu tiro dúvidas dos meus alunos, eu corrijo as ADs e as avaliações presenciais (APs), essa parte seria do coordenador, mas nosso coordenador deixa a gente participar do planejamento, da correção, é tudo por nossa conta.*

*- Mas vocês ajudam também na elaboração?*

*Sim, uma coisa que seria só dele, mas ele dá esta abertura para gente.” (E10)*

Quanto à experiência docente e à formação para tutoria:

**Você passou por alguma formação para atuar como tutor?**

*“Na verdade, eu tive algumas formações de tutores que o próprio consórcio Cederj ofereceu. Uns 2 ou 3 cursos que eu considereei muito chatos e só gastar meu tempo e aprendi bem pouco sobre qualquer coisa de sala de aula ou de docência com esses cursos, Tutoria, EaD e plataforma Modlle.” (E9)*

**Você tem experiência com a docência presencial?**

*“Tenho experiência com docência presencial há 5 anos, que é experiência principal, é onde eu gasto mais tempo com docência, mais na docência principal do Colégio Pedro Segundo do que no Consórcio Cederj como tutor a distância.” (E9).*



**Para você se tornar tutor, você passou por alguma formação? Você mesmo buscou a sua formação? Foi a instituição que ofereceu?**

*“Das duas formas. Assim que eu me formei na graduação, as formações em EaD, seja extensão seja em nível de pós-graduação, eram muito incipientes, não tinha muito, estava começando ainda. Então, eu procurei por conta própria logo após a graduação, fiz as duas especializações que falei e acho importante pontuar que foram universidades públicas que ofereceram essas formações e de forma gratuita. Uma pela UNIFEI, a outra aquela UFF. [...] Depois em 2014, quando entrei no Cederj, o consórcio começou a fornecer capacitações.” (E6)*

**Você tem alguma experiência como docente?**

*“Sim, já trabalhei como professora da rede pública por 5 anos, do Ensino Fundamental, primeiro segmento, alfabetizei e também lecionei para o 3º 4º e 6º ano do Ensino Fundamental. Aqui, no caso a prefeitura do Rio, considera uma atuação também do pedagogo.” (E5).*

*“Sim. Na universidade não, somente no Ensino Médio.” (E3).*

**A instituição que você trabalha oferece periodicamente cursos de formação?**

*“Então, na universidade II eu já fiz um aperfeiçoamento, mesmo já tendo a pós - 180 horas em educação a distância, já na III, não.” (E3)*

Quando perguntados sobre qual trabalhador da educação eles reconhecem como realizadores de atividades semelhantes as deles, os investigados foram unânimes em responder: o professor.

*“Semelhantes a do professor, sim, com certeza, corrigir prova, mediar fórum, com certeza é, justamente, eu desenvolvo estas atividades por conta da minha formação como docente, né. Se eu não tivesse essa formação, eu não estaria capacitada para desenvolver essas atividades, até porque quando você media um fórum, né, você tem que ter conhecimento do assunto da dúvida.” (E2)*

*“Então, seria similar. Eu não consigo diferenciar muito a atividade do tutor para o professor, para mim deveria ser mesma coisa, até mesmo porque os dois estão trabalhando ali, um tá tirando dúvidas e o outro postou um conteúdo, tirou uma dúvida, não vejo muita diferença. Para mim, esse papel pode ser da mesma pessoa ou poderia ser mais uma pessoa, só que os dois com liberdade para fazer as duas coisas, não vejo por que essa necessidade de serem mais produtivos se fossem todos professores, até para ser valorizado.” (E9)*

Verifica-se que o trabalho do tutor do AVA é constituído de atividades didáticas e que esse profissional necessita de conhecimentos pedagógicos para garantia de atendimento

adequado aos alunos. Para Mill (2010), os tutores que atuam presencialmente ou a distância precisam: estudar os materiais do curso, estimular os estudantes em seus estudos, orientar para realização das atividades da disciplina, auxiliar os estudantes em suas dúvidas e dificuldades com o conteúdo ou com questões técnicas, desenvolver e empregar estratégias de estímulo à reflexão sobre os temas discutidos na disciplina, gerenciar o Ambiente Virtual de Aprendizagem da disciplina e dar feedback sobre as atividades dos alunos, promover interações entre formandos e formadores. Essas atividades do tutor podem variar de acordo com a proposta pedagógica de EaD e de tutoria. A pesquisa identificou que a formação dos tutores do AVA investigados está voltada para a docência, tendo nove deles experiência com a docência na educação presencial.

Se o papel do tutor no processo de ensino- aprendizagem na EaD é importante e fundamental, como pode ele não participar do planejamento da disciplina de um curso desde a sua concepção? Se sua atividade tem características da docência, como pode o papel do tutor ser minimizado, transformando sua atividade docente em algo acessório? Se a divisão do trabalho, a flexibilização, o trabalho part – time, o trabalho home office e o teletrabalho são evidências, segundo Antunes, de um trabalho precarizado, seria o trabalho do tutor o suprasumo da precarização do trabalho docente?

Lélis e Souza (2012) consideram como sendo precarização do trabalho docente um processo que:

[...] abarca outros aspectos como a intensificação do trabalho, a flexibilização e estagnação dos salários, a cobrança por ‘produtividade’, o monitoramento e a vigilância da ação docente através de avaliações externas, o repasse de ações e funções estatais para a escola, a substituição de ‘trabalho vivo’ por ‘trabalho morto’ e o aumento das exigências institucionais, que muitas vezes não se estabelecem de forma explícita. Aspectos que introduzem na rotina docente um conjunto de tensões políticas, institucionais, sociais, econômicas e culturais (p. 81).

A universidade em seu contexto atual vem sofrendo ataques do próprio poder público: com corte de verbas, incredibilidade com relação ao trabalho social que o professor exerce cotidianamente, menosprezo de suas atividades de pesquisas, o que leva a sociedade a questionar a utilidade da universidade e do professor. Neste cenário de dúvidas a respeito do fazer universitário, o docente se encontra na linha de frente. Se a sociedade e o poder público não reconhecem o valor do trabalho docente, o professor sofre com o descaso com a sua profissão, com a sua carreira, com seu comprometimento e com a sua integridade. Nestas condições, fica evidente a precarização de seu trabalho, revelado nos salários baixos, no

sucateamento dos espaços físicos da universidade, na falta de verbas para pesquisas e para as atividades extensionistas. Utilizar de mão de obra docente para a formação de cidadãos sem dar o devido reconhecimento ao professor, o fazendo trabalhar de forma “marginal”, é uma forma de precarização do trabalho docente.

Se no sistema já consolidado de ensino podemos verificar sinais de precarização, na EaD esse problema se intensifica. O tutor, que é responsável direto pelo processo de ensino-aprendizagem, não possui status docente, tampouco de profissional da educação. Após 14 anos do decreto que regulamentou o artigo 80 da LDB, formalizando a modalidade a distância, o tutor ainda não possui lugar definido no processo de ensino-aprendizagem, suas atividades não estão enquadradas na categoria docente, sendo assim definida por Mill (2010):

No bojo das mudanças vividas pela formação de professores deste século, encontram-se os docentes da Educação a Distância (EaD); novas formas de ensinar e aprender foram geradas e, portanto, profissionais com um novo perfil são demandados. Além disso, observamos o surgimento de uma nova classe de trabalhadores ainda não compreendida suficientemente: os tutores virtuais (p. 75).

Se na educação presencial o processo de construção do conhecimento se dá na interação professor/aluno dentro do espaço físico da sala de aula, na EaD esta realidade é modificada. A sala de aula dá lugar ao AVA e o diálogo “promotor” da aprendizagem é vivenciado nos fóruns de discussão. A partir da literatura que temos apresentado no decorrer do nosso estudo e dos relatos dos próprios tutores que atuam no ambiente digital, é possível afirmar: é no espaço virtual que a aprendizagem “acontece”, articulada pelo tutor do AVA, tutor online e com o auxílio dos diversificados aparatos tecnológicos. É importante, então, contextualizar como é este espaço e de que forma ele favorece a aprendizagem. Não é nossa intenção discutir sobre a validade pedagógica da ferramenta AVA, tampouco sobre a efetividade da metodologia proposta pelo fórum. Nosso propósito é trazer elementos que auxiliem na discussão a respeito da atividade do tutor do AVA e se essa atividade possui ou não características do trabalho docente.

Os Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) ou Learning Management System (LMS) e o Sistema de Gerenciamento do Aprendizado são softwares disponíveis na internet que contêm ferramentas para criação, tutoria e gestão de atividades que, geralmente, se apresentam em forma de curso. É uma sala de aula virtual que utiliza de diversas mídias e linguagens para disponibilizar os conteúdos on-line. A principal funcionalidade deste espaço é

oportunizar a interatividade e interação, dentro de um curso ou disciplina, sendo um espaço voltado para a construção de conhecimentos.

O Fórum é uma ferramenta assíncrona<sup>12</sup> de discussão e troca de saberes e que visa contribuir para a construção coletiva do conhecimento, dentro do AVA. A ideia é que a partir dele se tenha, mesmo que a distância, uma integração entre os alunos, professores e tutores.

Segundo Rossato et. al:

Os fóruns, como espaço de aprendizagem, propiciam a comunicação assíncrona, permitem uma aprendizagem marcada pela interação, sem que o tempo seja uma fronteira para sua realização e sem que a ação individual do estudante, que marca os modelos tradicionais de aprendizagem prepondere (2013, p. 401).

Para Santos (2011, p. 229): “A comunicação assíncrona proporciona não só a criação de temas de discussões entre estudantes e professores, mas, sobretudo, a troca de sentidos construídos por cada singularidade”. Quando se faz opção por esta ferramenta se privilegia a comunicação e o diálogo entre alunos e professores, assim as temáticas devem ser bem planejadas, buscando a troca de experiências entre os sujeitos e a reflexão aprofundada sobre a temática apresentada, para que o conhecimento seja ampliado e a aprendizagem aconteça de forma colaborativa e significativa. Os fóruns demandam uma atenção à parte, pois é neste espaço que o tutor atua de maneira efetiva, fazendo a mediação entre o conteúdo e o aluno. Neste ambiente de aprendizagem, ele propõe questionamentos, fomenta a discussão, motiva os alunos, busca a interação, media as discussões, intervém em possíveis conflitos e alerta para pensamentos equivocados.

A Plataforma Moodle permite que sejam criados vários fóruns: de discussão do conteúdo, para tirar dúvidas, de notícias, são várias as possibilidades. Nas entrevistas, os tutores foram unânimes em afirmar que o fórum é o espaço onde a aprendizagem “acontece” e que precisam se dedicar bastante para auxiliar os alunos na aprendizagem. Contudo, foi possível verificar que a preocupação de que o fórum seja o espaço de construção do conhecimento, onde este deve acontecer de forma colaborativa, não vem acontecendo nas instituições privadas. Desde que estas instituições aumentaram o número de alunos, se tornou inviável a utilização do fórum para fins, de fato, participativos e educativos. Um tutor que atende aproximadamente 2000 alunos jamais conseguiria acompanhar as discussões e promover debates que favoreçam

---

<sup>12</sup> A comunicação assíncrona é a que está desconectada do tempo e do espaço. Ou seja, o comunicador e o receptor podem manter relacionamento na medida em que tenham tempo disponível.

e ampliem o conhecimento. Quando perguntados sobre o atendimento pedagógico e sobre o espaço na plataforma que favoreceria mais a aprendizagem, os tutores responderam:

*“A coordenadora cria fóruns periodicamente, grupos de discussões sobre assuntos dentro da disciplina. Às vezes, ela pega algum aspecto que ela percebe que os alunos estejam com dificuldade dentro de uma avaliação, aí a gente no fórum debate o assunto.” (E2).*

*“Tem uma atividade que é discursiva. Mas a gente não trabalha com fórum ou fórum é mais para dúvidas do conteúdo, não uma forma de interação. Já na instituição III tem sim um fórum de interação, mas, como não é pontuado, os alunos quase não participam. Também tem essa cultura do ponto.” (E3).*

*“[...] eu gosto bastante da videoaula, gosto das mensagens nos fóruns, eu acho que quando tem um chat, fóruns, aproxima muito o professor do aluno, acho que tem uma questão da imagem, nos espaços dialógicos o aluno fica mais próximo de você.” (E2)*

*“Eu acho que o fórum, este espaço articula os saberes, a experiência da pessoa, do professor e dos colegas. Um fórum interativo, onde todo mundo esteja junto, né? O fórum tem o objetivo maior, que é justamente fazer reflexões entendeu?” (E5)*

*“[...]isso é fato, eu acho esse aspecto legal de você poder disponibilizar diferentes mídias, mas eu acho que o fórum, se o tutor for ativo, se acreditar na modalidade, por exemplo, a instituição I cortou este canal, eu acho que os alunos achavam bom. Porque o fórum propiciava esse tipo de discussão que eu te falei, entendeu? É você discutir os assuntos. Apesar de nem todo mundo falar, mas contava nota. [...]A instituição I tinha acabado completamente com esse fórum. Mas eu não acho que seja porque tem dois mil alunos, porque dane-se os professores, eles não estão nem aí, a preocupação não é essa. Não é uma preocupação, eu acho que a preocupação é mecanizar, quanto menos contato melhor, e muito menos contato, menos a parte humana está ali, então tanto faz ser professor A, B ou C ou ser um tutor.” (E8)*

O fórum seria o espaço de diálogo permanente entre os tutores do AVA e os alunos. No entanto, nem todos os cursos e/ ou disciplinas de EaD têm o fórum como essencial para a aprendizagem e como um espaço de interação, onde se permite a troca de experiências, o intercâmbio de ideias, similares aos processos vivenciados na educação presencial.

Espera-se que neste espaço colaborativo os alunos tenham a oportunidade de refletir sobre as mensagens postadas pelos colegas, pelos tutores e por eles mesmos, ampliando a discussão. A participação do tutor é fundamental para dar caráter acadêmico e científico às discussões e, assim, para que o conhecimento seja construído gradativamente, seguindo uma trilha de aprendizagem.

Para Pallof e Pratt (2002), uma análise das mensagens compartilhadas em espaços como os fóruns pode revelar em que medida uma comunidade on-line está em formação. Mas a aprendizagem e a formação não parecem ser prioridade nos contextos de muitos cursos. Para os tutores investigados, os espaços que promovem o diálogo são bem vistos pelos alunos, porém o número elevado de alunos não permite o uso adequado desse tipo de ferramenta.

Vale destacar que existem diferentes modelos de EaD. Moran (2011) analisou diferentes formatos deles. Em nosso estudo foram encontrados dois modelos: o de teleaulas e o Web. O primeiro se assemelha à educação presencial, o professor ministra a aula em algum lugar e estas aulas são transmitidas via satélite, podendo os alunos estarem em diferentes lugares. Estas aulas também podem ser gravadas e disponibilizadas dentro da plataforma, os alunos podem assistir juntos ou separados. A aula é a mesma que seria dada em contexto presencial, o que muda é a utilização de ferramentas tecnológicas para a sua transmissão.

No modelo teleaula, os alunos vão a determinadas salas, nos polos, onde assistem aulas transmitidas por satélite, ao vivo, uma ou duas vezes por semana. Os alunos enviam perguntas e o professor responde as que considera mais relevantes. Em geral depois da tele aula, os alunos se reúnem, em pequenos grupos, para realizar atividades de discussão e aprofundamento de questões relacionadas à aula dada, sob a supervisão de um mediador, chamado professor tutor local. Além das aulas, os alunos costumam receber material impresso e orientações de atividades para fazer durante a semana, individualmente, com o acompanhamento de um professor tutor online ou eletrônico (VALENTE et al, 2011, p. 48-49).

No segundo modelo, chamado pelo autor de Web, a interação é feita por meio do uso de materiais didáticos e dos suportes tecnológicos da Web. O professor não ministra a aula, sua função é mediar e incentivar dialogicamente a aprendizagem. Segundo Moran (2011),

o modelo Web foca também no conteúdo disponibilizado pela internet e por CD ou DVD. Além do material encontrado na web, os alunos costumam ter material impresso por disciplina ou módulo. Os principais ambientes de aprendizagem são o Moodle, o Blackboard e o TelEduc. Algumas instituições têm seu próprio ambiente digital de aprendizagem. Começa-se a utilizar a webconferência para alguns momentos de interação presencial com os alunos, visando orientar, solucionar dúvidas e manter vínculos afetivos. (VALENTE et al, 2011, p. 50).

Moran (2011) divide o modelo Web em dois formatos, um mais virtual e o outro a distância, o que diferencia os dois é exatamente a forma da interação entre o professor, o aluno e o tutor. No modelo mais virtual, a interação se dá nos ambientes virtuais de aprendizagem, já

o modelo semipresencial contempla encontros semanais presenciais, mantendo a interação tanto no ambiente virtual quanto no presencial.

no primeiro, a orientação dos alunos é feita a distância, pela internet ou telefone. Os alunos se reportam ao professor e ao tutor durante o semestre e, em geral, se encontram presencialmente só para fazer as avaliações. É um modelo predominantemente via internet, e os encontros presenciais são mais espaçados, porque não existem os polos para o apoio semanal (MORAN, 2011, p. 50).

O autor utiliza o caso do Cederj para exemplificar o modelo semipresencial de EaD e diz:

que os alunos têm polos perto de onde moram e, além do tutor online, há o tutor presencial no polo, com quem podem tirar dúvidas e participar das atividades solicitadas e dos laboratórios de informática e específicos do curso. Esse modelo é replicado pelas universidades públicas, sob a gestão da UAB, que fazem parcerias com as prefeituras para instalação dos polos de apoio presenciais (MORAN, 2011, p. 50)

Vale destacar que o formato utilizado pelos tutores investigados corresponde ao modelo Web. No entanto, há alterações no que se refere às propostas de interação que ocorrem nos fóruns, uma vez que este modelo necessita dos fóruns para a interação e estes não têm sido realizados de acordo com a proposição prescrita no modelo, em especial, pelas instituições particulares, como já mencionado no presente estudo.

As questões apontadas, embora não sejam nosso foco de investigação, possibilitam a elaboração de mais informações sobre a modalidade EaD, o que contribui para uma melhor compreensão de suas especificidades. A EaD se transforma rapidamente devido à evolução tecnológica e podemos ter hoje outros modelos desse tipo de ensino. As definições trazidas por Moran (2011) contribuem para o debate sobre o tema, bem como para compreensão dos modelos encontrados neste estudo. Em especial, quando se trata do modelo Web, pois é neste formato que atuam os tutores abordados por esta pesquisa.

A partir da discussão apresentada, é possível identificar algumas atividades realizadas pelo tutor que se assemelham àquelas desenvolvidas pelo docente da EaD, tais como: articular e promover discussões, elaborar e corrigir avaliações, acompanhar o desenvolvimento dos alunos, tirar dúvidas sobre o conteúdo, dentre outras. A quantidade e os tipos de atividades a serem desenvolvidas pelo tutor dependerão da instituição em que ele atua, se ela é pública ou privada, por exemplo.

Acreditamos que, embora o tutor não seja o professor responsável pela disciplina, sua prática pedagógica constitui verdadeiramente uma atividade da categoria profissional docente. Até para não ser desvalorizada ou compreendida de forma equivocada, a tutoria precisa ser tratada como profissão, e o mais adequado, na nossa concepção, é entendê-la como profissão docente. Se a tutoria está incluída na categoria profissional do magistério, do ensinar, do manejo de turma, ela é profissão, embora não seja uma profissão autônoma. Apesar de a configuração atual da docência-tutoria contribuir para uma maior desregulação da já frágil profissão docente como categoria profissional, a tutoria é parte disso tudo que denominamos profissão docente (MILL, 2012, p. 282)

A educação não está alheia às “metamorfoses” que ocorreram no mundo do trabalho e a escola sentiu a necessidade de se adaptar ao modelo estipulado pelo capital. As discussões apresentadas por Antunes (2009), dentre outros, contribuíram para a compreensão dos impactos gerados pelo sistema capitalista na organização do trabalho. Assim, novas configurações foram trazidas para a organização do trabalho na escola, influenciando sistematicamente o trabalho docente, daí a implantação da EaD.

Para Saviani (2005, p. 24), “o trabalho educativo é o ato de produzir em cada indivíduo singular a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto de homens”. Neste sentido, os docentes são trabalhadores e fazem parte de uma categoria profissional que, assim como outras, reivindicam direitos trabalhistas e que, nesta nova reestruturação produtiva, imposta pelo capital, tem visto o seu fazer diminuído em sua importância e aumentado em atribuições, como vemos, por exemplo, na EaD.

Pensando na nova configuração posta pelo capitalismo na organização do sistema educacional brasileiro, Belloni (2003, p. 18) chama atenção para o fato de a EaD ter aproximações com os modelos fordistas de produção industrial, tendo características semelhantes a esse processo de produção, tais como: “a racionalização, a divisão acentuada do trabalho, o alto controle dos processos de trabalho, a produção em massa de pacotes educacionais, a concentração e a centralização da produção e a burocratização”. Nesta modalidade de ensino, o trabalho docente é submetido a novas divisões e ganha contornos diferentes da modalidade presencial.

Como resultado desta divisão do trabalho, as funções docentes vão separar-se e fazer parte de um processo de planejamento e execução dividido no tempo e no espaço: as funções de selecionar, organizar, e transmitir o conhecimento, exercidas nas aulas magistrais no ensino presencial, correspondem em EaD à preparação e autoria de unidades curriculares (cursos) e de textos que constituem a base dos materiais pedagógicos realizados em diferentes suportes (livro-texto ou manual, programas em áudio, vídeo ou informática); a função de orientação e conselho do processo de aprendizagem passa a ser exercida



não mais em contatos pessoais e coletivos em sala de aula ou atendimento individual, mas em atividades de tutoria a distância, em geral individualizada, mediatizada através de diversos meios acessíveis (BELLONI, 2003, p. 80).

O processo de divisão do trabalho imposto pela EaD faz surgir diferentes atores que podem reivindicar sua parcela de participação no ensino. Cada um deles atua na construção de um curso e/ou disciplinas, estando, assim, todos - independentemente de ter formação docente - envolvidos no processo de formação de outros. Assim, podemos considerar que o processo de trabalho na EaD não é simples e se mostra multifacetado.

(...) o autor seleciona conteúdos, prepara programas de ensino e elabora textos em discurso escrito do tipo 'explicativo'; o 'editor' trabalha sobre a qualidade comunicacional do texto, buscando dar-lhe maior 'legibilidade'; o 'tecnólogo educacional' (instrucional designer) organiza pedagogicamente os materiais, assegurando a clareza e explicitação dos objetivos pedagógicos; o 'artista gráfico' trabalha sobre a aparência visual e a arte final do texto (BELLONI, 2003, p. 80).

Cabe lembrar que o trabalho realizado pelo tutor, que tem sua atuação prioritariamente no AVA, é o principal elemento de análise neste estudo. Daí, fomos investigar sobre sua vivência profissional e o trabalho que executa e, à luz da literatura pertinente, verificamos também se o trabalho realizado por este profissional possui características aproximadas da docência presencial.

Salientamos que o conceito de docência adotado nesta pesquisa está diretamente relacionado ao papel desempenhado pelo professor no contexto educativo, independente da modalidade de ensino em que ele atue. Gatti (2009) entende o professor como elemento indispensável aos processos educativos, no que se refere ao exercício de práticas docentes. Para o autor, são consideradas práticas docentes:

[...]a criação/produção/revisão/recomposição dos materiais didáticos, até aos contatos com os alunos, mais diretos ou indiretos, em diferentes momentos, por diferentes modalidades: na colocação de temas, de problemas, em consultas, em tutoria, em revisões, em processos de recuperação, etc.; por e-mails, por webcam, por telefone, em bases de atendimento, etc. (GATTI, 2009, p.164).

Imbuídos desta concepção de docência, procuramos identificar se o papel atribuído ao tutor no cenário da educação brasileira é correspondente a tal concepção. Considerando o trabalho que ele executa, buscamos a definição do termo tutor no site do MEC. Segundo o Ministério da Educação:

O tutor, que atua no setor público é o profissional selecionado pelas Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) para exercer atividades diversas no processo de ensino-aprendizagem. Tais atividades por seu turno são determinadas pelas referidas instituições e estão de acordo com os projetos político-pedagógicos dos cursos, áreas e especificidades (BRASIL, 2005).

Vale destacar que os cursos de graduação a distância oferecidos pelas Instituições Públicas são licenciados pelo MEC e acontecem em parceria com a Universidade Aberta do Brasil. Lembrando que a UAB determina como sendo atribuições do tutor:

- Mediar a comunicação de conteúdos entre o professor e os estudantes;
- Acompanhar as atividades discentes, conforme o cronograma do curso;
- Apoiar o professor da disciplina no desenvolvimento das atividades docentes;
- Manter regularidade de acesso ao Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA e responder às solicitações dos alunos no prazo máximo de 24 horas;
- Estabelecer contato permanente com os alunos e mediar as atividades discentes;
- Colaborar com a coordenação do curso na avaliação dos estudantes;
- Participar das atividades de capacitação e atualização promovidas pela instituição de ensino;
- Elaborar relatórios mensais de acompanhamento dos alunos e encaminhar à coordenação de tutoria;
- Participar do processo de avaliação da disciplina sob orientação do professor responsável;
- Apoiar operacionalmente a coordenação do curso nas atividades presenciais nos polos, em especial na aplicação de avaliações. (BRASIL, 2005)

Diante desse dado, fomos conferir quais seriam as atribuições dos tutores que atuam na EaD no Brasil. Para tanto, realizamos uma pesquisa no mês de abril de 2020, via internet, com busca pelos editais de seleção de tutores no ano de 2019, o objetivo foi verificar como aparecem as ofertas de vagas para esses profissionais. O resultado revelou que as instituições particulares encontradas, em sua maioria, não apresentam transparência na sua forma de contratação e nem especificam publicamente quais seriam as atribuições dos seus tutores. Foi observado também que são muitas as ofertas de vagas para tutores nas universidades públicas de todo país, devido à parceria com a UAB, já nas universidades privadas não se encontram editais públicos na mesma proporção das instituições públicas, mesmo sendo notória a expansão da modalidade no Brasil.

Para identificar quais seriam as atribuições dos tutores em instituições privadas, apresentamos o que foi encontrado sobre o processo seletivo para tutoria em 02 instituições particulares que selecionam seus tutores por meio de edital público.

**Tabela 5 - Das atribuições dos tutores – Instituições privadas**

<b>Faculdade de Ensino Superior do Interior Paulista (FAIP)</b>	<b>Faculdade Redentor (FacREDENTOR)</b>
1.2. DAS ATRIBUIÇÕES - O tutor a distância é o agente que faz a intermediação entre os estudantes e os professores, orientando os alunos, sanando suas dúvidas e acompanhando as atividades propostas por meio do Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (AVA). Dentre as atribuições dos tutores a distância estão:	5. As atribuições do tutor são: a) orientar e acompanhar a participação dos alunos nas atividades propostas no AVA; b) avaliar o desempenho dos alunos mediante provas, trabalhos e participação em atividades interativas.
1.2.1. Acompanhar os alunos inscritos no curso de Pedagogia EAD, auxiliando no acesso à plataforma, aos conteúdos e materiais disponibilizados online;	c) orientar os alunos nos meios de comunicação disponíveis, dentro dos prazos e cargas-horárias previamente estabelecidos;
1.1.2. Acompanhar os alunos inscritos no curso de Pedagogia EAD, orientando no desenvolvimento de todas as atividades online propostas para as disciplinas;	d) avaliar e corrigir as atividades avaliativas dentro do prazo e carga-horária previamente definidos no modelo de EaD adotado pela instituição;
1.1.3. Sanar dúvidas dos alunos inscritos no curso de Pedagogia EAD, no que diz respeito a prazos de entrega de trabalhos e atividades, provas presenciais e outras questões referentes ao cronograma do curso;	e) orientar os alunos dentro do prazo e carga-horária previamente definidos no modelo de EaD adotado pela instituição; f) elaborar relatórios com indicação de índices de evasão e aprovação nas atividades desenvolvidas;
1.1.4. Participar diariamente dos fóruns de disciplinas;	g) exercer todas as atividades inerentes à função do tutor a distância;
1.1.5. Prestar atendimento presencial, quando necessário, a alunos regularmente matriculados no curso de Pedagogia EAD.	h) adequar-se às novas tecnologias de ensino-aprendizagem;
1.1.6. Auxiliar na organização e acompanhamento da rotina de estudos dos alunos inscritos no curso de Pedagogia EAD. (FAIP, 2017, p. 3)	i) exercer atividades de pesquisa e extensão. (FacREDENTOR, 2018, p. 2)

As instituições públicas têm seus editais amplamente divulgados. Encontramos em nossa pesquisa 16 instituições com editais abertos ou em andamento no ano de 2019, foram elas: Universidade Federal do Sul de Minas (UFSM), Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ), Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Universidade Federal de Brasília (UNB), Instituto Federal de Ciência e

Tecnologia do Sul de Minas (IFSM), Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), Instituto Federal de Brasília (IFB) e Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO). Destacamos duas destas instituições para exemplificar as atribuições do tutor geralmente dispostas nos editais. Observa-se que elas estão de acordo com a proposta da UAB/MEC, acrescidas de mais algumas atribuições:

**Tabela 6 - Das Atribuições dos tutores – Instituições públicas**

<b>Universidade Federal da Bahia – UFBA</b>	<b>Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN)</b>
<p>2. DAS ATRIBUIÇÕES, CARGA HORÁRIA E BOLSA</p> <p>2.1 Das atribuições para o Tutor a distância:</p>	<p>DAS ATRIBUIÇÕES DO BOLSISTA</p> <p>3. Atribuições específicas para PROFESSOR MEDIADOR A DISTÂNCIA:</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Mediar o processo de aprendizagem dos alunos ao longo do curso;</li> <li>● Participar de reuniões presenciais com a Coordenação do Curso, quando solicitado;</li> <li>● Participar de reuniões com o Professor de cada Disciplina ou Módulo, sempre que solicitado;</li> <li>● Conhecer o cronograma de estudo e de avaliações da turma sob sua responsabilidade;</li> <li>● Orientar os alunos na busca das informações necessárias para a construção do conhecimento e para o alcance da autonomia;</li> <li>● Acompanhar e dirimir as dúvidas dos alunos nas atividades realizadas através do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), certificando-se de que aquelas tenham sido sanadas;</li> <li>● Acompanhar, corrigir e dar retorno das atividades pedagógicas escritas e on-line no prazo estabelecido pela Coordenação do Curso;</li> <li>● Encorajar e auxiliar os alunos na busca de informações adicionais nas mais diversas fontes de informação: bibliotecas virtuais, endereços eletrônicos, bibliotecas, etc.;</li> <li>● Atualizar o registro de notas e frequência no AVA no prazo máximo de 10 dias após o encerramento do módulo;</li> <li>● Orientar os alunos sobre a importância da utilização de todos os recursos oferecidos no AVA para a aprendizagem;</li> </ul>	<p>3.1. Apresentar as seguintes competências: capacidade de redigir, capacidade de síntese, capacidade no uso de tecnologias midiáticas; ter habilidades pessoais como criatividade, pontualidade, comprometimento e capacidade de trabalhar em equipe;</p> <p>3.2. Estabelecer e promover contato permanente com os alunos de forma coletiva e individualizada a distância;</p> <p>3.3. Exercer as atividades típicas de tutoria;</p> <p>3.4. Acompanhar as atividades do Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA;</p> <p>3.5. Mediar a comunicação de conteúdos entre o professor e o cursista;</p> <p>3.6. Colaborar com o professor formador nas atividades e discussões teóricas desenvolvidas na plataforma de aprendizagem;</p> <p>3.7. Assistir aos alunos nas atividades do curso;</p> <p>3.8. Elaborar, juntamente com o professor formador, os relatórios de regularidade dos alunos;</p> <p>3.9. Elaborar, juntamente com o professor formador, os relatórios de desempenho dos alunos nas atividades desenvolvidas;</p> <p>3.10. Elaborar e corrigir, juntamente com o professor formador, as atividades avaliativas;</p> <p>3.11. Participar de reuniões pedagógicas, quando convocado;</p> <p>3.12. Participar dos eventos presenciais nos polos, quando necessário.</p> <p>4. As atividades deverão ser realizadas em 10 (dez) horas semanais, no Ambiente Virtual de Aprendizagem e distribuídas,</p>

<ul style="list-style-type: none"> <li>● Comunicar-se com os alunos que não recorrem à tutoria ou que não realizam as atividades e avaliações, através de e-mail e/ou telefone, esgotadas todas as possibilidades de comunicação pelo AVA;</li> <li>● Respeitar os princípios da ética nas discussões com os alunos e colegas de equipe;</li> <li>● Realizar com pontualidade as atividades previstas para a turma sob sua responsabilidade;</li> <li>● Apresentar um relatório de atividades ao final de cada Módulo à Coordenação do Curso com o registro da participação do aluno, suas principais dúvidas e respectivas orientações, encaminhamentos e registros de informações sobre os tipos e os níveis de dificuldades que os alunos apresentam em relação a tópicos dos módulos e respectivos materiais didáticos;</li> <li>● Orientar, acompanhar e avaliar os alunos sob sua responsabilidade;</li> <li>● Responder questionamento e/ou dúvidas do cursista no prazo máximo de 24h, exceto finais de semana;</li> <li>● Acessar o AVA diariamente e dar retorno às solicitações dos alunos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;</li> <li>● Seguir orientações dos professores das disciplinas e da Coordenação do curso;</li> <li>● Viajar aos polos de apoio para realizar atividades presenciais com os alunos, conforme cronograma do curso;</li> <li>● Realização de chat com os alunos, sempre que necessário;</li> <li>● Interagir com os Tutores Presenciais, com vistas à troca de experiências e melhor acompanhamento aos estudantes, durante os encontros presenciais no Polo;</li> <li>● Participar de encontros presenciais obrigatórios, tais como seminários, avaliações, reuniões com os professores formadores e coordenação do Curso;</li> <li>● Aplicar, corrigir e lançar notas e frequências das atividades nas cadernetas da UFBA e outros sistemas de ensino. (UFBA, 2019, p. sem paginação).</li> </ul>	<p>proporcionalmente, durante a semana para acompanhamento diário dos alunos; e, presencialmente no polo do Campus EAD do IFRN, quando convocado para reuniões, oficinas, capacitações, entre outras atividades presenciais. (IFRN, 2019, p. sem paginação).</p>
---	--

O propósito diante do exposto sobre as atribuições do exercício profissional do tutor é analisar, a partir destes termos, em que medida o trabalho realizado pelo tutor é aproximado do trabalho desenvolvido pelo docente da educação presencial. Neste sentido, é importante trazer

para nossa discussão o que diz a legislação quanto às atribuições do docente do ensino presencial.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) – Lei 9394/96, são atribuições do docente:

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

III - zelar pela aprendizagem dos alunos;

IV - estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;

V - ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;

VI - colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade (BRASIL, 1996).

A LDBEN, apesar de ser a Lei que direciona o sistema educacional brasileiro, não amplia a realidade com relação às atribuições reais do trabalho docente. Estas devem estar inseridas nos seis (6) itens mencionados acima, porém, não de forma explícita. Buscamos na literatura uma definição que melhor caracterizasse as funções docentes, sabendo que estas sofrem mudanças conforme o período histórico e o lugar social que ocupam. Existem diferenças, por exemplo, entre o trabalho de um docente em uma escola pública e em uma escola privada, uma escola pública de ensino básico e uma pública de ensino superior, uma universidade e um centro de educação popular. Para Silva (2010), é próprio da função docente:

a socialização de saberes produzidos historicamente pela humanidade e o desenvolvimento de atividades correlatas a esse processo e que dão sustentação ao ensino e à operacionalização do currículo escolar, tais como: seleção dos conteúdos a serem ensinados; criação de mecanismos para relacionar os conteúdos curriculares às experiências culturais e concretas dos estudantes; elaboração e/ou planejamento de metodologias de ensino; construção dos planos de ensino; participação na elaboração do projeto político pedagógico e dos conselhos escolares; elaboração dos processos de avaliação da aprendizagem. (...) Em linhas gerais, a função docente assume sua identidade e singularidade mediante políticas e práticas que se materializam em três esferas de atuação: produção e transmissão de conhecimentos científicos; domínio de conteúdos e métodos para socialização dos conhecimentos e formação cultural e política do estudante (p.1)

Roldão (2007) aponta para a necessidade de discutirmos também sobre a essência da função docente, que seria ensinar. A autora destaca que precisamos trazer esta discussão para o nosso momento histórico para compreendermos que, diante dos avanços da sociedade, é

possível que ensinar não deva ser mais associado à “passagem do saber” (p. 95). Segundo ela, com o acesso fácil à informação e o conhecimento sendo hoje um capital global, a mera transmissão de um saber não seria mais útil à sociedade:

A função de ensinar, nas sociedades actuais, e retomando uma outra linha de interpretação do conceito é antes caracterizada, na nossa perspectiva, pela figura da dupla transitividade e pelo lugar de mediação. Ensinar configura-se assim, nesta leitura, essencialmente como a especialidade de fazer aprender alguma coisa (a que chamamos currículo, seja de que natureza for aquilo que se quer ver aprendido) a alguém (o acto de ensinar só se actualiza nesta segunda transitividade corporizada no destinatário da acção, sob pena de ser inexistente ou gratuita a alegada acção de ensinar) (ROLDÃO, 2007, p. 95).

Observa-se que parecem estar próximas as atribuições dos docentes da educação presencial daquelas exigidas aos tutores/mediadores da EaD. O que os diferencia seria: o planeamento da disciplina, a seleção dos conteúdos e a elaboração das avaliações. Destacamos como atribuições similares: o conhecimento do conteúdo, o auxílio ao aprendizado dos alunos, o destaque para os processos avaliativos e o acompanhamento dos estudantes.

A partir desse contexto e com a análise dos dados levantados na presente pesquisa sobre o trabalho realizado pelo tutor na EaD, verificamos se cabe conferir ao trabalho do tutor função de natureza docente tal como a atribuída ao docente da educação presencial. Ainda que o trabalho do tutor passe por algumas ressignificações para a atuação na modalidade a distância, é exigido dele o domínio dos saberes próprios da função docente e ainda o domínio de outros saberes indispensáveis para a atuação a distância, como o conhecimento das mídias digitais e de ferramentas tecnológicas, o que pode acarretar a intensificação e a divisão do trabalho.

Cabe atentar para o fato de o tutor do AVA ter atribuições que constituem o trabalho docente, porém existem diferenças importantes entre as dimensões da docência nos diferentes segmentos que compõem o sistema educacional brasileiro. O docente da educação básica tem atribuições específicas deste segmento, bem como os docentes da graduação e ainda os que atuam na modalidade EaD. Em especial, a docência na graduação - que se estabelece na perspectiva da tutoria on-line - exige o docente tutor da participação em atividades inerentes à docência do ensino superior na modalidade presencial, que seriam o trabalho na extensão e na pesquisa universitária, incluindo aqui o trabalho de orientação a mestrandos e doutorandos. No entanto, percebemos que mesmo que sejam carreiras diferentes, a mediação pedagógica é algo comum entre estes trabalhadores e é, nesse sentido, que analisamos as aproximações do fazer de concepção pedagógica exigido destes trabalhadores, independente do seguimento em que atuam.

Para Mizukami (2004), a base de conhecimento dos saberes necessários à docência seriam: o conhecimento do conteúdo específico, o conhecimento pedagógico geral e o conhecimento pedagógico do conteúdo. Estes saberes são os exigidos aos professores do ensino presencial, mas que também se constituem necessários à atuação dos tutores do ensino a distância.

Tardif (2002) considera, no entanto, que na modalidade presencial a prática docente é constituída por ações associadas à transmissão do conteúdo e às ações relativas à gestão da sala de aula, o que não ocorre necessariamente na EaD. Segundo a autora, o que poderia ter acarretado isto seria a forma como o processo ensino-aprendizagem a distância foi idealizado desde o seu início, no qual a elaboração e o envio de materiais instrucionais são funções de professores conteudistas, que só participam dessa parte do processo. A separação proposta pelo taylorismo, entre os que elaboram e os que executam, traz como consequência uma perda importante da possibilidade de compreensão pelo trabalhador da totalidade do trabalho que executa, o que vem se expressando nos modelos atuais de educação a distância. Assim, na EaD, cabe aos professores conteudistas a elaboração dos conteúdos (considerados os que fazem) e aos tutores a gestão das atividades discentes, o contato direto com os alunos (são os executores). Tanto os tutores quanto os professores conteudistas são desprovidos de condições que garantam a plena compreensão do trabalho realizado em sua totalidade, ainda que guardada as devidas proporções dessa totalidade.

Na educação presencial, grande parte do planejamento e da aula em si são de definição quase exclusiva do docente. Na EaD, o papel que o docente representa é diverso e fragmentado, conforme a função que ele desenvolve, seja ela de tutor, professor conteudista ou outra. Na educação presencial há docentes realizando funções como psicopedagogos, coordenadores, diretores etc., que também constituem o processo ensino aprendizagem. Na EaD, quando existem essas funções, elas são realizadas de forma não participativa e não coletiva.

Foi possível inferir diante do que foi exposto que as atribuições do tutor, descritas na legislação, nos editais de contratação e previstas nos projetos político-pedagógicos, têm relação estreita com atribuições de caráter pedagógico, pois atuam diretamente no processo de ensino-aprendizagem que apoia o aluno em sua trajetória. Todo esse processo revela um afastamento de uma dimensão puramente técnica e tecnológica, trazendo uma questão importante: tutor ou docente? Para Pretti (1996), a prática educativa do trabalho do tutor deve ser compreendida:

[...] como uma prática educativa situada e mediatizada, uma modalidade de fazer educação, de democratizar o conhecimento. É, portanto uma alternativa pedagógica que se coloca ao educador com uma prática fundamentada numa



racionalidade ética, solidária e compromissada com as mudanças sociais (p. 27).

Para concluir, alguns pontos merecem nossa atenção e devem ser destacados, além dos que já foram apresentados, levando em consideração o trabalho do tutor do AVA:

- Para que um curso atinja os objetivos esperados é imprescindível que o tutor tenha domínio dos conteúdos da(s) disciplina(s) em que atua.
- O tutor precisa lançar mão de metodologias, estratégias pedagógicas que favoreçam a aprendizagem.
- O trabalho exige que o tutor esteja sempre se capacitando, conhecendo a plataforma e buscando novas formas de promoção de uma melhor aprendizagem.
- Cabe ao tutor criar um ambiente acolhedor, mesmo que virtual. Sua mediação, além de coerente com a temática em questão, deve promover a discussão e o diálogo, favorecendo o conhecimento nos fóruns de discussão. A recepção virtual dos alunos deve ser generosa, acolhedora e livre da concepção do saber constituído, pois no espaço virtual o conhecimento está em construção.
- O tutor deve saber trabalhar em equipe, na EaD são muitas mãos construindo uma disciplina.
- É preciso avaliar com coerência, mesmo que o tutor não tenha participado da elaboração das avaliações.
- O tutor precisa trabalhar para que nenhum aluno fique pelo caminho, ele tem um papel de motivador, que tem como objetivo evitar a desistência dos alunos e combater a evasão escolar.

### **3.2 Nossa síntese a partir dos dados coletados**

A síntese que ora apresentamos teve seu foco ampliado a partir das análises dos dados compilados do questionário e da entrevista, sem separar as apreciações pelos eixos temáticos por considerá-los inter-relacionados, pois ao observá-los separadamente correríamos o risco de não contemplar a totalidade dos dados revelados neste estudo.

A pesquisa que foi desenvolvida pretendeu responder às questões apresentadas no primeiro capítulo e que, por sua vez, nos auxiliaram a responder ao nosso problema de estudo. Na sequência, as apresentaremos novamente com suas respectivas respostas, mas longe de querer esgotá-las.

### **3.2.1 Com relação à questão: qual a concepção de tutores da EaD sobre o trabalho que realizam e sobre o mundo do trabalho?**

Os dados levantados pela pesquisa revelaram que os investigados têm uma noção estreita sobre o mundo do trabalho e sobre a importância política e social do trabalho que executam. Para a análise, nos baseamos nas definições trazidas por Antunes (2009) a respeito do que seja a classe trabalhadora, que, inclusive, o autor considerou mais apropriado chamar de a classe-que-vive-do-trabalho e que

inclui a totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho, tendo como núcleo central os trabalhadores produtivos (...) incorpora a totalidade do trabalho social, a totalidade do trabalho coletivo assalariado (p. 102).

A pesquisa revelou que os investigados se percebem como pertencentes à classe trabalhadora por serem pagos pela atividade que executam. O fato de 6 (seis) dos investigados receberem uma bolsa para execução do trabalho, os levam a considerar que estão vivenciando situações características de precarização do trabalho. Porém, apesar da maioria receber uma bolsa e não um salário para exercer a atividade de tutoria, não houve nenhum questionamento ou menção ao pertencimento à classe explorada, mas sim expressões de orgulho por se entenderem como parte de uma classe trabalhadora, ainda que confundam esse conceito com a ideia de classe mais veiculada pelo senso comum, que é relacionada mais à questão monetária.

Em relação à sociedade e sua divisão em classes, os investigados consideram que a sociedade é dividida em classes, porém não demonstram o entendimento de que todos os trabalhadores são parte da classe trabalhadora, independente da atividade laboral que executem. O que nos faz acreditar que falta uma melhor compreensão a respeito do que é ter consciência de classe, que parece não ser algo claro para os investigados, que se limitaram a descrever as classes por aspectos econômicos. Nas entrevistas, eles se preocuparam em definir classe pelo valor do salário, sem exporem seus pensamentos com relação a exploradores e explorados. Tal resultado reforça o indicativo da condição de falta de consciência de classe do trabalhador, tão importante para se produzir consciência política e condições emancipatórias de vida humana.

Para Marx e Engels (2005), a classe é um “ser” social e, para isso, precisa ter consciência de si mesma, reconhecendo suas potencialidades e fragilidades enquanto grupo social. A classe trabalhadora deveria ter uma formação assentada na classe que pertence. Ser classe trabalhadora é se reconhecer como explorado e saber que as categorias de trabalho, diferentes da sua, também

são exploradas. Perceber que a organização de uma classe unida é o caminho para uma ação de natureza política em busca da mudança, da transformação do estado das coisas. Seria fundamental este pensamento entre os docentes, pois eles são, em sua maioria, responsáveis pela formação da classe trabalhadora. Se não entendem a realidade, como vão promover a mudança necessária? Percebemos que os investigados precisam antes de tudo se reconhecerem como classe explorada.

A compreensão do trabalhador de que ele pertence a uma classe de explorados está relacionada ao conceito de consciência de classe. Iasi sintetiza a ideia de consciência de classe de Marx e Engels como “a consciência dos vínculos imediatos da pessoa com outros indivíduos e com as coisas situadas fora daquele que se torna consciente” (IASI, 2002, p. 95). A consciência de pertencimento é fundamental para que o trabalhador possa se posicionar a favor das causas de sua classe.

Destacamos também aspectos relacionados à questão sindical, que é fundamental para o entendimento de luta de classes. Os investigados evidenciam em seus relatos a necessidade da luta sindical, como forma de garantir seus direitos, uma vez que fazem parte da classe trabalhadora ou ainda da “classe-que-vive-do-trabalho”. No entanto, eles parecem considerar que a luta deve ser feita pelos sindicatos e não pelos trabalhadores e se referem aos sindicatos como um órgão distante da vida do trabalhador.

Nesse sentido, os sindicatos têm grande responsabilidade com relação ao descrédito de sua atuação. Antunes (2009) aponta para o fato das transformações do mundo do trabalho terem atingido diretamente os sindicatos, que foram levados a assumirem posições defensivas na luta pela garantia de direitos já conquistados, agindo de modo imediatista e diminuindo sua atuação, que já era limitada, além de terem abandonado aos poucos seus traços anticapitalistas. O teletrabalho (atividade humana a distância), por exemplo, é uma expressão recente de trabalho que tem urgência de regulamentação e o sindicato precisa estar atento a isso.

O eixo temático trabalho x qualidade de vida perpassa o eixo da consciência de classe, uma vez que a falta de consciência impede o trabalhador de compreender o seu trabalho como precarizado, explorado pelo capital, o tornando alienado. Ao analisar as respostas dos questionários e das entrevistas, verificou-se que esta questão não está bem compreendida para os entrevistados. A flexibilização, que para Antunes (2018) seria um prejuízo para o trabalhador, para alguns dos investigados é uma importante vantagem do trabalho do tutor, bem como uma possibilidade de trabalhar durante uma viagem e aos finais de semana.

A falta de estrutura física adequada para a realização do trabalho foi destacada pela maioria dos investigados, porém eles não relacionaram a questão com a Qualidade de Vida no

Trabalho (QVT), deixando implícito que a QVT é o que se pode fazer estando fora do trabalho, nos horários de folga. No entanto, a atividade de tutoria invade os horários que seriam para os momentos lúdicos, para a arte, para o ócio, para o despertar da criatividade, o que ocorre devido à ampliação da carga horária de trabalho, somado a isso o fato do trabalho do tutor do AVA ser realizado em casa, exatamente no seu tempo de não trabalho. Nesse sentido, a flexibilização, a extensa carga horária, o chamado *home office*, a divisão do trabalho e a falta de um espaço físico que favoreça as relações entre os trabalhadores investigados são marcas de um processo de precarização que vem contribuindo para a pouca qualidade de vida no trabalho e, por consequência, também fora dele.

O tempo livre tem influência direta na qualidade de vida dos trabalhadores, mas os investigados não retrataram esse tema em nenhum momento como uma pauta de luta sindical. Quando perguntados se seria importante pautar a discussão sobre redução da jornada de trabalho para que o tempo livre aconteça de fato, alguns depoentes disseram que seria um “tiro no pé”, pois a questão estaria atrelada à redução de salários.

Desse modo, a relação trabalho e qualidade de vida não foi abordada como uma questão consciente e importante de ser discutida. Apesar de se sentirem precarizados pelas condições de trabalho, de terem seu tempo livre diminuído - devido às atribuições de diferentes vínculos de trabalho - e de poderem usufruir pouco de atividades culturais, viagens, dentre outras atividades de lazer - por terem ganhos financeiros insuficientes - estas condições parecem naturalizadas e secundarizadas pelos investigados, o que é um reflexo das condições de alienação às quais os trabalhadores da EaD (mas não somente) são submetidos.

Com relação à atividade de tutoria ou atividade docente, os tutores investigados acreditam que o trabalho que desenvolvem é importante, pois envolve a formação de outros trabalhadores. Eles se dizem preocupados com a formação massificada, sem qualidade, que atende mais aos interesses do capital do que à formação integral dos sujeitos. Contudo, não foi demonstrada preocupação em mudar o estado das coisas para que os trabalhadores que estão em formação reconheçam sua condição de explorados. O que é preocupante, uma vez que o docente tem papel essencial na formação de cidadãos críticos, conscientes de sua realidade e de sua condição social.

É importante destacar que cabe ao docente atuar na transformação, ser um “intelectual transformador”, aquele que é mais que um transmissor de conteúdo, mas também um transmissor de ideias e práticas sociais. “Os intelectuais transformadores podem fornecer a liderança moral, política e pedagógica para aqueles grupos que tomam por ponto de partida a análise crítica das condições de opressão” (GIROUX, 1997 p. 187.).

Por fim, com os dados obtidos é possível afirmar que as condições de formação humana também foram e são muito precárias para esses trabalhadores e, desse modo, é encontrado um campo favorável para eles se manterem apolíticos, alienados e alienantes diante do que produzem e das razões pelas quais produzem.

Foi relatado pelos entrevistados que há pouca preocupação das instituições com a formação do tutor. Os cursos oferecidos têm um caráter mais técnico que pedagógico. Para os tutores, seria ideal um espaço de encontros com outros colegas para a troca de experiências, além de cursos que abordassem mais as questões pedagógicas e que os auxiliassem de forma mais significativa em seus processos de execução do trabalho. É importante considerar que a formação humana do tutor precisa ser intensificada para que ele possa reconhecer o seu papel docente na sociedade.

Quando analisamos a docência da tutoria em relação à docência da educação presencial, a formação é um aspecto que merece destaque. Se pensarmos na formação profissional e humana como uma importante maneira de alcance da profissionalização, a forma de profissionalização do tutor se efetivaria de modo diferente. Atualmente, a atuação do tutor é marcada por: tempo determinado por contrato, o que o limita em relação ao desenvolvimento de pesquisas sobre a docência on-line; empregador que não garante espaços formativos; tempo bastante comprometido, o que dificulta a dedicação a cursos mais aprofundados e a realização de especializações na área da docência on-line, isso tendo-se em vista que a graduação, como formação inicial, ainda não prepara docentes para atuarem no AVA.

Mesmo que o tutor seja um docente por formação, é preciso pensar na formação específica deste profissional, de forma que ele reconheça as possibilidades e limites da EaD e de sua própria atuação docente no ambiente mediado pelas tecnologias. A formação humana deste profissional fica comprometida em sua formação inicial, em sua formação continuada e na formação que advém da proximidade com seus pares e nos espaços de desenvolvimento de pesquisas e das atividades extensionistas.

A falta de espaços de formação humana do tutor, aquela que também promove o despertar da consciência política e social, acaba por interferir na formação que é destinada aos alunos da EaD. Destacamos que o conceito de formação humana abordado neste estudo é aquele definido por Marx e Engels (2004) como formação do homem omnilateral, que compreende o desenvolvimento integral dos sujeitos, o desenvolvimento em todas as suas possibilidades e sentidos. Esta concepção de formação humana deve se dar em diferentes dimensões: a cognitiva, a cultural, a afetiva, a dos valores, das relações, da arte, da política,

entre outras. A formação do homem omnilateral se faz também pelo trabalho, pois é essa a forma do homem produzir sua existência.

Nesse sentido, para Antunes (1999, p. 123), “o trabalho mostra-se como momento fundante de realização do ser social, condição para a sua existência: é ponto de partida para a humanização do ser social e o motor decisivo do processo de humanização do homem” (1999, p. 123). O autor nos chama a atenção para as metamorfoses determinadas pelo capitalismo para o mundo do trabalho mediante suas formas de intensificação e exploração, o que tornou o trabalho desumanizado, alienando o homem. O docente desumanizado, alienado, realizando um trabalho sem autonomia, sem liberdade para desenvolver as suas habilidades, um trabalho estranhado. Tal sujeito não desenvolve as diferentes dimensões da sua formação humana e, por consequência, terá dificuldades em contribuir para uma formação baseada em uma perspectiva de emancipação humana.

### **3.2.2 Outra questão a investigar foi: o trabalho do tutor da EaD seria uma forma de precarização do trabalho docente?**

Analisando os dados foi possível constatar que a precarização do trabalho do tutor existe substancialmente e é uma consequência da precarização do trabalho docente. Este aspecto pode ser observado quando analisado frente aos estudos realizados por Antunes (2009) sobre as “metamorfoses” ocorridas no mundo do trabalho e as formas como elas atingiram outros segmentos, além das indústrias influenciando diretamente a vida do trabalhador. A tecnologia, ferramenta que é utilizada para condução dos processos de aprendizagem na modalidade a distância, colabora para a precarização.

Antunes (2018) aponta para “as metamorfoses” que ocorreram no trabalho no século XXI com o uso das TDIC, utilizadas pelo capital para trazer mais flexibilização e mais precarização para o mundo do trabalho. Em especial, na EaD as TDIC são o meio mais utilizado para a realização das atividades de trabalho. Segundo o autor, o capital usa das tecnologias para fazer do trabalho o mais flexível possível.

Ainda podemos destacar, como instrumentos de precarização do trabalho do tutor do AVA, a pouca estrutura para a realização do trabalho, a remuneração baixa, o trabalho flexível, fragmentado, por contrato temporário, a falta de direitos trabalhistas e a falta de regulamentação da profissão. Outra realidade são as horas excessivas de trabalho, pois o tutor precisar ter diferentes vínculos trabalhistas para garantir sua renda mensal. O trabalho da tutoria acaba se estendendo aos fins de semana, principalmente nos períodos das avaliações dos alunos. Todos

os investigados possuem outras atividades remuneradas e precisam conciliar suas atividades em sua rotina diária.

Mill (2018) destaca que a flexibilização e a fragilização estão presentes na estrutura das atribuições desenvolvidas pelos tutores da EaD e que estas se desenvolveram a partir da reestruturação produtiva do processo de produção capitalista. E que, justamente a flexibilidade espaço-temporal e o fato de haver a possibilidade de o trabalho ser executado junto a outras atividades, é que justificaria a não profissionalização.

Atendendo à demanda do padrão toyotista, a EaD exige trabalhadores mais flexíveis. O tutor do AVA precisa ter conhecimento em diferentes áreas: técnica, pedagógica, gerencial, mas nem por isso ele tem garantidos os direitos trabalhistas e condições adequadas de trabalho. O trabalho docente, seguindo a lógica das fábricas, se reorganizou de maneira fragmentada, trazendo a divisão entre o processo de execução e de concepção. De um lado, temos o coordenador, que elabora a disciplina, de outro, o tutor, que executa o planejamento, além de todos os outros profissionais que são essenciais para a concretização de uma disciplina a distância, o que caracteriza ainda mais a fragmentação do trabalho.

Num plano geral, podemos dizer que a tutoria tem sido realizada em condições de trabalho indesejáveis, precárias e com autonomia limitada. Os tempos e espaços da tutoria virtual indicam maior intensificação do trabalho pedagógico e dismantelamento da profissão docente. Esse quadro deprecia o tutor aos olhos dos outros educadores e, por equívoco, a docência-tutoria acaba sendo tratada como subcategoria da docência (MILL, 2012, p. 282).

Ao terem consciência do trabalho que realizam e de suas questões críticas, os investigados mostram que se percebem como exercendo um trabalho precarizado, que sabem das questões que necessitam de debate e que almejam a construção de uma nova categoria docente, o docente da EaD. No entanto, eles ainda demonstram uma condição de alienação referente ao trabalho que exercem, do seu papel social como educador nesta modalidade e demasiada falta de consciência política sobre o mundo do trabalho.

Os depoimentos dos investigados apontam ainda para o fato da atividade de tutoria incluir profissionais que trabalham sozinhos, que não possuem muitos espaços para o compartilhamento de experiências, com uma rotatividade de profissionais intensa, devido a uma quase informalidade do trabalho, o que dificulta a formação de uma equipe coesa de trabalho, aspecto este que pode ter reflexos na qualidade dos cursos oferecidos.

Diante do que foi narrado pelos investigados, podemos caracterizar a atividade de tutoria como sendo um trabalho precarizado. Partindo do entendimento de que o tutor do AVA é um

docente, por sua formação, pela sua experiência na docência e pela natureza de suas atividades, a precarização do trabalho do tutor é decorrente da precarização do trabalho docente. A precarização do trabalho do tutor advém do não reconhecimento oficial da atividade de tutoria como uma profissão que tem características específicas e singularidades no contexto do sistema educacional brasileiro. A falta de definições sobre as funções do tutor e a ausência de uma legislação trabalhista acentuam a precariedade da “profissão”.

Outra forma de precarização do trabalho seria a mercantilização do ensino, que foi destacada nos depoimentos dos investigados que atuam na rede privada. Apesar dos altos ganhos com a modalidade, o tutor tem seu trabalho aumentado, sendo submetido a formas de contratação cada vez mais precárias. Com as renúncias à utilização dos fóruns, os investigados que atuam na rede privada apontam para a contratação de técnicos para o suporte dos alunos no AVA. Eles teriam sido os últimos docentes contratados como professor-tutor para atuar na modalidade. O contrato antigo de trabalho ainda os mantém em uma situação mais favorável, mas eles acreditam que isso não se sustentará por muito tempo.

Outro aspecto que também precariza o trabalho é a falta de qualidade de vida. Segundo Antunes (2009),

uma vida cheia de sentido fora do trabalho supõe uma vida dotada de sentido dentro do trabalho. Não é possível compatibilizar trabalho assalariado, fetichizado e estranhado com tempo (verdadeiramente) livre. Uma vida desprovida de sentido no trabalho é incompatível com uma vida cheia de sentido fora do trabalho. Em alguma medida, a esfera fora do trabalho estará maculada pela desefetivação que se dá no interior da vida laborativa (p.173).

Os tutores do AVA investigados demonstraram ter uma boa qualidade de vida, mas não devido ao trabalho que executam como tutor. Como dito anteriormente, eles precisam de outros vínculos de trabalho para se manterem. São as atuações em diferentes atividades que possibilitam a eles uma melhor condição de vida. Ficou claro nas entrevistas que os entrevistados consideram a remuneração recebida pelo trabalho de tutoria como uma complementação salarial. O trabalho como tutor, apesar de fundamental na EaD, não é suficiente para garantir o custo de vida dos trabalhadores envolvidos com essa função.

Se formos analisar o contexto de nosso sistema educacional, o docente da educação presencial também sofre com os baixos salários, mas na EaD essa situação é ainda mais precária, questão esta que interfere na condição de ensino oferecida. A EaD institucionalizada dentro das universidades federais não tem destas a mesma atenção dispensada ao ensino presencial. É preciso que a modalidade a distância seja vista como uma realidade em crescente



expansão e que necessita ser discutida no interior das universidades. Passados 15 anos, da implementação do sistema UAB, já nos parece ter chegado a hora de reavaliar a experiência.

A precarização também se revela no tipo de compromisso que a empresa estabelece com a qualificação de seus funcionários. Foi evidenciado na pesquisa que as instituições não oferecem com frequência cursos de aperfeiçoamento, capacitação e qualificação. Alguns relatos indicam que os cursos oferecidos apresentam mais conteúdos técnicos que pedagógicos, o que, para os investigados, é uma falha, pois, principalmente, quando iniciam a atividade de tutoria, eles se sentem despreparados em relação ao formato das respostas a serem dadas aos alunos nos fóruns. Diante desta realidade, os tutores do AVA buscam cursos que os auxiliem no desenvolvimento de suas atividades, em especial, cursos que ofereçam uma formação pedagógica. Assim como os docentes do ensino presencial, os tutores do AVA são bastante qualificados. O trabalho também é um importante instrumento de formação humana, bem como todos os conhecimentos que adquirimos durante a vida

### **3.3 A questão problema de estudo**

Diante do exposto, a pesquisa que ora apresentamos responde, sem a pretensão de esgotar a discussão, a seguinte questão problema proposta para ser desenvolvida nessa dissertação de mestrado: quais as aproximações e os distanciamentos do trabalho do tutor do AVA com o trabalho do docente da educação presencial?

O estudo evidenciou que existem mais aproximações que distanciamentos entre o trabalho do docente e do tutor do AVA. Apesar da legislação não conferir ao tutor o status docente, a realidade vivenciada por ele, na mediação da aprendizagem dos alunos, o aproxima da atividade docente realizada pelo professor da educação presencial. As atribuições definidas nos editais de contratação demonstram que a atuação dos tutores é cerceada de elementos didáticos- pedagógicos.

Assim, fomos verificar quais saberes necessários ao trabalho de tutoria no AVA teriam aproximações com os saberes indispensáveis à docência da educação presencial. Sabemos que o saber docente não é algo que se aprende apenas durante a formação para a docência, inclusive porque no ensino superior não é obrigatório ter licenciatura para se tornar professor. Desse modo, cabe considerar que o saber docente se forma também nas experiências adquiridas em sala de aula (e fora dela), bem como pela influência de docentes que passaram por nossa vida

escolar e que tomamos como referência. Por vezes, a docência, dentre outras profissões, são escolhas realizadas e desejadas desde a infância.

Penteado e Mill (2015) fazem uso das definições de Shulman (2005) para caracterizar os saberes necessários à docência. De acordo com tais autores, estes saberes são: o conhecimento do conteúdo específico, o conhecimento pedagógico geral e o conhecimento pedagógico do conteúdo. Tomaremos como referência cada um desses saberes para discutirmos se os tutores do AVA também necessitam destes conhecimentos para realizarem seu trabalho.

Quanto ao conhecimento do conteúdo específico, verificamos que, como muitos tutores da EaD atuam nesta função em cursos pelos quais se graduaram, eles geralmente possuem um conhecimento com propriedade diferenciada para seleção e ênfase no desenvolvimento do conteúdo específico da disciplina. Somado a isso, muitos tutores da EaD atuam também como docentes da educação presencial e declaram se apropriarem e empregarem os saberes adquiridos na docência presencial em sua prática como tutores da EAD, já que é possível estabelecer muitas aproximações com o fazer docente da educação presencial. A prática adquirida no fazer pedagógico como docente da educação presencial, e na própria formação docente, propicia ao tutor da EaD o estabelecimento de aproximações estreitas no desenvolvimento do conhecimento específico do seu trabalho com o trabalho docente da educação presencial.

Em relação ao conhecimento pedagógico geral, destacamos dados coletados com os tutores investigados sobre suas percepções a respeito do que seja um Projeto Político Pedagógico e sobre a importância deste documento para a compreensão da proposta pedagógica de um curso ou disciplina. Os entrevistados apontaram para a necessidade do domínio de elementos da didática e das metodologias de aprendizagem mais apropriadas para as diferentes situações e “perfis” de alunos. Eles reconhecem a importância de uma boa mediação, baseada na reflexão, sem respostas prontas, uma tutoria ativa para auxiliar os alunos em sua aprendizagem. Tais dados são referências de conhecimento pedagógico geral que representam e constituem a educação presencial e indicam que o trabalho do tutor da EaD se aproxima do trabalho docente da educação presencial, já que se apropria dos mesmos saberes em termos de conhecimento pedagógico geral.

Sobre o conhecimento pedagógico do conteúdo, que seria, segundo Shulman (2005), a maneira de formular o conhecimento específico para que ele seja compreensível, os dados apontaram que os tutores da EaD consideram necessário e se preocupam em apresentar conhecimento pedagógico do conteúdo. Eles se mostraram sensíveis às dificuldades relacionadas ao conteúdo apresentadas pelos alunos na aprendizagem e demonstraram interesse em conhecer as condições de vida desses alunos, entendendo que esse aspecto pode interferir

no processo de aprendizagem, além de auxiliar o tutor no desenvolvimento de uma boa mediação. A maneira do tutor da EaD de formular o conhecimento específico para que seja compreensível ao aluno está aproximada do trabalho desenvolvido pelo docente da educação presencial.

Logo, as características que correspondem aos saberes necessários à docência parecem se aproximar dos saberes necessários ao trabalho do tutor da EaD, especialmente, daquele que atua no AVA. É importante destacar que aos tutores da EaD cabe o desenvolvimento de outros saberes, próprios para o atendimento na plataforma digital, além dos mesmos saberes que correspondem àqueles exigidos aos docentes do ensino presencial.

Outro aspecto evidenciado no estudo é que se exige do tutor da EaD a formação em licenciatura e/ou pós-graduação, tal como é exigido dos docentes do ensino presencial. A maioria dos tutores investigados apresentou formação em licenciatura com pós-graduação *stricto-sensu* e muitos deles atuaram como professores da educação básica. Tal dado caracteriza mais uma aproximação entre o tutor da EaD e o docente da educação presencial. Os depoimentos dos tutores investigados mostraram que ser professor foi um desejo cultivado durante boa parte da vida dos entrevistados e que atuar na EaD foi consequência do momento de vida deles que coincidiu com uma demanda atual de mercado. Nenhum dos investigados queria, inicialmente, ser docente da EaD, foi o projeto de vida deles voltado para a atuação docente que conduziu os entrevistados para o trabalho nesta nova modalidade de ensino.

Os relatos apontam ainda que os caminhos formativos para a docência foram as licenciaturas, que deram aos entrevistados condição de eles serem docentes. Mas, para se tornarem tutores, eles precisaram passar por outros momentos de aprendizagem, que os prepararam para serem docentes no AVA. Para tanto, eles realizaram cursos de especialização, formação continuada, qualificação etc. Além disso, o dia a dia de trabalho, com a troca de experiência com tutores mais antigos na profissão, mesmo que limitada, ajudaram na aquisição dos saberes necessários para a docência no AVA. Nestes aspectos, o tutor da EaD se distancia do docente da educação presencial, que não necessita de qualificação no AVA para atuação profissional.

Mas, apesar de atuarem na modalidade a distância, muitos admitiram as dificuldades de utilização da plataforma digital e das diferentes ferramentas que ela proporciona para viabilização da aprendizagem. Os investigados relataram que se preocupam em oferecer um atendimento de qualidade para os alunos e que entendem que, para isso, precisam estar sempre atualizados. Como as instituições não têm muitos cursos a oferecer, eles mesmos buscam

formação. O trabalho é essencial ao processo de humanização e, neste processo, a formação profissional contribui para a formação humana desses trabalhadores da EaD.

Consideramos, no entanto, que o estudo e a constante necessidade de aprimoramento profissional do tutor da EaD são necessários também ao docente da educação presencial. Na EaD, em especial, essa necessidade se intensifica, uma vez que a educação mediada por tecnologias tende a sofrer muitas mudanças em um curto espaço de tempo, o que se soma ao fato das universidades não estarem formando, nas licenciaturas, docentes preparados para atuarem na EaD. A boa formação e atuação do tutor da EaD ou da educação presencial influencia na qualidade do ensino.

Um outro aspecto de distanciamento do trabalho do tutor da EaD em relação ao trabalho do docente da educação presencial a ser destacado é a diferença dos espaços dedicados à mediação da aprendizagem. Na docência presencial, o docente atua dentro de um espaço determinado, que é a sala de aula, já os tutores da EaD se utilizam da tecnologia digital do AVA para auxiliarem seus alunos no processo de ensino aprendizagem. A tecnologia digital ampliou a maneira de veicular a informação, mas esta precisa ser transformada, bem comunicada na forma de conhecimento e, independente do espaço ser online ou presencial, a aprendizagem deve ocorrer.

A divisão e a fragmentação do trabalho são questões mais gritantes e notórias na EaD. Nesta modalidade diversos profissionais executam tarefas preestabelecidas para o desenvolvimento de um curso e/ou uma disciplina. Enquanto na educação presencial o docente é responsável pelo planejamento da disciplina e execução da aula, na EaD, o tutor do AVA tem o papel de executor do planejamento feito por outro profissional. Isso ocorre não porque o tutor não tenha condições de ser autônomo na elaboração de disciplinas e de atividades a serem desenvolvidas, mas porque a divisão do trabalho na EaD só possibilita aos tutores do AVA o papel de coadjuvantes no processo de ensino-aprendizagem.

Nesse sentido, vale retomar a consideração da simplificação e objetivação do trabalho docente proposto por Alves (2005). É atribuído ao tutor a atividade “menos complexa”. A redução do saber complexo e a execução de atividades “mais simples” simplificam o trabalho do docente tutor. O trabalho mediado por máquinas, o “manual” proposto pelo docente coordenador e os diversos outros manuais didáticos tiram a autonomia sobre os procedimentos do trabalho docente, inibindo a sua criatividade.

A simplificação, objetivação e mecanização dos processos de trabalho possibilitam a dispensa do trabalhador docente, que pode ser substituído facilmente por outros que recebam menores salários. Fica evidente a expansão do ensino privado, que amplia significativamente a

reprodução do capital com a inserção das tecnologias na educação. Na EaD, em especial, é explorado o trabalho vivo docente, restando substancialmente o trabalho morto, compilado e anexado a nuvens para ser reproduzido repetidamente. Além disso, os docentes têm tido que lidar com o fato de parte de seu trabalho estar sendo realizado por máquinas ou ainda por profissionais menos qualificados.

Outro distanciamento demarcado é que o trabalho do tutor não é legitimado, reconhecido ou valorizado socialmente. Os docentes do ensino presencial têm reconhecida a sua atividade, embora mal legitimada, e possuem muitos direitos trabalhistas e/ou planos de carreira garantidos. Os tutores do AVA não têm sua atividade reconhecida, tampouco garantias de direitos trabalhistas.

A EaD é uma modalidade de ensino antiga, porém os avanços tecnológicos trouxeram uma nova roupagem, o que afetou seu desenvolvimento e reconhecimento. As mídias digitais trouxeram para o cenário da educação a possibilidade de uma formação a distância menos distante, oportunizada pelo uso de ferramentas de interação que favorecem a aprendizagem. Com isso, apareceram novos atores no cenário educacional, o tutor do AVA é um deles. Para o reconhecimento da modalidade e dos profissionais que nela atuam, é fundamental que sejam realizados estudos que ajudem a compreender a EaD. É a partir deles que pode se dar a construção de proposições que contribuam para um olhar voltado para a melhoria das condições de trabalho dos profissionais que emergiram a partir das novas tecnologias, em especial, o tutor do AVA, responsável pela mediação pedagógica dos alunos da graduação oferecida a distância.

Neste estudo foi possível verificar que o tutor da EaD, em especial o que tem seu espaço principal de atuação no AVA, precisa ter os mesmos conhecimentos básicos essenciais à docência da educação presencial. O tutor tem formação acadêmica docente e exerce um trabalho que é constituído de atribuições bastante próximas da docência, em destaque a mediação pedagógica do conhecimento, caminho essencial para a aprendizagem. Esta mediação<sup>13</sup> pedagógica da aprendizagem, que acontece na educação presencial oportunizada pelo docente, na EaD é realizada pelo tutor do AVA. Porém, é preciso ter cautela e não afirmar que estas aproximações definiriam o tutor do AVA como docente. Cabe reconhecer, assim, que existem aproximações entre as atribuições dos tutores do AVA e as atribuições dos docentes do ensino presencial. Contudo, sabemos que a construção da profissão é um processo e que, especialmente na docência, ele se constrói por meio das experiências, do estudo, da pesquisa, sendo um

---

<sup>13</sup> Cabe destacar que esta consideração do professor docente como mediador da aprendizagem é questionável frente a perspectivas teóricas aproximadas, por exemplo, da psicologia histórico-cultural.

processo crescente e contínuo. Nesse sentido, a profissionalização do docente que atua na EaD precisa ser construída. A conquista da autonomia pode ser um importante passo.

Compreendemos, assim, que o trabalho do tutor do AVA tem aproximações com o trabalho do docente da educação presencial. É possível considerar o tutor do AVA como um mediador do processo de ensino-aprendizagem dos cursos oferecidos na modalidade EaD. Diferente do espaço de mediação utilizado pelo docente da educação presencial, que é a sala de aula, o tutor do AVA, por meio de tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC), se torna o elo entre o aluno e o conteúdo, possibilitando a aprendizagem. Para esta mediação, o tutor utiliza os saberes que são básicos para o desenvolvimento da docência e constrói novos saberes indispensáveis à sua prática. Podemos considerar a profissionalização do tutor como algo em construção, cabendo a ele estabelecer as suas lutas em busca do seu reconhecimento enquanto docente.

Vale destacar que a pesquisa demonstrou que a concepção dos tutores investigados sobre o mundo de trabalho ainda é incipiente. Em alguns momentos eles se mostraram conscientes da realidade profissional em que vivem, quando, por exemplo, fizeram críticas ao fato de terem uma bolsa em vez de um salário e desta remuneração estar sem reajuste há dez anos, de não terem reconhecimento profissional, da falta de autonomia e do fato de poderem estar contribuindo para uma formação precária do trabalhador. No entanto, eles continuam o trabalho, sem resistência, sem nenhum engajamento em movimentos, sindicais ou não, que pretendam reverter as condições de trabalho apresentadas. Embora haja um sindicato, que tem tentado articulações importantes com o poder legislativo do Rio de Janeiro e vem reivindicando melhorias para a “categoria” dos tutores da EaD, o fato de ele ser desconhecido por todos os investigados é um importante sinal de que a luta necessária para a construção de mudanças nem se iniciou, pois a luta não é do sindicato e sim da categoria.

As condições de precarização na EaD são intensificadas se comparadas à docência presencial. Diante disso, colaboram para a inexistência de lutas e de reivindicações da categoria questões como: falta de estrutura física, de espaços de trabalho coletivos, ausência de encontros entre os trabalhadores e uma constante troca de tutores. No entanto, as lutas e reivindicações precisam existir para que o trabalho do tutor seja reconhecido profissionalmente. Caso isso não ocorra, corre-se o risco dos tutores se perpetuarem como uma “subcategoria docente”. A consciência da realidade em que estão inseridos e a busca de uma identidade de classe parece fundamental para mudança do estado das coisas.

Conseguimos, a partir do estudo realizado, atingir os objetivos propostos no capítulo I desta dissertação de mestrado, que foram:

- ✓ Apresentar subsídios que contribuam para ampliar a compreensão sobre o trabalho realizado pelo tutor da EaD e para sua valorização profissional.
- ✓ Demonstrar que se, por um lado, o tutor da EaD não pode ser considerado um docente nos moldes da educação presencial, por outro, seu trabalho faz surgir no mundo do trabalho uma nova categoria de profissional docente, com outras características e especificidades.
- ✓ Contribuir com a produção de conhecimento sobre aspectos que constituem e estão relacionados ao mundo do trabalho do tutor da EaD.

#### **4 Produto da dissertação**

Nesta parte final do trabalho, trazemos aqui o esboço do produto desta dissertação, ou seja, uma forma de dar uma devolutiva desta pesquisa à sociedade sobre os resultados apontados pelo presente estudo.

A intenção surgiu quando foi percebido o interesse dos investigados em cursos de qualificação que os levassem a uma reflexão mais pedagógica sobre as atribuições dos tutores que atuam no AVA, além do interesse em um espaço de discussão entre os tutores, onde estes pudessem compartilhar suas experiências. Outro aspecto diz respeito à realidade, apontada pela pesquisa, da necessidade de ampliação da reflexão dos investigados a respeito de temas como: o trabalho, a precarização do trabalho e a classe trabalhadora no contexto imposto pelo capitalismo do século XXI.

Como mencionado na apresentação deste trabalho, coordeno um curso de formação de tutores oferecido pela extensão da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que tem sido responsável pela formação de muitos tutores atuantes no país. O curso “Formação de Tutores: Teoria e Prática” é oferecido na modalidade a distância, por meio da plataforma Moodle. Atualmente, o curso possui 06 módulos, tem carga horária de 150 horas e duração de aproximadamente 04 meses. Estamos na 4ª edição, sempre reformulando, tentando atender às demandas observadas nos formulários de avaliação do curso.

#### **METODOLOGIA PROPOSTA NO CURSO**

O curso é dividido em módulos que abordam as seguintes temáticas:

- MÓDULO I - Cibercultura e tecnologias digitais
- MÓDULO II - Fundamentos da EaD: histórico, conceitos e base legal
- MÓDULO III - Tutor a distância e aluno 'virtual'

- MÓDULO IV - Modelos de tutoria e processos de avaliação: aspectos pedagógicos na mediação da aprendizagem
- MÓDULO V - Ferramentas técnico-pedagógicas para o ensino on-line
- MÓDULO VI - Prática de interação e mediação

Para cada módulo são disponibilizados textos, de um a dois, para serem debatidos em um fórum de discussão, no qual são propostas questões para o debate. São utilizadas também charges, que pretendem dar uma forma mais lúdica à discussão de temas importantes, e vídeos, que possam auxiliar na compreensão do conteúdo que está sendo discutido no módulo. A participação de todos no fórum é pontuada como parte do critério para aprovação e certificação. Também é solicitado ao participante do curso que envie uma tarefa ao final de cada módulo para avaliação pelo tutor.

## VISÃO GERAL DO CURSO ATUALMENTE

> Banco de questões  
📁 Repositórios

Atividades

- 🗨️ Chats
- 🗨️ Fóruns
- 📖 Glossários
- 🔍 Pesquisa
- 📁 Recursos
- 📄 Tarefas
- 📖 Wikis

**MÓDULO 1: Cibercultura e tecnologias digitais (de 19/09 a 01/10)**

*"O movimento da cibercultura é um dos motores da sociedade contemporânea."*  
(Pierre Lévy, 1999)

- 🗨️ FÓRUM DO MÓDULO 1
- 📄 O que é Cibercultura
- 📄 O que são tecnologias?
- 📄 TAREFA 1
- 📖 GLOSSÁRIO DO CURSO
- Oculto para estudantes
- 📄 Nota do Fórum 1
- 📄 Nota da Tarefa 1

**MÓDULO 2: Fundamentos da EaD: histórico, conceitos e base legal (de 03/10 a 15/10)**

- 🗨️ FÓRUM DO MÓDULO 2
- 📄 Documentário - Educação a Distância: o ensino sem fronteiras
- 📁 Textos do Módulo 2
- 📁 Materiais complementares
- 📄 TAREFA 2
- 📄 Nota do Fórum 2

**MÓDULO 3: Tutor a distância e aluno 'virtual' (de 17/10 a 29/10)**

- 🗨️ FÓRUM DO MÓDULO 3
- 📁 Materiais do Módulo 3
- 📄 O Aluno Virtual
- 📄 TAREFA 3
- 📄 Nota do Fórum 3

**MÓDULO 4: Modelos de tutoria e processos de avaliação (31/10 a 12/11)**

- 📄 Planejamento do Módulo
- Oculto para estudantes
- 🗨️ FÓRUM DO MÓDULO 4
- 📄 Avaliação na EaD: estamos preparados para avaliar?
- 📄 Nota do fórum 4
- 📄 TAREFA 4

**MÓDULO 5: Ferramentas técnico-pedagógicas para o ensino on-line (de 14/11 a 26/11)**

- 📄 Planejamento do Módulo
- Oculto para estudantes
- 🗨️ FÓRUM - Módulo 5
- 📄 Nota do Fórum 5



## MÓDULO 6: Prática de interação e mediação (de 13/11 a 03/12)



A proposta consiste na criação de um novo curso, com o mesmo objetivo, que seria a formação de tutores. No entanto, seu currículo será reformulado a fim de atender à necessidade apontada na pesquisa de uma proposta de estudo e formação que favoreça a reflexão do tutor sobre o seu trabalho e o mundo do trabalho no século XXI. Os módulos já existentes serão reformulados para que, além de oferecer uma formação pedagógica aos tutores, também contemplem uma reflexão mais ampliada sobre o seu trabalho. Será criado um módulo, o módulo VII, que seria a síntese do curso.

O novo curso seguirá a seguinte metodologia proposta: fórum de discussão, texto base de apoio para as discussões, questões para o debate e envio de tarefa final. A ideia inicial era que o novo formato acontecesse em 2020.2, no entanto, a pandemia nos fez adiar sua implementação para o ano de 2021.

MÓDULO VII (em construção) – Reflexões sobre as características do trabalho docente na contemporaneidade.

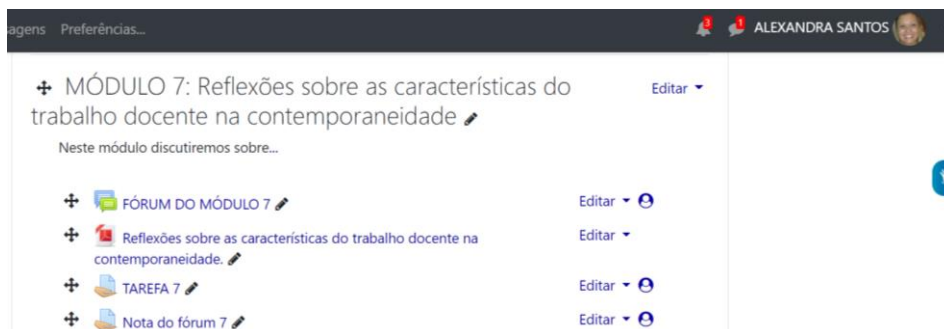
Textos propostos:

- Perenidade e superfluidade do trabalho: alguns equívocos sobre a desconstrução do trabalho - Ricardo Antunes.
- Aprendizagem da docência para educação a distância: uma breve revisão de literatura sobre docência virtual – Daniel Mill

Vídeo – O mundo do trabalho no século XXI – Ricardo Antunes

[https://www.youtube.com/watch?v=UMYovnOhk\\_A](https://www.youtube.com/watch?v=UMYovnOhk_A)





A intenção é favorecer um ambiente de leitura e discussão sobre temáticas que não são comuns nos cursos de formação de tutores. Apesar de incomuns, estas leituras são necessárias para que o tutor entenda o seu trabalho inserido no mundo do trabalho no século XXI e inicie uma reflexão a respeito do seu fazer diário, processo este que pode levar a uma melhor compreensão sobre a realidade de seu trabalho e da classe a que pertence. Ao final do curso, pretende-se elaborar um relatório técnico-científico com descrição dos processos, experiências, métodos e com a divulgação dos resultados obtidos, que levará em consideração avaliações do curso a serem realizadas pelos concluintes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve o trabalhador como foco, em especial, o trabalhador da educação a distância, o tutor, que tem atuação principal no AVA é o mediador pedagógico dos cursos oferecidos na modalidade a distância. Estabelecemos um caminho de estudo que fortaleceu nosso aprendizado à medida que fomos perpassando temas que nos ajudaram a compreender o momento histórico pelo qual passa a classe trabalhadora. Fomos orientados pelos estudos que nos conectam com o entendimento sobre a origem do trabalho e da classe trabalhadora na sociedade.

Fazer um resgate das literaturas que abordam a temática em questão foi primordial para entendermos a realidade que tem se apresentado para a classe trabalhadora, com isso, almejamos que a pesquisa aqui apresentada seja mais uma fonte de análise na busca de melhores condições de trabalho para os tutores. As leituras clássicas de Marx (1983, 1985, 1996, 2005, 2011 e 2013) nos mostraram como o sistema capitalista deixou o trabalhador cada vez mais distante do produto de seu trabalho, o levando à alienação e ao estranhamento. Da exploração consciente da natureza, do seu uso para sua subsistência e melhoria da qualidade de vida em sociedade, o homem se tornou explorado, vendendo sua força de trabalho e gerando mais- valia.

Os estudos de Antunes (1999, 2002, 2004, 2005, 2009 e 2018) apontaram para as “metamorfoses” sofridas pelo trabalho, que reverberaram nas diferentes formas de organização, hierarquização, precarização e exploração do trabalhador, trazendo aos dias atuais novas formas de trabalho cada vez mais flexíveis, que agenciam a exploração do trabalhador, como a UBERização, a Pejotização, o trabalho Part Time, a terceirização e as contratações temporárias, que tornam o trabalho sacrificante, sem direitos e, ainda assim, considerado pela classe trabalhadora com um “privilégio”. A partir destes estudos, passamos a refletir sobre o quanto as interferências do sistema capitalista nas indústrias contaminaram o sistema escolar, tornando as escolas geradoras de capital ou mecanismo de sucateamento da formação da classe trabalhadora e o quanto isto impactou a vida dos trabalhadores da escola e a vida de todos os trabalhadores que confiam na instituição escolar como forma de ascensão social.

Os estudos de Daniel Mill nos levaram a reflexões a respeito das implicações das novas formas de organização do trabalho escolar, oportunizadas pelos avanços da tecnologia, que trouxeram para a modernidade a possibilidade de formação superior oferecida a distância. Em diálogo com o autor refletimos também sobre os impactos desse processo na organização da atividade docente.

Este trabalho teve como problema a seguinte questão: quais as aproximações e os distanciamentos do trabalho do tutor do AVA com o trabalho do docente da educação presencial? Para respondê-la, buscou-se identificar o perfil e as percepções dos tutores que atuam no AVA sobre o mundo do trabalho e sobre o trabalho que realizam. Essa parte da pesquisa foi realizada a partir dos dados coletados pelos questionários e entrevistas e tendo como suporte de análise os seguintes eixos temáticos: condições de trabalho, consciência de classe, trabalho e qualidade de vida e formação humana.

Os tutores do AVA acreditam no que fazem, se reconhecem docentes/professores e durante as entrevistas acabaram expondo tristeza e desalento por não terem este reconhecimento. A pesquisa revelou que os tutores são muito qualificados, especialistas, mestres e doutores que se comprometem com a formação de cidadãos, mesmo ganhando uma bolsa ou um salário baixo para essa função. Para eles, a tutoria, infelizmente, se tornou um complemento do salário, uma renda extra. Apesar do tutor estar à frente da ação pedagógica, no contato direto com os alunos, ele é o último na escala da “polidocência”, termo proposto por Mill (2002) para caracterizar o coletivo de trabalhadores que atua na EaD. Apesar da característica docente não estar presente nos documentos oficiais, ela é reconhecida internamente por tutores e alunos. O fazer diário, repleto de suportes pedagógicos, confere ao tutor do AVA o título informal de docente, mesmo que ele siga formalmente na marginalidade, sem reconhecimento, sem direitos trabalhistas, sem profissão reconhecida.

Os tutores percebem seu trabalho como precarizado e como consequência da precarização do trabalho docente. Este aspecto pode ser observado quando analisado frente aos estudos realizados por Antunes (2009). As “metamorfoses” ocorridas no mundo do trabalho atingiram outros segmentos além das indústrias e influenciaram diretamente a vida do trabalhador. A tecnologia, ferramenta que é utilizada para condução dos processos de aprendizagem na modalidade a distância, colabora para a precarização.

Ao analisar as leis, observou-se que não há um item, alínea, artigo e/ ou parágrafo que coloque o tutor do AVA como um trabalhador da educação que atua no processo de ensino-aprendizagem. A Universidade Aberta do Brasil (UAB), que é o braço do Estado à frente da educação a distância, não reconhece o tutor como docente por ele não compor seu quadro de pessoal, não ter vínculo com a instituição, cabendo a ele a condição de bolsista, mesmo sendo altamente qualificado, o que é uma exigência dos editais de seleção. Por que não se faz concurso docente para atuação no ambiente virtual, tendo-se em vista que a EaD é uma forma de democratização do ensino? Sem isso, a tutoria fica sendo uma atividade “marginal”, pouco merecedora de créditos.

Se a instituição pública não garante o status de docente aos tutores (presenciais ou a distância), muito menos a instituição privada o faz, visto que nela se contrata a mão de obra técnica para resolução de problemas de suporte e renunciando ao trabalho de mediação feito por meio dos fóruns. Como demonstrado neste estudo, o fórum virtual, disponível no AVA, é definido, pela literatura e pelo relato dos investigados, como o espaço onde se constrói o conhecimento de forma colaborativa.

O estudo realizado não deve ser considerado conclusivo. Nossa proposta é que esta pesquisa possa contribuir com outros estudos sobre a profissionalização do tutor dos cursos de graduação, colaborando para uma inserção melhor e mais legitimada deste profissional no mundo do trabalho. Desta forma, dentre os objetivos propostos, procuramos apresentar subsídios que contribuam para ampliar a compreensão sobre o trabalho realizado pelo tutor da EaD e para sua valorização e identidade profissional.

Assim, é preciso ampliarmos os estudos sobre o tutor e sobre sua atividade profissional, trazendo para a análise os pontos nevrálgicos desta “nova” profissão, contrapondo o trabalho prescrito, nos editais, leis e contratos, ao trabalho real executado pelos tutores, em especial, os que atuam no AVA.

É necessário, diante do crescimento da modalidade de educação a distância, que superemos as atribuições definidas para os tutores do AVA e os docentes da educação presencial e sigamos no entendimento de que ambos são responsáveis pela mediação pedagógica do aluno. Ambos atuam na mediação, atuando a distância ou presencialmente, colaborando diretamente para o desenvolvimento do aluno e para a sua aprendizagem. Este entendimento certamente favoreceria a educação, trazendo mais credibilidade e qualidade para o ensino a distância e para o sistema educacional brasileiro.

Afinal, é preciso considerar que, apesar dos limites, a EaD está presente no contexto educacional e é importante que ela seja foco de pesquisas que busquem compreender e aprimorar questões relacionadas às condições de trabalho do tutor, o que, por sua vez, pode contribuir para a construção de melhores condições de ensino e para formas de resistência a situações de precarização do trabalho e de exploração da classe trabalhadora.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO, Kátia. **A expansão do ensino superior no Brasil e a EaD: dinâmicas e lugares.** Educ. Soc., Campinas, 25 jun. 2010. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 15 mar. 2019.

ALVES, Gilberto. **A produção da escola pública contemporânea.** Campinas: Autores Associados, 2001.

ALVES, G. L. **O trabalho didático na escola moderna: formas históricas.** Campinas: Autores Associados, 2005.

ANDERY, Maria Amália. et al. **Para Compreender a Ciência: uma perspectiva histórica.** 16 ed. Rio de Janeiro: Garamond; São Paulo: EDUC, 2012.

ANTUNES, Caio. **A Educação em Mészáros: trabalho, alienação e emancipação.** Campinas: Autores Associados, 2012.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** 2ª ed. 1ª reimpr.. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo (2002). **As novas formas de acumulação de capital e as formas contemporâneas do estranhamento (Alienação).** Caderno CRH, n. 37, Salvador.

\_\_\_\_\_ **Adeus ao trabalho?** São Paulo: Cortez, 1999.

\_\_\_\_\_ **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 2005.

\_\_\_\_\_ **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital.** São Paulo: Boitempo, 2018

ANTUNES, R.; ALVES, G. **As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital.** Campinas: Revista Educação e Sociedade, v. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofia da educação.** 2. ed. São Paulo: Moderna, 1989.

BAHIA (Ba). **Edital de licitação nº 28/2019**. Processo Seletivo de Tutor a Distância. Bahia: UFBA, Bahia, ano 2019, n. 28, p. sem paginação, 6 nov. 2019. Disponível em: [https://sead.ufba.br/sites/sead.ufba.br/files/28-2019\\_edital\\_para\\_selecao\\_publica\\_de\\_tutor\\_a\\_distancia\\_-\\_pedagogia.01.pdf](https://sead.ufba.br/sites/sead.ufba.br/files/28-2019_edital_para_selecao_publica_de_tutor_a_distancia_-_pedagogia.01.pdf). Acesso em: 5 dez. 2019.

BELLONI, M. L. **Educação a Distância**. Campinas: Autores Associados, 2003.

BERGE, Z.L. (1995) **The role of the online instructor/facilitator**. Available: [http://jan.ucc.nau.edu/~mpc3/moderate/teach\\_online.html](http://jan.ucc.nau.edu/~mpc3/moderate/teach_online.html).

BRASIL. Lei nº 9394-96. **Dispõe sobre as diretrizes e bases da Educação**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm) . Acesso em: 20 fev. 2019.

\_\_\_\_\_**Lei nº 10171, de 9 de janeiro de 2001**. Plano nacional de educação. [S. l.], 10 jan. 2001. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm). Acesso em: 15 jun. 2019.

\_\_\_\_\_**Ministério da Educação. Histórico da universidade aberta do Brasil**. Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/ Universidade Aberta do Brasil, 2005. Disponível em: [http://uab.capes.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=6:o-quee&catid=6:sobre&Itemid=18](http://uab.capes.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6:o-quee&catid=6:sobre&Itemid=18)>. Acesso em 24 abr. 2019.

\_\_\_\_\_**Decreto nº 5800, de 8 de junho de 2006**. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. Brasília, 8 jun. 2006. Disponível em: <http://legislacao.planalto.gov.br>. Acesso em: 25 jun. 2019.

\_\_\_\_\_**RESOLUÇÃO CD/FNDE Nº 26, DE 5 DE JUNHO DE 2009**. Estabelece orientações e diretrizes para o pagamento de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes da preparação e execução dos cursos dos programas de formação superior, inicial e continuada no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/3320-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-26-de-5-de-junho-de-2009> . Acesso em 28 de dez. 2019.

\_\_\_\_\_**Decreto nº DECRETO Nº 5.800, de 28 de julho de 2020**. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. DOU, 8 jun. 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm). Acesso em: 22 jul. 2019.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987, 3 edição.

BOURDIEU, P. **A Escola Conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura.** In NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. *Escritos de Educação.* 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

CASQUEIRO, Fernanda. **Profissionalização do Tutor na Educação a Distância.** Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de Santos-SP, Santos, 2013.

CEDERJ (RJ). Edital de licitação nº 004/2019. Edital destinado à seleção pública de mediadores a distância para atuação nos cursos de graduação do consórcio Cederj. **Rio de Janeiro:** Fundação CECIERJ/Consórcio Cederj, Rio de Janeiro, ano 2019, n. 004, p. 1-19, 1 out. 2019.

CHAVES F. H. ; **Regulação da Modalidade de EAD no Brasil.** In: Fredric M. Litto; Marcos Formiga. (Org.). *Educação a Distância - O Estado da Arte.* 1ed. 2013.

EMERENCIANO, M.S.J.; SOUSA, C.A.L.; FREITAS, L.G., (2007). **Ser Presença como Educador, Professor e Tutor, Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED).** Disponível em: <http://www.abed.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?UserActiveTemplate=4abed&inford=124&sid=120>. Acesso em: 22/05/2019.

FACULDADE REDENTOR (RJ). **Edital de processo seletivo. Processo seletivo para contratação de tutor.** Paraíba do Sul, online, p. 2, 1 ago. 2018. Disponível em: [http://redentor.edu.br/files/editaldetutoria\\_01082018173717.pdf](http://redentor.edu.br/files/editaldetutoria_01082018173717.pdf). Acesso em: 15 mar. 2020.

FAIP (SP). EDITAL Nº 01/2017/EAD FAIP. **Processo seletivo para tutoria do curso de Pedagogia EaD.** Faculdade de Ensino Superior do Interior Paulista: online, Marília, p. 3, 20 set. 2017. Disponível em: [https://www.faip.edu.br/userfiles/files/Edital\\_EAD\\_FAIP.pdf](https://www.faip.edu.br/userfiles/files/Edital_EAD_FAIP.pdf). Acesso em: 15 mar. 2020.

FERREIRA, Marcello; CARNEIRO, Teresa Cristina Janes. **A institucionalização da educação a distância no ensino superior público brasileiro análise do Sistema Universidade Aberta do Brasil.** *Educação Unisinos, São Leopoldo,*v. 19,n. 2, p. 228-242,maio-jun.2015.

FERREIRA, S. L.; LÔBO, V. I. T. **De tutor a professor on line: Que sujeito é esse?** *In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE COMPUTAÇÃO, XXV, 2005, Rio Grande do Sul. São Leopoldo: UNISINOS, 2005. p. 1-9* Disponível em: [http://www.unisinos.br/\\_diversos/congresso/sbc2005/\\_dados/anais/pdf/arq0207.pdf](http://www.unisinos.br/_diversos/congresso/sbc2005/_dados/anais/pdf/arq0207.pdf)>. Acessado em 02/05/2018.

FREIRE, Djenane Luisa **CONSÓRCIO CEDERJ: as fragilidades de duas dimensões da organização** Dissertação (Programa de Pós Graduação em Educação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.



FRIGOTTO., Gaudêncio. **A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe.** Revista Brasileira de Educação, [s. l.], n. 40, ed. 14, jan/abril 2019.

GATTI, Bernardete A. **Formação de professores: condições e problemas atuais.** Revista Brasileira de Formação de Professores – RBFP, vol. 1, n. 1, p. 90-102, mai 2009. Disponível em: <https://periodicos.itp.ifsp.edu.br/index.php/RIFP/article/view/347/360> . Acesso em: 7 mai. 2019.

GIROUX, H. A. **Os Professores como Intelectuais.** Porto Alegre: Artes médicas. 1997, 270p.

GOMES, Ednaldo Farias. **A profissionalidade do tutor na docência no Sistema Universidade Aberta do Brasil: tensões entre concepções e exercício docente.** Tese (Programa de Pós Graduação em Educação) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

GÓMEZ, A. I. Pérez. **As funções sociais da escola: da reprodução à reconstrução crítica do conhecimento e da experiência.** In: SACRISTÁN, J. Gimeno e GÓMEZ, A. I. Pérez. Compreender e Transformar o Ensino. 4 ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

GUIMARÃES, Beatriz. **Tutoria em Educação a Distância: papéis, formações e percepções.** 2015. 131 f. Dissertação (mestrado em Letras e Ciências Humanas) Universidade do Grande Rio “Prof. José de Souza Herdy”, Escola de Educação, Ciências, Letras, Artes e Humanidades, Rio de Janeiro, 2015.

HYPÓLITO, A. M. **Trabalho docente, classe social e relações de gênero.** Campinas: Papirus, 1987.

IASI, Mauro. **O dilema de Hamlet: o ser e o não ser da consciência.** São Paulo: Viramundo, 2002.

KUENZER, Z. **Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho.** 2009. P. 1-17. Disponível em: [http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:AXL5gAiAyxEJ:www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem\\_pedagogica/fev\\_2009/exclusao\\_includente\\_acacia\\_kuenzer.pdf+%cd=1&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=br#1](http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:AXL5gAiAyxEJ:www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem_pedagogica/fev_2009/exclusao_includente_acacia_kuenzer.pdf+%cd=1&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=br#1). Acessado em 03/08/2020.

LÉLIS, U. A. de; SOUZA, V.A. de. **Precarização do Trabalho docente e gestão democrática da escola: antinomias que se entrecruzam no cotidiano escolar.** Revista educação e políticas em debate, v.2. n.2 – jul/dez.2012.

LEMOS, Irene. A formação profissional e a prática docente na educação a distância. **Educação & Linguagem**, [s. l.], v. 17, n. 2, p. 91-104, 27 jul. 2014. DOI <http://dx.doi.org/10.15603/2176-1043/el.v17n2p91-104>. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/EL/article/download/5333/4386>. Acesso em: 15 out. 2019.

LESSA, S. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LIMA, Denise; MILL, Daniel. **Reflexões sobre autonomia e limitações nas relações polidocentes na educação a distância**. Rev. Teoria e Prática da Educação, [S. l.], 25 jun. 2013.

MAIA, C.; MATTAR, J. **ABC Da EaD: a educação a distância hoje**. São Paulo: Pearson, 2007.

MALANCHEN, Júlia. **Políticas de educação a distância: democratização ou canto da sereia?** Revista HISTEDBR, Campinas, 1 jun. 2007. Disponível em: [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/26/art12\\_26.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/26/art12_26.pdf). Acesso em: 25 jun. 2019.

MALINA, André. **Gramsci e a questão dos intelectuais**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2016. 196 p.

MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a Pedagogia Moderna**. Tradução de Newton Ramos de Oliveira; 2. Ed. São Paulo: Cortez, 1996.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Textos sobre Educação e Ensino**. Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2004.

\_\_\_\_\_. Marx e Engels: **Todos os textos clássicos do marxismo**. [S. l.]: Clube dos autores, 2014. p. 487.

\_\_\_\_\_. (2005). **A ideologia Alemã**. (Sílvio Donizete Chagas, trad.). São Paulo: Centauro. (Originalmente publicado em 1845).

MARX, Karl . **O capital**. V. I, tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

\_\_\_\_\_. **O capital: crítica da economia política** livro 1. Tomo 2. São Paulo: Nova Cultural, 1996 (Coleção Os Economistas).

\_\_\_\_\_. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011b (Coleção Marx-Engels).

\_\_\_\_\_. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858**. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. **O capital**. Livro I. São Paulo, Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1993. 270p. (Textos Filosóficos, n.22)

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

\_\_\_\_\_. **O Capital**. V. I, tomo I. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

\_\_\_\_\_. **O Capital**. Vol. I. Tomo II. Coleção Os Economistas. Tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MILL, D. **Estudos sobre processos de trabalho em educação a distância mediada por tecnologias da informação e da comunicação**. Belo Horizonte: FAE/UFMG. 2002. 193p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais.

\_\_\_\_\_. **Educação a Distância e trabalho docente virtual: sobre tecnologia, espaços, tempos, coletividade e relações sociais de sexo na Idade Mídia**. 2006. Tese (Doutorado em educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

\_\_\_\_\_. **Docência virtual: Uma visão crítica**. Campinas, SP: Papyrus, 2012.

MILL, D.; SANTIAGO, C. F.; VIANA, I. de S. **Trabalho docente na Educação a distância: condições de trabalho e implicações trabalhistas**. Revista extraclasse, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p.56-73, fev. 2008.

\_\_\_\_\_. Tutoria. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM

MILL, Daniel; FIDALGO, Fernando. **Uso dos tempos e espaços do trabalhador da educação a distância virtual: produção e reprodução no trabalho da Idade Mídia**. Cadernos de Educação, Pelotas, Jan/abr. 2009. Disponível em:

<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/download/1736/1616>. Acesso em: 12 dez. 2018.

MILL, Daniel; PENTEADO, Luciane. A docência virtual e saberes docentes: um estudo da tutoria na rede e-tec brasil. Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade, Bahia, v. 24, n. 44, p. 97-107, jul/dez 2015.

MILL, Daniel; VELOSO, Braian. **Precarização do trabalho docente na educação a distância: elementos para pensar a valorização da docência virtual.** Educ. foco, Juiz de Fora, v. 23, n. 1, p. 11-132, jan/abr 2018.

MILL, D.; RIBEIRO, L. R. de C.; OLIVEIRA, M.R.G. de. **Polidocência na educação a distância: múltiplos enfoques.** São Carlos: EdUFSCar, 2010. 200p.

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. **Aprendizagem da docência: algumas contribuições de L. S. Shulman.** Revista Centro de Educação. Edição 2004, v.29, n.2. Disponível em <http://www.ufsm.br/ce/revista> Acesso em 20 mai. 2019.

MORAN, J. M. **Desafios da Educação a Distância no Brasil.** In: Educação a Distância: pontos e contrapontos / José Armando Valente e José Manuel Moran: Valéria Amorim Arantes (Org.). São Paulo: Summus, 2011.

MORAN, José Manuel. **A gestão da educação a distância no Brasil.** In: MILL, Daniel.; PIMENTEL, N. M. (Org.). Educação a distância: desafios contemporâneos. São Carlos: EdUFSCar, 2013.

MORAN, J. M. **Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica.** São Paulo: Papyrus, 21. ed., 2013.

PATTO, Maria Helena Souza. **O ensino a distância e a falência da educação.** Educ. Pesqui., vol.39, n.2, p.303-318. abril/jun. 2013.

PINTO, Á. V. **O conceito de tecnologia.** vol. 1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

\_\_\_\_\_. **El pensamiento crítico en demografía.** Santiago: Centro Latinoamericano de Demografía (CELADE), 1973.

PINHEIRO, Camila. **Em defesa da Escola Pública: o fórum de educação na constituinte e o princípio da gestão democrática no ensino público.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017. E-book.

PALLOF, Rena M.; PRATT, Keith. **Estimulando a Aprendizagem Colaborativa**. In: Construindo Comunidades de Aprendizagem no Ciberespaço: estratégias eficientes para salas de aula on-line. Porto Alegre: Artmed, 2002.

PRETTI, O. **Educação a Distância: início e indícios de um percurso**. In: Educação a distância: uma prática educativa mediadora e mediatizada. Cuiabá: NAED/IE – UFMT, 1996.

POTTIMEIER, Sandra; PROBST, Melissa. **Educação a distância e a formação docente: com a palavra, o professor**.

IFRN (RN). **Edital de licitação nº 13/2019**. Processo seletivo simplificado para contratação temporária de bolsista professor mediador a distância. Rio Grande do Norte: IFRN, Rio Grande do Norte, ano 2019, n. 13, p. Sem paginação, 27 fev. 2019. Disponível em: [https://ead.ifrn.edu.br/portal/wp-content/uploads/2019/03/Edital-13\\_2019\\_DG\\_EAD-Professor-Mediador-a-Distancia-Organiza%C3%A7%C3%A3o-e-Normas.pdf](https://ead.ifrn.edu.br/portal/wp-content/uploads/2019/03/Edital-13_2019_DG_EAD-Professor-Mediador-a-Distancia-Organiza%C3%A7%C3%A3o-e-Normas.pdf). Acesso em: 5 jan. 2019.

ROLDÃO, Maria. **Função docente: natureza e construção do conhecimento profissional**. Revista Brasileira de Educação v. 12 n. 34 jan./abr. 2007.

ROSDOLSKY, R. **Gênese e Estrutura de O Capital (estudos sobre os Grundrisse)**. Tradução de César Benjamin. Rio de Janeiro: Uerj/ Contraponto, 2001.

ROSSATO, Maristela, RAMOS, Wilsa Maria, MACIEL, Diva Maria Albuquerque. **Subjetividade e interação nos fóruns online: Reflexões sobre a Permanência em Educação a Distância**. Revista Reflexão e Ação, Santa Cruz do Sul, v.21, n.2, p. 399 - 429, jul./dez. 2013.

SANTOS, Edméa Oliveira dos. **Articulação de saberes na EAD online. Por uma rede interdisciplinar e interativa de conhecimentos em ambientes virtuais de aprendizagem**. In. SILVA, Marco (org). Educação online. 3ª edição. São Paulo: Loyola, 2011.

SAVIANI, D. **Escola e democracia** [livro eletrônico]/Dermeval Saviani. Campinas, SP: Autores Associados, 2018.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia** (38a ed.). Campinas, SP: Autores associados, 2005.

\_\_\_\_\_. **Educação socialista, pedagogia histórico-crítica e os desafios de uma sociedade de classes**. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D., José Claudinei Marxismo e Educação: debates contemporâneos. Campinas: Autores Associados, 2005.

\_\_\_\_\_ **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações.** 11 ed. Ver. Autores associados: Campinas, 2011.

SCHMID, A. M. **Tutorías: los rostros de la educación a distancia. Educação e Contemporaneidade.** Revistas da FAEEBA. Vol 13, n.22, jul/dez, 2004, p.275-285.

SILVA, S. A. da; Silva, S. C. da; Jimenez, S.; & Segundo, M. das D. M. (2012). **Relatório de Pesquisa: educação a distância e precarização do trabalho docente.** Revista Eletrônica Arma da Crítica, 4, 225-231. Disponível em [http://www.armadacritica.ufc.br/phocadownload/relatorio\\_20131.pdf](http://www.armadacritica.ufc.br/phocadownload/relatorio_20131.pdf)

SILVA, M. **Formação de professores para docência online: uma experiência de pesquisa online com programas de pós-graduação.** In: Formação de professores para docência online. São Paulo: Loyola, 2012a, p.11-28.

SILVA, M.V. **Função docente.** In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM

SHULMAN, L. S. **Conocimiento y enseñanza: fundamentos de la nueva reforma.** Profesorado: Revista de currículum y formación del profesorado, Granada, v. 9, n. 2, p. 1-28, 2005. Disponível em: Acesso em: 15 maio 2019.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional.** Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

TEIXEIRA, F. J. S. **Análise crítica do mercado de trabalho de Fortaleza à luz das categorias de Trabalho Produtivo e Improdutivo.** Fortaleza: SINE/CE, 1988, p. 1-34.

VALENTE, José Armando; MORAN, José Manuel; ARANTES, Valéria Amorim (orgs.). **Educação a Distância: pontos e contrapontos.** São Paulo: Summus, 2011.

VIEIRA, M. **A configuração do trabalho docente na educação superior a distância: uma análise do trabalho do tutor.** Tese de doutorado. Faculdade de Educação, UFMG. Belo Horizonte, UFMG, 2019. 266 p.

## **Anexo A – Projeto de Pesquisa desenvolvido pelo Grupo de Estudos e Pesquisas Vitor Marinho.**

### **A CONCEPÇÃO DE TRABALHO EM ASSALARIADOS, AUTÔNOMOS, INFORMAIS E VOLUNTÁRIOS**

**Alexandra da Silva Santos**

**Alexandre Drumond**

**Aline Martinez de Souza**

**André Malina**

**Ângela Celeste Barreto de Azevedo**

**Caio Cesar Serpa Madeira**

**Eduardo Reis Pieretti**

**José Antônio Casais Casais**

**Juliana Falcão de Oliveira Cruz**

**Leon Ramyssés Vieira Dias**

**Silvio de Cássio de Costa Telles**

**Tiago Quaresma Costa**

#### **Resumo**

Trata-se de uma proposta de pesquisa cujo objetivo é identificar e analisar a concepção que trabalhadores assalariados, autônomos, informais e voluntários têm de seus respectivos trabalhos. Para atender ao objetivo proposto, será aplicado um questionário com a finalidade de sistematizar quantitativamente alguns dados e categorizá-los, bem como serão feitas entrevistas não-estruturadas, orientadas por eixos temáticos, para a coleta de dados qualitativamente com os trabalhadores, visando identificar a concepção de trabalho independente do ofício exercido. Deverão participar da pesquisa pelo menos 200 trabalhadores que residam no estado do Rio de Janeiro, divididos em quatro grupos de 50 trabalhadores (assalariados, autônomos, informais e voluntários).

Palavras-chave: *Mundo do Trabalho; Consciência de Classe; Concepção de trabalho.*

### **Desenho do Estudo**

Será realizado um estudo transversal com trabalhadores assalariados, autônomos, informais e voluntários, totalizando pelo menos 200 trabalhadores, de ambos os sexos, que residam no estado do Rio de Janeiro para analisar a concepção de trabalho desses indivíduos.

### **INTRODUÇÃO**

Para compreender os fenômenos do mundo do trabalho é essencial debater o modo de produção capitalista (MPC) e o papel que o trabalhador tem nele, pois este sistema foi e ainda é o principal responsável pelas mudanças ocorridas na organização trabalho e na vida social do homem contemporâneo. As relações sociais presentes na sociedade capitalista podem ser analisadas e discutidas à luz da teoria marxista. O filósofo Karl Heinrich Marx desenvolveu suas análises sobre o processo de produção do capital partindo de um elemento central: a mercadoria. No entanto, antes de qualquer debate sobre como o conceito de mercadoria pode explicar a produção do capital, cabe o debate sobre outro elemento que está diretamente relacionado a ela, o conceito de trabalho inserido na teoria do valor proposta por Marx.

Marx (2016) entendeu que o trabalho é a capacidade do homem em se relacionar com a natureza e modificá-la, garantindo sua existência. Diferente dos outros animais que se adaptam a natureza, o homem não somente se adapta, mas a transforma e garante suas necessidades por meio do trabalho. O trabalho é ontológico ao homem, pois constitui sua existência quanto ser social (LUKÁCS, 2013), mas, com a ascensão e hegemonia do modo de produção capitalista, o trabalho ganhou contornos diferentes da transformação da natureza para somente garantir as necessidades humanas.

No sistema capitalista, o trabalho está subordinado a reproduzir e expandir o domínio material e político da classe capitalista. Nesse sentido, “o desenvolvimento capitalista implica, necessariamente, o desenvolvimento das forças produtivas” (PIERETTI, MALINA, ORTIZ, 2017, p. 28). Para isso, o trabalhador é separado dos meios de produção e de subsistência. Assim, a mercadoria ganha um papel de relevância nesse processo, pois para Marx (2016), a acumulação de mercadorias é base fundante das riquezas das sociedades regidas pelo sistema capitalista. Portanto, o acúmulo de mercadorias dá início à produção do capital e à expansão do modo de produção capitalista.

A mercadoria possui um valor natural em sua capacidade de prover as necessidades ou as comodidades da vida humana e, sendo assim, a mercadoria possui valor de uso. O valor de uso é atribuído à medida da utilidade de cada mercadoria, que também é construída pelo homem durante o processo histórico. Toda mercadoria além de possuir seu valor de uso, possui junto a



ela o seu valor de troca que, por sua vez, só pode ser atribuído a mercadorias distintas e tem diferentes valores de troca quando comparados a outras mercadorias.

A mercadoria atribui duplo caráter ao trabalho, manifestado em um polo de caráter do trabalho, no valor de uso e no trabalho concreto. No outro polo de caráter do trabalho, manifesta-se no valor de troca e no trabalho abstrato. Este mostra-se, no caso do capitalismo, no valor de troca das mercadorias, pois toda força de trabalho humana torna-se mercadoria. Desse modo, o trabalho abstrato passa a ser representado pelo dinheiro como uma mercadoria simbólica que iguala o valor de troca de todas as mercadorias (CASTRO, 2009).

O valor de uso das mercadorias é produto do trabalho humano e, nessa relação de valor de uso e valor de troca está a definição do conceito de valor propriamente dito, que segundo Marx (2006) se estrutura

na própria relação de troca das mercadorias seu valor de troca apareceu-nos como algo totalmente independente de seu valor de uso. Abstraindo-se agora, realmente, o valor de uso dos produtos do trabalho obtém-se seu valor total como há pouco ele foi definido. O que há de comum, que se revela na relação de troca ou valor de troca da mercadoria, é, portanto, seu valor (p.168).

Portanto, podemos compreender que valor da mercadoria está diretamente relacionado à proporção do trabalho abstrato do homem, como por exemplo, o tempo (dias, horas, minutos) demorado para produzir determinada mercadoria. A grandeza de valor das “mercadorias que contêm as mesmas quantidades de trabalho ou que podem ser produzidas no mesmo tempo de trabalho, têm, portanto, a mesma grandeza de valor [...]” (MARX, 2016, p.169).

Segundo Mészáros (2002), e também Antunes (2008), todas as necessidades humanas foram subordinadas à produção do valor de troca, descartando a importância do valor de uso da mercadoria. Isso gerou um momento propício para a realização da expansão do capital e de seu sistema. Logo, o valor de uso foi separado do valor de troca, subordinando o primeiro ao segundo. Se nas mediações de primeira ordem a regulação do processo de trabalho se dava por um intercâmbio do homem com natureza objetivando a produção dos bens requeridos, em domínio de seu conhecimento e de suas ferramentas para satisfazer suas necessidades, ou seja, o trabalho concreto. Já nas questões de segunda ordem houve a separação e alienação do trabalhador dos meios de produção, o trabalho abstrato.

Desse modo, observa-se que no sistema capitalista o trabalho abstrato desenvolveu-se em detrimento do trabalho concreto, à medida que o valor de troca era intensificado e substituía o valor de uso como sistema e organização social. Segundo Lessa (2005):

[...] em nossa vida cotidiana, as diversas profissões apenas “funcionam” como trabalho assalariado, isto é, como uma forma de trabalho que é criação específica da sociedade capitalista. Esta forma assalariada tem por essência o fato de a força de trabalho ter sido convertida em uma mercadoria que tem uma única utilidade: ser fonte de mais-valia. Se, nas sociedades anteriores, os trabalhos se distinguiam por seus diferentes produtos, pelas distintas utilidades daquilo que produziam (portanto, pelos seus distintos valores de uso), no capitalismo o trabalho tem apenas uma única utilidade: a mais-valia. Todas as suas outras características são abstraídas em função desta última: isto é o trabalho abstrato. E, por fim, o trabalho abstrato exerce duas distintas funções na reprodução do capital: pode produzir mais-valia (trabalho abstrato *produtivo*) ou pode realizar a mais-valia (trabalho abstrato *improdutivo*).

Compreende-se, aqui, por trabalho abstrato produtivo, o trabalho responsável por produzir o conteúdo material da riqueza que sustenta todas as outras atividades humanas. É o caso do indivíduo que tem seu trabalho materializado em mercadoria, como o artesão, o pedreiro, o metalúrgico, entre outros. Já o trabalho abstrato improdutivo é responsável pela reprodução do capital, como é o caso dos comerciantes, prestadores de serviço etc. Ambos são assalariados e são essenciais para a reprodução do capital, mas possuem diferenças. A principal distinção entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo é que primeiro produz mais-valia e o segundo não a produz, mas pode realizá-la.

Diante do contexto acima delineado cabe, portanto, investigar e analisar qual é a concepção de trabalho que trabalhadores assalariados, trabalhadores autônomos, trabalhadores informais e trabalhadores voluntários têm de seus próprios ofícios.

## **OBJETIVOS:**

### **Objetivo Principal**

Identificar e analisar a concepção de trabalhadores assalariados, autônomos, informais e voluntários sobre o mundo do trabalho.

### **Objetivo secundário**

Caracterizar diferentes contextos do mundo do trabalho conforme o ofício pesquisado.

## **HIPÓTESE**

Há diferentes compreensões de si por parte dos trabalhadores, conforme as especificidades do trabalho que realizam, podendo gerar uma consciência de classe difusa e assimétrica conforme o tipo de trabalho e a relação do trabalhador/trabalho com a sociedade.

## **METODOLOGIA PROPOSTA**

### **Tipo de estudo**

Trata-se de uma pesquisa de tipo predominantemente qualitativo e transversal. O estudo está vinculado ao campo da pesquisa social<sup>14</sup>, com a abordagem qualitativa<sup>15</sup> e de natureza descritiva. Segundo Deslauriers e Kérisit (2008)

uma pesquisa descritiva colocará a questão dos mecanismos e dos atores (o “como” e o “o quê” dos fenômenos); por meio da precisão dos detalhes, ela fornecerá informações contextuais que poderão servir de base para pesquisas explicativas mais desenvolvidas (p.130).

Nesse sentido, cabe fundamentar o desenvolvimento de pesquisas que promovam a relação da tríade mundo do trabalho – trabalhadores – sociedade.

### **Amostra**

A população deverá ser composta de trabalhadores do Estado do Rio de Janeiro, independente do ofício, mas que estejam em situação trabalhista assalariada, autônoma, informal ou voluntária. Já a amostra será formada por 200 trabalhadores nessas situações, sendo 50 assalariados, 50 autônomos, 50 informais e 50 voluntários.

## **COLETA DE DADOS**

### **Instrumentos**

Serão utilizados dois instrumentos de coleta de dados:

1) questionário fechado contendo 50 perguntas que deverão ser respondidas de forma objetiva, contendo a) A caracterização do sujeito da pesquisa e; b) Uma Escala de atitudes<sup>16</sup> de forma aproximativa com Miranda *et al* (2009), considerando também os entraves na disposição e número de perguntas desse tipo de questionário (VIEIRA E DALMORO, 2008);

2) Entrevista como um instrumento da pesquisa qualitativa, conforme Bauer e Gaskell (2017). As entrevistas serão realizadas de forma não estruturada norteadas por quatro eixos

<sup>14</sup> As pesquisas sociais “são voltadas para o estudo dos problemas sociais e das práticas profissionais e institucionais para resolver esses problemas. A pesquisa social visa, neste caso, tanto reconhecer os problemas e suas causas, como propor soluções ou estratégias de intervenção para resolvê-los” (GROULX, 2008, p. 95).

<sup>15</sup> A contribuição que a pesquisa qualitativa traz a pesquisa social é relativamente recente na literatura, mas o autor afirma que a contribuição da pesquisa qualitativa à pesquisa social renova um olhar sobre os problemas sociais, pretendendo modificar a percepção da avaliação dos programas e serviços tanto ao que se refere a prática quanto aos seus modos de gestão (GROULX, 2008).

<sup>16</sup> Também é conhecida por alguns de Escala de Likert ou Escala Likert em razão de Rensis Likert ter desenvolvido em 1932 (embora não tenha sido o primeiro) uma forma de mensuração de atitudes.

temáticos<sup>17</sup> que serão os elementos propulsores de questões que permitam respostas amplas, mas também conclusas, características das entrevistas não estruturadas (MINAYO, 1996; 1993). Por definição, as respostas podem ser ampliadas o suficiente para permitir ao entrevistado realizar um raciocínio completo sobre as questões propostas, ainda que necessitando de novo impulso no mesmo eixo para complementação.

### **Procedimentos**

O recrutamento dos participantes será estruturado a partir da organização de uma rede pessoal e profissional. Como ponto de partida será considerado o próprio ciclo de relacionamento dos pesquisadores. Ao conhecer algum trabalhador em situação assalariada, autônoma, informal ou voluntária, poderá contatá-lo. O trabalhador contatado poderá indicar outro trabalhador na mesma situação de trabalho que a sua ou em uma das situações trabalhistas destacadas. A partir disso, se formará uma rede de pessoas, podendo ser alcançada ou predominando algumas categorias de trabalho como, por exemplo, professores, engenheiros, empresários, comerciantes, profissionais da saúde, entre outros. As pessoas dessa rede serão convidadas a participar da pesquisa, seja pessoalmente, via redes sociais, através de email ou telefonema. Esse contato será individual e privado garantindo o esclarecido a respeito dos objetivos da pesquisa, além de informar sobre o caráter voluntário da participação e o anonimato de suas respostas. Tais pessoas, ao aceitarem participar da pesquisa, bem como se encaixarem nos critérios de inclusão serão recrutadas para o estudo.

Após o primeiro contato (mediante a aceitação de participação na pesquisa pelo indivíduo) o questionário será entregue em mãos (desde que não haja alteração na rotina do participante para o recebimento e preenchimento do questionário). O questionário deverá ser respondido mediante a presença do pesquisador num tempo de até 90 minutos. O que foi respondido até o término do tempo será considerado para a análise e o que não for respondido não irá ser considerado como dados de análise.

O preenchimento e a entrega do questionário também poderão ser feitas no dia da entrevista, cabendo ao pesquisado escolher o que for melhor para ele. Se para o pesquisado o preenchimento do questionário for mais viável no dia da entrevista, será separado um tempo de até 90 minutos. Esgotando-se o tempo, o preenchimento do questionário será interrompido para

---

<sup>17</sup> Os quatro eixos serão 1- Consciência de classe (MARX, 2016); 2- Trabalho X Qualidade de vida (no e/ou fora do trabalho - lazer, transporte, segurança, mobilidade urbana, moradia, saúde etc.); 3-Condições de trabalho (salário, segurança no trabalho, formalização etc.) e 4- Formação humana (atividade política e sindical, cursos de formação continuada etc.).

o início da entrevista. O que foi respondido até o término do tempo será considerado para a análise e o que não for respondido não irá ser considerado como dados de análise.

Quanto à entrevista, esta terá o tempo de duração de até 150 minutos. Ela será realizada mediante agendamento prévio pelo pesquisado, cabendo ao pesquisador se adequar ao melhor dia, horário e local para o trabalhador. Se em caso de necessidade, no momento da entrevista, o pesquisado precisar interromper a entrevista não sendo possível continuar, poderá ser marcado outro dia, continuado de onde a entrevista parou.

### **Critérios de Inclusão**

Pessoas que residam no Estado do Rio de Janeiro.

Assalariados: Pessoas de ambos os sexos que estejam empregadas e que trabalharam ao menos uma vez em regime estatutário, de CLT ou com contrato formal.

Autônomos: Pessoas de ambos os sexos que contribuam formalmente para o INSS nos diferentes formatos de trabalhador autônomo (ex. empresários, profissionais liberais de área, empreendedor etc).

Informais: Pessoas que trabalham sem vínculos registrados na carteira de trabalho ou documentação equivalente, sendo geralmente desprovidos de benefícios como remuneração fixa, férias pagas, décimo terceiro salário etc.

Voluntários: Pessoas de ambos os sexos que desenvolvem ou já desenvolveram alguma atividade profissional não remunerada em instituição pública ou privada, ONG ou projeto social.

### **Critérios de Exclusão**

Pessoas que não estejam alinhadas às condições de trabalho assalariado, autônomo, informal ou assalariado.

### **Riscos**

Durante a realização da pesquisa os procedimentos apresentam riscos mínimos de ocorrência de qualquer problema físico ou psicológico, uma vez que a coleta será por meio de entrevista e questionários composto por perguntas que não oferecem constrangimento aos entrevistados. Além disso, fica garantido o direito de confiabilidade e os dados colhidos na presente investigação serão utilizados apenas para subsidiar a confecção de trabalhos acadêmico-científicos.

### **Benefícios**

Proporcionar os trabalhadores a possibilidade de exposição de suas opiniões em sigilo.

### **Desfecho Primário**

Questões como a consciência de classe e a expressão de grupos sociais minoritários e/ou silenciados devem aparecer nos relatos dos trabalhadores sujeito à pesquisa.

### **Metodologia de Análise de Dados (Análise Estatística)**

Tratamento qualitativo dos dados

#### **CRONOGRAMA:**

<b>Identificação da Etapa</b>	<b>Início (dd/mm/aaaa)</b>	<b>Término (dd/mm/aaaa)</b>
Revisão de literatura	01/09/2018	01/10/2018
Submissão e aprovação pelo CEP	21/08/2018	21/09/2018
Coleta de dados (após aprovação pelo CEP)	01/10/2018	01/04/2019
Tabulação dos dados	01/04/2019	01/07/2019
Análise dos dados	01/07/2019	01/09/2019
Redação do estudo	01/09/2019	20/12/2019

#### **ORÇAMENTO**

Custeio de papel e tinta para TCLE: R\$ 300,00

Custeio para transporte dos pesquisadores para coleta de dados: R\$ 700,00

Total: R\$ 1.000,00

#### **OUTRAS CONSIDERAÇÕES:**

O custo será financiado integralmente pelos próprios pesquisadores.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. L. C. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo, SP: Boitempo, 2008.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Entrevista Qualitativa com Texto: Imagem e Som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2017.

DESLAURIERS, J. P. & KÉRISIT, M. O delineamento da pesquisa qualitativa. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008

GROULX, L. Contribuição da pesquisa qualitativa à pesquisa social. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.

LESSA, Sérgio. **Para Além de Marx? Crítica da Teoria do trabalho Imaterial**. Ed 1. Brasil, 2005.

LUKÁCS, György. **Para uma Ontologia do Ser Social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política: livro I, volume 1, O processo de produção do capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

MÈSZÁROS, Itsvan. **Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 6ª Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento científico: pesquisa qualitativa em saúde**. 2ª edição. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1993.

MIRANDA, Silvana Maria de; PIRES, Maria Marlene de Souza; NASSAR, Silvia Modesto; SILVA, Carlos Alberto Justo. Construção de uma Escala para Avaliar Atitudes de Estudantes de Medicina. **Revista Brasileira de Educação Médica**. 33 (1 Supl. 1): 104-110; 2009.

PIERETTI, Eduardo Reis; ORTIZ, Caroline Arnaldo; MALINA, André. A Teoria Marxiana do Valor-Trabalho como Fundamento Explicativo do Trabalho do Professor de Educação Física: Das Determinações Históricas à Atividade Profissional em Educação Física. In: AZEVEDO, Ângela Celeste Barreto; MALINA, André. **Formação Profissional e Formação Humana em Educação Física: Apontamentos Críticos**. 1 ed. Campo Grande, MS: Editora UFMS, 2017, p. 17-43.

VIEIRA, Kelmara Mendes; DALMORO, Marlon. Dilemas na Construção de Escalas Tipo Likert: o Número de Itens e a Disposição Influenciam nos Resultados? In: **XXXII Encontro da ANPAD**. Rio de Janeiro: 2008, p. 1-16. Disponível em <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EPQ-A1615.pdf> Acesso em 20 de maio de 2018.

## Anexo B – Questionário da pesquisa

Nome: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_

Email: \_\_\_\_\_

Telefone: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_

### Questionário da pesquisa

#### Informações gerais

Marcar com um **X** somente em uma única resposta que melhor se apresente para você.

#### 1. Gênero:

<input type="checkbox"/>	Masculino	<input type="checkbox"/>	Outro
<input type="checkbox"/>	Feminino	_____	

#### 2. Último curso que você concluiu:

<input type="checkbox"/>	Doutorado	<input type="checkbox"/>	Mestrado	<input type="checkbox"/>	Especialização
<input type="checkbox"/>	Graduação	<input type="checkbox"/>	2º.grau completo	<input type="checkbox"/>	2º grau incompleto
<input type="checkbox"/>	1º grau completo	<input type="checkbox"/>	1º grau incompleto		

#### 3. Atualmente, qual é o seu vínculo de trabalho?

<input type="checkbox"/>	Assalariado	<input type="checkbox"/>	Autônomo	<input type="checkbox"/>	Informal
<input type="checkbox"/>	Voluntário	<input type="checkbox"/>	Desempregado	<input type="checkbox"/>	

#### 4. Tempo em que você está nessa situação trabalhista?

<input type="checkbox"/>	Menos de 1 ano	<input type="checkbox"/>	Entre 1 e 3 anos	<input type="checkbox"/>	Mais de 3 a 5 anos
--------------------------	----------------	--------------------------	------------------	--------------------------	--------------------



Mais de 5 a 10 anos

 Mais de 10 anos

**5. Qual é a sua renda individual mensal? (nº de salários mínimos)**

 1

 2 a 3

 4 a 5

 5 a 10

 Mais de 11

**6. Qual é a sua renda familiar mensal? (nº de salários mínimos)**

 1

 2 a 3

 5 a 10

 Mais de 11

**7. Quantas pessoas vivem dessa renda?**

 1

 2

 3

 4

 5 ou mais

**8. Qual é a sua carga horária diária de trabalho?**

 Até 4 horas

 De 4 a 6 horas

 De 7 horas a 8 horas

 De 9 horas a 10  
horas

 De 11 a 12 horas

 Mais de 12 horas

**9. Quantas vezes por semana você trabalha?**

 1

 2

 3

 4

 5

 6 a 7

Responder a este questionário considerando sua percepção ou opinião quanto às afirmativas, circulando o número que corresponda ao seu grau de concordância.

		1 - Discordo totalmente	2 - Discordo parcialmente	3 - Indiferente	4 - Concordo Parcialmente	5 - Concordo totalmente
01	O trabalhador assalariado, que trabalha de carteira assinada, representa um gasto desnecessário para o empregador, pois os benefícios pagos a ele saem do bolso do patrão. O ideal é que não haja trabalhadores com carteira assinada.	1	2	3	4	5
02	O trabalhador assalariado, que trabalha de carteira assinada, deve ter todos os direitos que estão garantidos nas leis trabalhistas, independente da situação financeira que seu empregador passa.	1	2	3	4	5
03	O funcionalismo público deve ser passado para a iniciativa privada, pois representa mais gastos para o Estado, gerando o aumento de impostos para outros trabalhadores.	1	2	3	4	5
04	O funcionário público de regime estatutário, ingressado e estabilizado via concurso público representa a garantia do trabalhador no atual estágio do capitalismo.	1	2	3	4	5
05	Os trabalhadores estatutários têm vantagens quando comparados aos trabalhadores de CLT, pois podem se manifestar e reivindicar melhores condições de trabalho e salário utilizando-se de mecanismos de luta como as greves, sem colocar em risco o seu emprego.	1	2	3	4	5
06	O trabalho autônomo induz à precariedade do trabalho, pois o trabalhador não tem os mesmos direitos dos assalariados como férias, décimo terceiro salário etc.	1	2	3	4	5
07	O trabalho autônomo, enquanto um empreendedorismo, livra o trabalhador de ser explorado por um patrão, bem como permite gerir sua própria atividade de trabalho como horário, frequência semanal, remuneração etc, possibilitando o trabalhador se desenvolver financeiramente, dependendo somente de seu próprio esforço.	1	2	3	4	5
08	O trabalho informal gera uma precariedade do trabalho, pois o trabalhador não tem os mesmos direitos dos assalariados como férias, décimo terceiro salário etc.	1	2	3	4	5
09	O trabalhador informal necessita do aparato do Estado, pois os trabalhadores que se encontram nessa situação se encontram com necessidades de direitos renegados pela sociedade.	1	2	3	4	5
10	O conjunto dos trabalhadores não recebe salário e condições de trabalho dignas por causa de o sistema capitalista ser injusto na sua essência.	1	2	3	4	5
11	O problema da sociedade não é o sistema capitalista e sim a desigualdade de condições entre as pessoas.	1	2	3	4	5
12	Há boas oportunidades de trabalho para todos, porém, como alguns não se esforçam o suficiente não conseguem aproveitar.	1	2	3	4	5
13	Há bastante tempo livre para os trabalhadores aproveitarem na forma de lazer.	1	2	3	4	5
14	Trabalhando consigo ajudar a empresa a crescer e todos ganham com isso.	1	2	3	4	5
15	Não importa que o patrão enriqueça muito ou que tenha muito mais dinheiro do que seus funcionários desde que os seus trabalhadores estejam com seus salários em dia ou que recebam o necessário para ter uma vida boa.	1	2	3	4	5
16	Se as empresas privadas não tivessem donos ou se os donos fossem seus próprios trabalhadores seria possível um salário justo a todos os que lá trabalham, pois haveria uma divisão igualitária do lucro.	1	2	3	4	5

		1 - Discordo totalmente	2 - Discordo parcialmente	3 - Indiferente	4 - Concordo Parcialmente	5 - Concordo totalmente
17	Se esforçando no trabalho é possível o empregador chegar ao mesmo status do patrão: prestígio social, altos salários, propriedades e bens, e etc.	1	2	3	4	5
18	Se os trabalhadores se unissem para reivindicar melhores condições, seja no trabalho ou em outros segmentos seria possível mudar o quadro político, social e econômico do Brasil.	1	2	3	4	5
19	Os trabalhadores devem defender sua classe, independente da atividade laboral, pois representam uma classe explorada por patrões que constroem sua riqueza à custa dos trabalhadores.	1	2	3	4	5
20	O trabalhador deve trabalhar com responsabilidade e empenho para ajudar o seu patrão, pois quanto mais o patrão/empresa prosperar financeiramente melhor será para ele que continuará com seu emprego.	1	2	3	4	5
21	A organização sindical de trabalhadores representa uma forma de organização política, pois através dela é possível reivindicar os direitos dos trabalhadores, bem como reivindicar melhores condições de trabalho para cada categoria.	1	2	3	4	5
22	Os sindicatos são patronais e não defendem os interesses dos trabalhadores.	1	2	3	4	5
23	O trabalho voluntário manifesta a bondade das pessoas, pois é um trabalho não remunerado que possibilita o trabalhador ajudar a sociedade de alguma maneira.	1	2	3	4	5
24	O trabalho voluntário quando feito para instituições estatais são de grande importância, pois o Estado não tem dinheiro para pagar trabalhadores em todas as áreas.	1	2	3	4	5
25	O trabalho voluntário quando prestado para instituições privadas serve somente para dar lucros à empresa, pois ela economiza o dinheiro que seria destinado ao pagamento dos trabalhadores.	1	2	3	4	5
26	Ter qualidade de vida significa ter uma boa remuneração que permita ao trabalhador fazer tudo o que deseja em seu tempo livre (viajar, comprar coisas, consumir etc), independente do quanto ele precise trabalhar para isso.	1	2	3	4	5
27	Ter qualidade de vida no trabalho significa trabalhar com o que se gosta.	1	2	3	4	5
28	A qualidade de vida relaciona aspectos como ter uma ter acesso à educação e saúde pública e de qualidade, horário livre para descanso e lazer, moradia e mobilidade urbana de qualidade e boa remuneração.	1	2	3	4	5
29	O trabalho dignifica o homem.	1	2	3	4	5
30	Ter boas condições de trabalho significa ter uma boa infraestrutura para desenvolver as atividades específicas do trabalho.	1	2	3	4	5
31	Supondo que você trabalhe 8 horas diárias e recebe o suficiente para se sustentar. Sendo o possível, é melhor trabalhar 12 horas e receber a mais e poder guardar dinheiro.	1	2	3	4	5
32	Todos deveriam receber os mesmos salários, independente de serem patrões ou empregados e independente do ofício. Dessa maneira, seria possível diminuir a desigualdade social.	1	2	3	4	5
33	Quem estudou mais merece receber mais.	1	2	3	4	5
34	Quem trabalha mais merece receber mais.	1	2	3	4	5

<b>1 - Discordo totalmente    2 - Discordo parcialmente    3 - Indiferente</b> <b>4 - Concordo Parcialmente    5 - Concordo totalmente</b>						
3 5	As empresas devem ser responsáveis por qualificar profissionalmente os seus funcionários, disponibilizando capacitações, seja no espaço de trabalho ou fora dele.	1	2	3	4	5
3 6	Aprende-se a trabalhar no desenvolvimento da própria atividade de trabalho.	1	2	3	4	5
3 7	No trabalho, teoria e prática são coisas opostas.	1	2	3	4	5
3 8	No trabalho, a teoria complementa a prática.	1	2	3	4	5
3 9	Somente é possível mudar as relações de trabalho mudando a sociedade.	1	2	3	4	5
4 0	Sinto prazer em trabalhar.	1	2	3	4	5

## Anexo C – Roteiro de entrevista

### Roteiro de entrevista

PERGUNTA	EIXO TEMÁTICO
Qual a sua formação?	Formação humana
Trabalha em instituição pública ou particular?	
O que lhe fez querer trabalhar com a Educação?	
Quais situações levaram você a trabalhar como tutor da modalidade de ensino a distância?	
Por que ser professor?	
*Tem experiência com a docência presencial?	
*É importante que o tutor tenha conhecimentos pedagógicos para realizar o seu trabalho como tutor?	
*Você utiliza saberes de sua prática docente na EaD?	
É possível dar um atendimento “pedagógico” a todos os alunos? Como e quando você considera que o faz?	
Quais espaços na plataforma mais favorecem o processo de ensino aprendizagem?	
Você avalia como satisfatório o atendimento que é dado aos alunos?	

A satisfação do aluno é importante para o seu desenvolvimento profissional?	
O que é ser tutor para você?	
Para se tornar tutor você passou por alguma formação?	
No trabalho atual você passa por cursos de formação? Com que frequência e duração?	
Suas formações ocorreram por iniciativa própria ou do seu local de trabalho?	
A instituição onde trabalha oferece periodicamente cursos de formação continuada para os tutores?	
Como é a relação do tutor com o coordenador da disciplina? Você contribui no processo de criação da disciplina?	
Você conhece o PPP do curso que você é tutor? Considera importante? Por quê?	
Como são as relações entre os tutores?	
Existem momentos de encontro entre os tutores? A iniciativa é do grupo ou dos empregadores?	
Como é a sua relação com os alunos?	
Acredita que esta relação seja importante para a aprendizagem? Por quê?	

Qual a participação do tutor na avaliação dos alunos?	
Você já teve que administrar conflitos dentro da plataforma?	
Quantos alunos você atende no curso que é tutor.	Condições de trabalho
Qual tipo de contrato de trabalho rege a sua atividade?	
Você conhece a legislação que ampara a profissão do tutor?	
Seu salário é pago por quem?	
Você está satisfeito com o salário que recebe?	
Seria possível tirar o seu sustento somente com o salário de tutor?	
Quais atividades você desenvolve?	
Existe algum profissional da educação que exerce atividades similares a sua? Qual seria?	
A instituição que você trabalha dispõe de boa estrutura física e os recursos humanos e materiais são satisfatórios?	
Você possui um plano de carreira? Considera importante?	
O que você entende por sindicato?	
Você considera relevante que todos as categorias de trabalhadores tenham um sindicato que a representem?	

Os tutores possuem um sindicato que o representam enquanto uma categoria?	
Você se considera um trabalhador? Por quê?	
Considera que a sociedade seja dividida em classes? Se sim a que classe você considera pertencer?	
O professor da EaD, na sua concepção, pertence a que classe?	
Quantas horas você trabalha semanalmente?	Trabalho x qualidade de vida
Os finais de semana são necessários para deixar o seu trabalho de tutor em dia?	
Você realiza outro tipo de atividade profissional remunerada?	
O que você faz no seu tempo de não-trabalho?	
Tem conhecimento de problemas de saúde que podem ser adquiridos devido ao tipo de trabalho que você exerce?	
Dispõe de algum plano de saúde oferecido pelo empregador?	



## Anexo D – Termo de consentimento



UNIVERSIDADE  
DO BRASIL  
UFRJ



Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social  
Órgão Suplementar do Centro de Tecnologia UFRJ



### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do projeto de pesquisa: A Concepção de Trabalho em Assalariados, Autônomos, Informais e Voluntários.

Prezado Senhor (a),

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa sobre a concepção de trabalho em assalariados, autônomos, informais e voluntários. Os pesquisadores André Malina, Ângela Celeste Barreto Azevedo, Silvio de Cássio Costa Telles, Leon Ramyssés Vieira Dias, Eduardo Reis Pieretti, Tiago Quaresma Costa, Juliana Falcão de Oliveira Cruz, José Antônio Casais Casais, Caio Cesar Serpa Madeira, Alexandra da Silva Santos, Alexandre Drumond e Aline Martinez de Souza, membros do Grupo de Estudos e Pesquisa Vitor Marinho (GEPVM), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), pretendem realizar um estudo com as seguintes características:

**Objetivo do estudo:** Identificar e analisar a concepção que trabalhadores assalariados, autônomos, informais e voluntários têm de seus respectivos trabalhos.

**Descrição dos procedimentos para coleta de dados:** A coleta de dados será feita através de questionário e entrevista. Os dados coletados tanto no questionário quanto na entrevista buscam compreender a concepção de trabalho de trabalhadores em diferentes condições e vínculos empregatícios, bem como de diferentes ofícios.

**Riscos:** a participação na presente pesquisa envolverá um risco, físico ou psicológico, muito baixo a você. A entrevista não contém perguntas constrangedoras, não haverá nenhum procedimento agressivo (injeção, esforço físico, etc.) ou ingestão de quaisquer medicamentos ou mesmo com aparência similar. Além disso, você terá sua identidade mantida sob sigilo.

**Benefícios aos participantes e para a sociedade:** Proporcionar os trabalhadores a possibilidade de exposição de suas opiniões em sigilo.

**Garantia de acesso aos pesquisadores:** Em qualquer fase do estudo você terá pleno acesso aos pesquisadores responsáveis pelo projeto na Escola de Educação Física e Desportos, situado à Avenida Carlos Chagas Filho, 540, Cidade Universitária, Rio de Janeiro, RJ, ou pelo telefone 999877159 (André Malina). Havendo necessidade, será possível, ainda, entrar em contato com o Comitê de Ética do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho da UFRJ, Rua Prof. Rodolpho Paulo

Rocco, 255, 7º andar, Ala E ;Dúvidas entre em contato com o CEP/HUCFF/FM/UFRJ de segunda a sexta-feira de 8h as 16h E-mail: cep@hucff.ufrj.br - Tel.: 3938-2480 e FAX: 3938-2481.

O Comitê de Ética em Pesquisa é um órgão que controla as questões éticas das pesquisas na instituição (UFRJ) e tem como uma das principais funções proteger os participantes da pesquisa de qualquer problema.

**Garantia de liberdade:** Sua participação neste estudo é absolutamente voluntária. Dentro deste raciocínio, todos os participantes estão integralmente livres para, a qualquer momento, negar o consentimento ou desistir de participar e retirar o consentimento, sem que isto provoque qualquer tipo de penalização. Lembramos, assim, que sua recusa não

trará nenhum prejuízo à relação com o pesquisador ou com a instituição e sua participação não é obrigatória. Mediante a aceitação, espera-se que você participe da entrevista.

**Direito de confidencialidade e acessibilidade:** os dados colhidos na presente investigação serão utilizados para elaborar artigos científicos. Porém, todas as informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o absoluto sigilo de sua participação. Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar a identificação do participante e ninguém, com exceção dos próprios pesquisadores, poderá ter acesso aos resultados da pesquisa. Cada participante somente poderá ter acesso aos próprios resultados.

**Despesas e compensações:** você não terá, em momento algum, despesas financeiras pessoais. As despesas, assim, se porventura ocorrer, serão de responsabilidade dos próprios pesquisadores, incluindo qualquer problema médico decorrente da pesquisa, de transporte ou alimentação, entre outras. Também, não haverá compensação financeira relacionada à sua participação.

Em caso de dúvidas ou questionamentos, você pode se manifestar agora ou em qualquer momento do estudo para explicações adicionais.

### **Consentimento**

Eu, \_\_\_\_\_, acredito ter sido suficientemente informado a respeito das informações sobre o estudo acima citado.

Declaro, assim, que discuti com a pesquisadora Alexandra da Silva Santos e com sobre minha decisão em participar desse estudo. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que minha participação é isenta de despesa. Concordo, voluntariamente, em participar desse estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidade ou prejuízo ou perda de qualquer benefício que eu possa ter adquirido em seu atendimento nesta instituição. Eu receberei uma via desse Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e a outra ficará com o pesquisador responsável por essa pesquisa. Além disso, estou ciente de que eu (ou meu representante legal) e o pesquisador responsável deveremos rubricar todas as folhas desse TCLE e assinar na última folha.

Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato com

o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho/HUCFF/UFRJ; R. Prof. Rodolpho Paulo Rocco, n.º 255; Cidade Universitária/Ilha do Fundão; 7º andar, Ala E ;Dúvidas entre em contato com o CEP/HUCFF/FM/UFRJ de segunda a sexta-feira de 8h as 16h E-mail: cep@hucff.ufrj.br - Tel.: 3938-2480 e FAX: 3938-2481.

---

Data: \_\_\_ / \_\_\_ /

---

Assinatura do participante

\_\_\_\_\_

Data: \_\_\_ / \_\_\_ /

---

Assinatura do pesquisador

\_\_\_\_\_